

° REFLEXO DA VIOLÊNCIA



NA
SALA
DE AULA


EDITORA EDFIKA

A violência nas escolas tem sido um assunto recorrente e vem tendo destaque nas pesquisas acadêmicas ao longo dos últimos anos, podendo ser compreendida como um fenômeno que se origina a partir e com a sociedade burguesa, por intermédio de ações de escravidão e de colonização, fatores que foram fundamentais na expansão e no desenvolvimento do sistema capitalista (Nascimento, 2019).



ISBN: 978-65-85231-69-5



9 786585 231695



EDITORA EDFIKA



NATALINA MAIA BARBOSA

**O REFLEXO DA VIOLÊNCIA
NA SALA DE AULA**



EDITORA EDFIKA

© COPYRIGHT 2026 BY NATALINA MAIA BARBOSA.

(Todos os direitos reservados ao autor).

Edição: José Edson Cavalcante da Silva.

Diagramação: J. E. C. Silva.

Capa: Rodrigo de Almeida Costa (artista visual).

Revisão Textual: Natalina Maia Barbosa.



Esta obra é licenciada
sob uma Licença Creative
Commons Attribution-
ShareAlike4.0 Brasil.

COMITÊ EDITORIAL

Me. Maria Fabiana Brito - SEMED - Recife.
Dr^a. Elizabete Amorim de Almeida Melo - UFAL.
Dr. Jenivaldo Lisboa de Araújo – SEDUC/AL.
Dr. Elias Rocha Gonçalves – SEDUC/RJ.
Me. Luis Carlos Soares da Silva – UNEAL.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B21o

BARBOSA, Natalina Maia. O REFLEXO DA VIOLÊNCIA NA SALA DE AULA – 1ª Edição / Natalina Maia Barbosa. – Arapiraca / Alagoas: Editora Edfika, 2026.

190 p. In 14,8 x 21 cm.

ISBN: **978-65-85231-69-5** (LIVRO DIGITAL).

1. Educação 2. Violência 3. Aprendizagem 4. Ensino-Médio 5. Professor 6. Aluno I. Título II. Autora.

CDD

370.11

<https://cutteronline.com.br/registro/1f11588e-5839-6872-99e2-fa163e25d663>

Índices para catálogo sistemático:

370.11 – Educação com objetivos e finalidades específicas

SUMÁRIO

PREFÁCIO 07

CAPÍTULO I

A VIOLÊNCIA E SUAS MANIFESTAÇÕES 13

CAPÍTULO II

**CONCEPÇÕES DE DISCIPLINAS ESCOLAS COM FATOR
DIFICULTADOR DA P'RÁTICA DOCENTE** 53

CAPÍTULO III

**ESTRATÉGIAS DE IMPLMATAÇÃO DO PROGRAMA
EDUCAÇÃO PARA A PAZ - EPAZ NO ESTADO DO AMAPÁ**
..... 79

CAPÍTULO IV

**METODOLOGIAS EFICAZES PARA A CONSTRUÇÃO DE
UMA GRANDE PESQUISA** 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 169

SOBRE A AUTORA 187

PREFÁCIO

A escola, é considerada pela sociedade como o lugar em que ocorre a aprendizagem formal, na qual seus aprendentes em seu histórico de ação, estabelece uma correlação com as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, interagem, sentem-se importantes, principalmente quando promovem as práticas sociais através do respeito, da paz, e da tolerância, desencadeando sentimentos que geram o amor ao próximo, passando a escola a ser concebida como produtora de conhecimentos, ao facilitar que cada indivíduo reconstrua conscientemente seu pensamento e sua ação por meio de reflexões sobre a própria experiência, dentro de uma sociedade em que os serviços (Silva, 2020). Nesse sentido, ela deve propiciar condições para que os alunos possam desenvolver suas capacidades, construir sua identidade e aprender a socializar-se com seus pares, construindo valores, colaborando para uma atuação ética, crítica e participativa numa sociedade em que as desigualdades sociais bastantes videntes (Melo, 2019) nos dias atuais. Por outro lado, o espírito da modernidade não poderá ficar à margem do mundo que desejamos formar, conhecer e transformar, sendo um desafio posto a escola, fazer do seu espaço, um local em que todos se sintam partícipe do processo de aprender em comunhão uns com os outros (Meinhart e Santos, 2020).

Uma das grandes tarefas da escola é observar em seu entorno e dentro dela como tem ocorrido as relações interpessoais entre professores X alunos, entre alunos X alunos, e demais funcionários, para tal deve considerar todas as possibilidades no qual possa haver conflitos para atuar de forma eficaz na perspectiva de sanar caso ocorra qualquer tipo de violência dentro da escola (Pimentel, 2018).

A violência nas escolas tem sido um assunto recorrente e vem tendo destaque nas pesquisas acadêmicas ao longo dos últimos anos, podendo ser compreendida como um fenômeno que se origina a partir e com a sociedade burguesa, por intermédio de ações de escravidão e de colonização, fatores que foram fundamentais na expansão e no desenvolvimento do sistema capitalista (Nascimento, 2019). Na atualidade, a violência tem feito parte dentro do ambiente escolar, levando preocupação a todos.

De acordo Meinhart e Santos (2020);

Nos últimos anos, presenciamos nos meios de comunicação, muitas reportagens sobre violência no ambiente escolar, tanto entre alunos, como entre alunos e professores. A violência contra professores nas escolas é preocupante, pois sabemos que tal problema tem provocado muitos malefícios à vida do professor, bem como aos processos de ensino e aprendizagem (p. 245).

Corroborando com as autoras, vemos um cenário escolar bastante obscuro, deixando toda a sociedade preocupada.

Nesse sentido, “é fundamental que a escola possa atuar em conjunto com outros segmentos da sociedade, especialmente com as famílias, para enfrentar a violência e promover um ambiente escolar saudável e seguro para todos os alunos” (Gouveia, 2018, p. 63).

Foi com esse olhar, o foco de toda minha trajetória profissional, onde pude observar que dentro do espaço escolar, ocorria diversos tipos de violência entre alunos, acarretando sérios problemas para eles e para a escola, que sem muita alternativa, tinha apenas uma conversa singular com os envolvidos e depois os devolviam para a sala de aula. Em alguns desses casos, muitas vezes a família não tinha conhecimento do que ocorria.

Enquanto professora da rede pública de ensino, convivi anos com a violência escolar, que ocorriam em grande parte, na fila de entrada dos alunos, e outras vezes dentro da própria sala de aula, levando os professores e demais funcionários a sentirem medo e insegurança. Em muitos casos, a violência tinha sua raiz dentro do convívio familiar, desaguando dentro da escola que para buscar soluções para acabar com essa situação era de “suma importância a parceria e comprometimento entre família e escola de forma que os pais tenham participação ativa na vida escolar dos seus filhos” (Meinhart e Santos, 2020 p. 257), isso porque a violência na escola pode afetar os pais emocionalmente, causando preocupação e medo pela segurança de seus filhos. Eles também podem sentir frustração

e desapontamento com o sistema escolar e podem se sentir incapazes de proteger seus filhos da violência.

No nosso estado (Amapá), o governador preocupado com o índice de violência que tem permeado as escolas estaduais, criou o programa EPAZ que tem como objetivo mapear os casos de violência. Esse Mapeamento é um processo importante para entender o alcance e a natureza desse fenômeno em cada escola onde o EPAZ é implantado.

Atrelado a isto, existem algumas estratégias que a gestão escolar pode usar para mapear a violência escolar, como por exemplo: coletar dados sobre a violência escolar por meio de questionários ou pesquisas com os alunos, pais e professores. Esses dados podem incluir o número de casos de violência, o tipo de violência, a frequência e os locais em que ocorrem, ou então, realizar observações diretas monitorando o comportamento dos alunos na escola e identificar possíveis situações de violência, entre outras ações.

Nesse sentido, o interesse por esse tema surgiu a partir das inquietações já mencionadas tendo em vista que, o EPAZ veio justamente para coibir qualquer tipo de violência dentro da rede estadual de ensino do referido estado brasileiro.

Assim, procurando visualizar se esse programa tem ou não surtindo efeito positivo na escola, é que esse estudo se fundamenta, a fim de compreender se esse projeto de fato tem sido eficaz.

Diante do que foi exposto, esse estudo está estruturado além dessa introdução, em três capítulos, a seguir:

O primeiro capítulo, refere-se ao Marco Teórico, debatendo-se a respeito da violência e suas manifestações; como ela ocorrem, a quem ela atinge e suas consequências. Ainda se discute os conceitos do termo “violência” na ótica de alguns autores, pontuando como ela tem se apresentado na atual na sociedade. A seguir enveredamos para pontuar o histórico da violência na escola e para com a escola, dissertando sobre os tipos mais comuns de violência que tem feito parte da vida das pessoas. Dando continuidade ao Marco Teórico, buscamos dialogar a respeito das concepções sobre indisciplina escolar com fator dificultador da prática docente e que por meio dela gera-se a violência. Ainda nessa parte, abordamos a questão do Racismo e seus efeitos no processo de aprendizagem, colocando em destaque as marcas deixadas na pessoa por esse tipo de crime. Neste tópico, salienta-se ainda a questão da homofobia e da pressão psicológica e suas consequências no ambiente escolar. Ainda nessa garimpagem, discutimos a questão do *bullying* e seus reflexos no rendimento escolar, apresentando as consequências desse ato na vida de quem a sofre. Mais adiante, busca-se mostrar a importância de os educadores conhecerem as legislações brasileiras e os princípios educacionais, como uma forma de compreender a quem de fato deve-se recorrer nos casos de violência escolar. Dando prosseguimento ao Marco Teórico pontuamos a questão da formação e estratégias de intervenção e satisfação profissional dentro do processo escolar no qual ocorre a violência, bem como, o cumprimento da legislação de proteção à infância e juventude na ótica de alguns

teóricos. Busca-se ainda relatar o papel da escola como bem público igualitário a todos, mostrando os empecilhos que tem ocasionado em um fazer que ainda não tem preparado os alunos a conviverem de forma sadia. Por último, debate-se as estratégias de implementação do programa educação para a paz – EPAZ no Estado do Amapá.

No segundo capítulo trabalhou-se o Referencial Metodológico, justificando-se a escolha do tema da investigação; o problema e o objetivo geral e os específicos. Desenha-se o modelo da pesquisa, apresentando o contexto social econômico da unidade pesquisada, a população e a amostra, bem como a validação dos instrumentos, determinando-se as variáveis, a técnica e o instrumento da pesquisa.

O terceiro capítulo, teve como foco a coleta, análise e interpretação dos resultados, que foram analisados a luz de alguns teóricos que fundamentavam o que foi apurado.

Por último realiza-se as conclusões finais da investigação apontando-se as propostas que pode contribuir para estudos posteriores.

CAPÍTULO I

A VIOLÊNCIA E SUAS MANIFESTAÇÕES

Vivemos no século, no qual vemos a promessa de que o desenvolvimento técnico, científico e tecnológico seria capaz de nos livrar das guerras. Essa promessa tem se revelado proditório, uma vez que, assistimos de braços cruzados, guerras de todos os tipos, entre países, que vem se prolongando no decorrer do tempo. Observamos também pessoas destruindo sonhos e acabando com vidas, crianças sendo torturadas, abusadas sexualmente, jovens matando famílias, dentre outros tipos de violências, tornando-nos seres incapazes de resolver essa situação. Essas violências e criminalidade golpeiam com indiferença o comportamento de suas vítimas, paralisando-as, levando-as a pronunciarem alguns termos como por exemplo: “medos ambiente’, sem saber se o nosso planeta, nosso mundo, nossa vizinhança escaparão de tais perigos. Fazendo-nos como cidadãos vivendo na sociedade atual, sentindo-nos como equilibristas na corda bamba (Marochi, 2022) com medo do inimigo, chamado homem.

Na organização contemporânea dessa sociedade, os centros de decisões parecem opacos. Percebemos que ao nosso redor estamos cercados de muitas formas de violências, as quais para serem derrubadas seria preciso fazer-se alguns questionamentos

como: que estratégias o poder público tem feito para resolver tal problemática que afligem a sociedade como um todo, a nível nacional? ou qual instância de poder, teria realmente capacidade para tomar decisões assertiva para resolver o problema da violência?

Neste mundo tomado pela velocidade da informação, com o avanço tecnológico que cada vez mais vem crescendo, podendo-se afirmar sem dúvida que não é um mundo onde a igualdade ou a homogeneidade de posições acontecem (Marx, 2017)). Se as instituições, leis e direitos não nos protegem dos infortúnios, quem então arcará com todo esse dilema que tem deixado sequelas incuráveis? Podemos pensar no retorno à família e à ideia de comunidade, etnia e raça acontecendo como uma reação a esta sociedade da insegurança, da incerteza, da violência e da quebra de garantias? (Rodrigues; Santos et al., 2020). Como podemos responder a esses questionamentos, se cada vez mais o mundo tem mergulhado em guerras, seja esta de que tipo for, que tem tornado a vida na terra um verdadeiro tormento?

Na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) encontramos no seu artigo terceiro, que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Esse é de fato, o primeiro artigo da Declaração que enumera conteúdos a respeito dos direitos humanos (Genebra, 2002). Segundo esse documento, todos tem os direitos fundamentais que são: Direito à vida, liberdade e segurança. Os dois primeiros artigos dessa declaração

qualificam o significado de “todo”, “todos”, afirmando sua universalidade, independente do sexo, raça, etnia, religião, origem nacional ou regional, classe social.

É interessante pensar a respeito deste artigo, contido nesta “Declaração” (Genebra, 2002), pois, o mesmo trata sobre o reflexo da violência na escola, do direito à vida, como direito fundamental. Direito esse, que contempla à vida digna, saúde, trabalho, educação, previdência, uma vida com segurança de que não seremos mortos, mas de que podemos criar nossos filhos, educar nossos alunos, formular nossos projetos para o futuro. Enfim viver plenamente com garantias, sem medo de viver a plenitude que é a vida, tendo em mente sonhos e objetivos que desejamos cumprir.

As comunidades escolar e não-escolar devem se conscientizar sobre as formas de violência e suas consequências na vida dos indivíduos, bem como, oferecer condições de análise quanto à influência dos inúmeros fatores que são causadores dessa, que reflete no comportamento de crianças, adolescentes e jovens na vida escolar. Com a descoberta desses fatores, a escola poderá contribuir para fornecer subsídios aos professores para que identifiquem na sala de aula, o aluno vitimado e busque minimizar ou solucionar os problemas que influenciam de forma negativa na aprendizagem escolar, construindo assim outras pretensões acerca do melhor enfrentamento dessa problemática.

Com a identificação desses fatores é possível mapear a violência, o requer uma abordagem multifacetada envolvendo

a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos de diversas fontes. Essas informações podem ser usadas para desenvolver políticas e programas eficazes para prevenir e lidar com esse mal que tem prejudicado a relação com o outro e com o mundo.

De uma maneira geral, o índice de violência vem ocorrendo em todos os segmentos sociais, não somente em escolas públicas, mas também nas privadas, mudando a vida das pessoas, seu jeito de encarar a vida, deixando muitas vezes “marcas” que permanecerão para sempre de quem sofre ou sofreu qualquer tipo de violência (Silva e Azevedo, 2019). É um problema que envolve toda nação brasileira, que anseia por propostas que possam ser implementadas de forma eficiente, culminando na erradicação desse mal que aflige a todos.

Os estudos de Souza (2019), apontam que em 2019, 81% dos estudantes e 90% dos professores souberam de casos de violência em suas escolas estaduais no último ano. As ocorrências mais frequentes de violência nas escolas estaduais envolveram *bullying*, agressão verbal, agressão física e vandalismo. Como podemos observar, a violência, vem crescendo dia a dia no ambiente escolar, deixando a comunidade escolar em alerta, e de mãos atadas passivas de qualquer reação que possam sanar tal problema.

1. A violência e seus conceitos

Quando se fala em violência, precisamos refletir de qual tipo estamos falando, bem como, compreender seu significado

e assim, podermos pontuar suas características e seus efeitos na sociedade. De uma forma geral, a violência no sentido amplo da palavra é concebida por alguns teóricos como uma ação que machuca, oprime e faz sofrer quem por ela passa.

Nessa busca por tentar fechar o conceito sobre “violência”, buscou-se o entendimento de Marinho, Vidal e Vieira (2022, p. 3), que a conceitua como “um termo polissêmico, repleto de adjetivações. Ora, porque é proveniente de determinados contextos sociais, ora por causa de sua interpretação, que pode derivar em diversas percepções que abrigam o olhar da vítima e do acusado”. De acordo com Matos e Alves (2019), a violência é “qualquer comportamento que cause danos ou prejuízos à saúde física, psicológica, moral ou social de uma pessoa, ou que afete negativamente seu desenvolvimento” (p. 71). Já Silva, Dias e Caldeira (2019), a violência é definida como “qualquer ação ou omissão que cause danos físico, psicológico ou moral a uma pessoa ou grupo” (p. 230). No entendimento de Lemes e Martins (2019), a violência pode ser entendida como “um fenômeno social, que ocorre nas relações humanas, por meio da utilização da força, do poder ou da intimidação” (p. 24). Assim, podemos compreendê-la como um comportamento intencional que tem como objetivo causar danos físicos, psicológicos ou emocionais a outra pessoa ou grupo de pessoas. Ela pode assumir muitas formas diferentes, incluindo agressão física, abuso sexual, intimidação, assédio, abuso verbal, ameaças, coerção, entre outros.

Vê-se aí, a multidimensionalidade e a complexidade do conceito em relação à violência, expondo-se em muitas direções. Se o seu conceito é complexo, fica claro que não daremos conta dela de modo simplista. Então as respostas ao desafio de encarar de frente a violência é difícil, pois, envolve múltiplas dimensões. No combate à ela, se faz preciso a implementação de políticas públicas educacionais que amplie o diálogo no sentido de reparar e superar os desafios que é proposto a sociedade e a escola enquanto instituição, que tem sofrido em maior escala este tipo de doença social. Para tanto, se faz necessário a criação de ações que acabem com os mais variados tipos de violência, mesmo compreendendo-se que dentro dos próprios órgãos que são responsáveis por isto, nele também há violência, mal esse que tem se espalhado nos mais diversos segmentos sociais.

Na escola, a violência tem afetado “a todos, por isso é necessário criar espaços de diálogos e reflexão sobre o tema na escola, nas universidades e em outros espaços, para que assim se pensem e busquem estratégias para combater, minimizar e principalmente prevenir a violência no âmbito escolar” (Meinhart e Santos, 2020, p. 250). A violência na escola pode afetar negativamente a aprendizagem e o desempenho acadêmico dos alunos, levando-os a sentirem medo e insegurança, o que pode causar problemas emocionais e comportamentais. A violência também pode afetar o bem-estar físico, causando lesões e danos psicológicos. Ela também pode afetar a saúde física e emocional dos professores e funcionários,

além de prejudicar seu desempenho no trabalho. Eles podem desenvolver o estresse e ansiedade, o que pode levar a problemas de saúde mental e esgotamento profissional (Souza, 2019).

A violência escolar é um problema complexo que afeta não apenas a segurança e o bem-estar dos alunos, mas também a qualidade da educação em si. É importante destacar que a violência escolar não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das tensões e desigualdades presentes na sociedade em geral.

Os professores e as escolas têm um papel fundamental na prevenção e combate à violência escolar, por meio de políticas educacionais que promovam o respeito à diversidade, o diálogo e a resolução pacífica de conflitos. No entanto, também é importante que as famílias, as autoridades e a sociedade como um todo se envolvam na luta contra a violência escolar, criando um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes. Além disso, a violência escolar pode trazer graves problemas a longo prazo para a saúde mental e emocional dos estudantes, que podem apresentar sintomas de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Portanto, é essencial que as vítimas de violência escolar recebam o apoio necessário para lidar com as consequências do trauma e possam se sentir seguras e protegidas na escola.

Nessa ótica, as diversas formas de violências implicam sérios problemas na vida dessas pessoas, vítimas dessas ações, o exige respostas imediatas de diferentes dimensões, macro e

micro que se relacionam entre si de maneiras peculiares. Em todos os casos há agressores específicos e há vítimas, essa última sempre sai perdendo. Para Barroso (2018, p. 314), “a violência não a atinge da mesma forma: ela é seletiva e traz implicações particulares a depender das classes sociais, do gênero/sexo, da ‘raça’/etnia e dos grupos em geral sobre os quais se pratica ou é destinada”. Sendo assim, é importante que as escolas e a comunidade trabalhem juntas para prevenir a violência e criar um ambiente seguro e saudável para todos.

De acordo com Projeto de Lei -PL- 3503/2004, define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal considerando que é vítima nos diversos contextos, destacando a natureza complexa e multifacetada do fenômeno, abrangendo diferentes formas e impactos em diversos contextos sociais.

Art. 3º Considera-se vítima, para os efeitos desta Lei, a pessoa que suporta direta ou indiretamente os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais, ou quaisquer outras violações dos seus direitos fundamentais, bem como os familiares próximos.

Há vítimas em todos os casos, sobre criança, jovens, idosos e mulheres, que tem levado a sociedade a uma preocupação muito grande a respeito da inexistência de criação de políticas públicas eficazes que possam levar as pessoas a viverem num mundo de forma segura e com direitos iguais, pois, os que

existem ainda não tem sido eficiente no combate dessa ação no ambiente escolar.

Hoje se vê a violência como uma epidemia exigindo-se, assim, a vigilância constante sobre a nossa liberdade: um olhar médico, sociológico, pedagógico, criminológico principalmente sobre os jovens homens, perpetradores e vítimas preferenciais do ponto de vista epidemiológico, por isso,

É necessário compreender a violência como um fenômeno social, que não pode ser explicado apenas pela patologia individual, mas sim pelas relações de poder e desigualdade presentes na sociedade, que afetam de forma particular os jovens homens, sobretudo aqueles que vivem em contextos de vulnerabilidade social (Martins, 2020, p. 21).

Nesse sentido, a violência passa a ser uma questão de saúde pública, retratando uma sociedade doentia que exige a intervenção de determinados setores, com soluções e respostas rápidas, caso contrário, a sociedade passa a ser percebida como um organismo com seu sistema imunológico enfraquecido ou desorganizado, mas que de forma urgente precisa ser curada (Piccoli, Lena e Gonçalves, 2019). Por ser uma questão de saúde pública é que a violência exige a atenção de diferentes setores, desde a educação até a segurança pública e a saúde mental.

Quando a violência se torna endêmica em uma sociedade, ela indica uma falha no tecido social que pode levar ao aumento da criminalidade, da desigualdade social e do adoecimento

mental. Para lidar com a violência de forma eficaz, é necessário adotar uma abordagem interdisciplinar e integrada, envolvendo diferentes setores e profissionais, como médicos, psicólogos, assistentes sociais, educadores, policiais e membros da comunidade. É preciso implementar políticas públicas que visem à prevenção da violência, como programas de educação para a paz, campanhas de conscientização, ações de mediação de conflitos e o fortalecimento das redes de proteção social. Também é importante investir na promoção da saúde mental e emocional dos indivíduos, desde a infância até a idade adulta, oferecendo acesso a serviços de saúde mental de qualidade, terapias e programas de prevenção do estresse e da ansiedade.

Somente com um esforço conjunto e uma abordagem integrada e interdisciplinar, podemos esperar criar uma sociedade mais saudável e menos violenta, capaz de garantir a segurança e o bem-estar de todos os seus membros.

Assim, urge separar o sadio e o doente para atuar e erradicar esse problema, que tem sido o mote da discussão social para que se possa adentrar nos diversos setores sociais, ou mesmo nas ruas, sem medo de sermos violentados em nossos direitos (de ir e vir) sem perder de vista que viver é um direito de todos os seres humanos, mas viver sempre com segurança (Fontes, 2021).

Como a violência se apresenta na sociedade? Seus percursos e suas vítimas

A violência na sociedade contemporânea é visível e invade subjetiva e objetivamente a vida de todos, interferindo nos desejos, nas ações nas opções tomadas por indivíduos e por instituições. Barroso (2018) em seu livro: *“Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, discute a questão da violência rejeitando-a e afirma que ela acontece como uma forma legítima de protesto que pode levar à supressão da dissidência política e essa ação está cada vez mais invisível para a elite, justificada pelo medo e pela necessidade de segurança. Entretanto, no dia a dia, nos chegamos através das mídias, notícias dos mais variados tipos de violência vivenciados na sociedade brasileira, bem como no âmbito internacional. Particularmente observamos, dentro das escolas, alunos cometendo infrações que se caracterizam por agressões verbais, físicas, pichações, *bullying* e furtos (Souza, 2019) dentre outras. Estes tipos de comportamentos, além de despertar o interesse em compreender o fenômeno da violência de forma ampla por parte das autoridades competentes (Barroso, 2018) exige também, daqueles que se dedicam à esfera educacional, um olhar mais atento e observador, quanto aos comportamentos dos estudantes, suas manifestações e consequências no cotidiano escolar.

O desconforto ao se tratar sobre violência é fácil de entender, pois, levar temas como medo, agressividade, drogas

para a sala de aula não parecem combinar com o papel construtivo e pacificador da escola, igualmente não é nada simples identificar a violência, pois cada um tem uma concepção e percepção sobre o tema, a partir da captação de diferentes perspectivas, isso possibilita uma infinidade de compreensões acerca da violência. Contudo, é importante esse olhar, como uma abordagem multidisciplinar e contextualizada para se compreender que a violência, envolve as dimensões sociais, políticas e culturais que influenciam seu surgimento e perpetuação. Além disso, é emergente a necessidade de atenção especial aos jovens homens, que são frequentemente estigmatizados como potenciais autores de violência e negligenciados em políticas de prevenção e intervenção.

De fato, o tema da violência pode gerar desconforto em muitas pessoas, principalmente quando se trata de levá-lo para dentro da sala de aula. No entanto, é importante lembrar que a escola tem um papel fundamental na formação dos alunos, não apenas em termos de conhecimento acadêmico, mas também na formação de valores e comportamentos éticos e cidadãos. Levar temas como medo, agressividade e drogas para a sala de aula pode parecer desconfortável, mas é necessário para que os alunos possam entender e lidar com esses problemas de forma adequada. Além disso, a escola pode ser um espaço seguro e acolhedor para os alunos discutirem esses temas, trocarem experiências e aprenderem estratégias para lidar com situações de violência.

A escola também pode desempenhar um papel importante na prevenção da violência, por meio de programas educacionais que promovam a cultura de paz, a resolução pacífica de conflitos e o diálogo entre os alunos. Ao criar um ambiente saudável e respeitoso, a escola pode contribuir para a redução dos índices de violência e para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Embora seja compreensível o desconforto em tratar sobre a violência na sala de aula, é importante que a escola assuma essa responsabilidade e se engaje na luta contra a violência, para que possamos construir uma sociedade mais pacífica e justa.

As fronteiras da violência no tempo e no espaço se tornam difíceis de serem definidas, é por isso que, muitas vezes ela é confundida com agressão e indisciplina quando se manifesta na esfera escolar. Dessa forma, é necessária uma educação para a paz, que se construa junto com os alunos, com a participação da comunidade escolar, para que eles se sintam também responsáveis pela escola e vejam nela, não somente um lugar onde se aprende as matérias do currículo, e sim lugar no qual se formam cidadãos, percebendo-se como sujeitos de suas próprias histórias e que desejam que a escola proponha educação para a paz que vise promover valores como solidariedade, respeito, diálogo e cooperação entre os alunos e a comunidade escolar (Santos e Alves, 2019).

Acreditamos que a escola é um ambiente onde as manifestações reprimidas eclodem, e para isso ela precisa

enfrentar o problema da violência, passando a ser vista sob outro prisma: “aquela Instituição, apaziguadora, acolhedora que dialoga com todos, na busca de soluções assertivas. No entanto, tem sido observado no contexto educacional o que é contrário à ideia de promover uma cultura de paz” (Borba, Sales e Silva, 2022, p. 5), que ao invés da escola propor ações que desmotive a questão da manifestação da violência, ela se esquivava, utilizando estratégias paliativas que não consegue erradicar as agressões e violência escolar.

Muitas vezes a escola pode utilizar estratégias paliativas para lidar com a violência escolar, como punições disciplinares e medidas de segurança reativas, sem abordar as causas subjacentes da violência e sem promover uma cultura de paz e diálogo. Essas abordagens podem ter efeitos limitados e temporários, e não conseguem realmente erradicar a violência escolar. Além disso, podem contribuir para a perpetuação de um clima de medo, insegurança e desconfiança entre os alunos, o que pode agravar ainda mais o problema.

Sendo assim, para enfrentar a violência escolar de forma eficaz, é preciso adotar uma abordagem mais abrangente e integrada, que envolva não apenas medidas de segurança, mas também a promoção de valores como a empatia, o respeito, a tolerância e a cooperação. Além disso, a escola precisa trabalhar em conjunto com outros setores, como a família, a comunidade e as autoridades locais, para construir uma rede de proteção social eficaz, capaz de prevenir e combater a violência em todas as suas formas.

É fundamental que a escola adote uma postura proativa, promovendo a cultura de paz e o diálogo entre os alunos, incentivando a resolução pacífica de conflitos e oferecendo apoio emocional e psicológico aos alunos que sofrem com a violência escolar. Somente através de uma abordagem integrada, que promova a empatia, a solidariedade e a cultura de paz, é possível criar um ambiente escolar seguro, saudável e respeitoso, capaz de garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral de todos os seus alunos.

2. Histórico da violência na escola

No atual contexto social, a escola tem encontrado dificuldades para lidar com a violência que ocorre dentro dela. É uma problemática que atinge grande parte das escolas brasileiras sejam elas de que porte for, o que faz crescer o número de queixas de professores a respeito da violência escolar gerando insatisfação, desgaste mental e de todo o seu sofrimento no trabalho, expressos por intermédio de reclamações e pessimismo, os quais indicam além da falta de apoio a sua profissão como também da sua própria vitimização recorrente por violência direta ou indireta no ambiente escolar (Giordani; Seffner; Dell'aglio, 2017).

No âmbito escolar, insultos e agressões são episódios recorrentes cometidos por alguns alunos, por seus próprios colegas de sala, ou quando não, de salas de aulas diferentes. Segundo Moreira e Almeida (2021), a falta de investimentos na educação pública tem gerado um cenário de exclusão e

precariedade que contribui para a violência escolar. Corroborando com os autores, Campanário e Ferreira (2021), a falta de recursos e a desvalorização dos professores são fatores que contribuem para a deterioração do ambiente escolar e o aumento da violência. Para Pinto e Rocha (2021), a precariedade da escola pública não apenas contribui para a violência, mas também é uma forma de violência em si mesma, pois nega aos alunos o acesso a uma educação de qualidade.

A insegurança dentro da maioria das escolas públicas é uma questão complexa e multifacetada, que envolve diversos fatores, como a falta de investimentos adequados, a ausência de recursos e equipamentos necessários, a sobrecarga de trabalho dos professores, entre outros. Essa precariedade não apenas contribui para a violência escolar, mas também é uma forma de violência em si mesma, pois nega aos alunos o acesso a uma educação de qualidade, que é um direito fundamental de todas as crianças e jovens.

A falta de infraestrutura adequada, de materiais didáticos, de tecnologia e de recursos humanos qualificados pode comprometer seriamente a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos, além de aumentar a evasão escolar e a exclusão social. Além disso, a precariedade da escola pública pode contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que os alunos mais vulneráveis e com menos recursos são os que mais sofrem com a falta de investimentos na educação. Por isso, é fundamental que o Estado invista de forma adequada e consistente na educação pública, garantindo

recursos suficientes para que as escolas possam oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural. Somente através de uma educação de qualidade, que valorize a diversidade, a inclusão e a equidade, é possível construir uma sociedade mais justa, solidária e pacífica, capaz de superar a violência em todas as suas formas.

Desta forma, destacamos a importância de investimentos na educação pública, valorização dos profissionais da educação e promoção de políticas públicas que visem a construção de um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e acolhedor. Além disso, ressaltam que a precariedade da escola pública não é apenas uma questão de infraestrutura, mas também de valores e práticas que precisam ser transformados para garantir uma educação de qualidade para todos.

Essas violências, não tem sido algo isolado, mas recorrente, dificultando a relação amigável e o respeito mútuo que deve estar sempre no centro do espaço escolar. As ocorrências têm como causas mais frequentes o *bullying*, agressão verbal, física e vandalismo. São alunos em sua maioria, pertencentes a classe social diferenciada, tendo como a raiz dessa violência uma série de fatores, entre eles: a desestruturação familiar, o desemprego dos pais, o uso de drogas e entorpecentes, além da falta de políticas públicas que visem o enfrentamento e redução dessa mazela que tem afligido toda a escola. Isto nos mostra que ainda está distante da escola respirar, quando se fala em violência dentro dela.

Com certeza, quando a violência se instala na sala de aula, ela também atinge o professor de maneira significativa. Os professores são frequentemente vítimas de agressões verbais e físicas por parte dos alunos, o que pode ter um impacto negativo em sua saúde emocional, física e mental. Além do que, a violência na sala de aula pode comprometer seriamente o ambiente de aprendizagem, tornando-o um lugar hostil e ameaçador para o professor e para os alunos. Isso pode levar a uma diminuição da motivação dos professores, do engajamento dos alunos e da qualidade do ensino oferecido.

A violência também pode gerar um sentimento de impotência e desamparo no professor, que muitas vezes se sente despreparado para lidar com situações de conflito e violência. Isso pode afetar sua autoestima, autoconfiança e motivação, comprometendo sua capacidade de ensinar de forma eficaz e de lidar com as demandas e desafios da profissão. Por isso, é fundamental que as escolas ofereçam aos professores o apoio emocional, psicológico e pedagógico necessário para lidar com a violência na sala de aula, bem como treinamentos e capacitações para prevenção e manejo de situações de conflito.

É importante também ressaltar que as escolas promovam uma cultura de respeito, diálogo e colaboração, que valorize a diversidade e a inclusão, e que ofereçam um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos e professores, garantindo um ambiente de aprendizagem saudável, equilibrado e produtivo para todos os envolvidos.

Nesse contexto, quem perde são todos, perde o aluno porque não consegue se livrar do mal que o acomete e perde o professor que fica de certa forma desmoralizado e desmotivado a ensinar. Portanto, é importante a elaboração de propostas educacionais que sirvam de orientação aos jovens, mas também a família que também se sentem confusos e perdidos e não servem como figuras de identificação.

Diante do que já foi relatado, é preciso um debate mais aprofundado sobre as distintas formas de violência escolar e suas causas, as quais podem estar atreladas ao impacto mais agressivo ou mais sutil em que as diversas violências tem se concretizado na sala de aula. Dessa forma, a erradicação deste mal tão perverso que tem sua visibilidade social, vai depender da força política que seja capaz de transformar esse cenário, em um ambiente propício ao desenvolvimento da amizade, do compartilhamento, do carinho e respeito, que tanto a escola anseia.

Violência da escola e violência para com a escola

A escola entra neste debate contemporâneo sobre violência, ora como vítima da violência externa, ora como algoz quando vista como uma instituição com sua cota de própria violência. Para Barbieri, Santos e Avelino (2022, p. 01),

A negligência dos pais ou responsáveis também tem influência no comportamento do discente, uma vez que a família é a base da educação, e se não age paralelamente com a instituição de ensino, o aluno entende que seus atos não têm

consequência real. Pais transferem para a escola a responsabilidade de educar e cuidar do indivíduo, tirando de si a obrigação de formar um cidadão para integrar o convívio social.

Nesse sentido podemos considerar que a violência tem decorrências históricas e sociais, inclusive vale salientar que, a escola não é o único fator em que se observa a violência crescente, mas, também dentro do próprio convívio familiar que ela vem se manifestando, recaindo sobre a escola as consequências. Assim é possível afirmar que, se um jovem convive em ambiente de discussões e agressões, certamente ele reproduzirá estes tipos de atitudes no ambiente escolar, seja dentro da sala de aula, nos corredores, no pátio ou em outra dependência da escola. Portanto,

Tratar a violência que ocorre nas famílias é uma das formas de prevenir a violência fatal, inclusive a criminal. Os jovens falam da violência sexual, do espancamento, das brigas. Violência, portanto, que acontece contra a mulher, a criança, o adolescente, o idoso, o portador de deficiência, o doente mental. Ligada ao alcoolismo, ao desemprego, dialogando e refletindo assim, sobre outras violências estruturais, provocando formas de vitimização direta e indireta, que repercutem na atividade escolar da criança ou do jovem, sob a forma da indisciplina, do descaso, da dificuldade em aprender (Schilling et al., 2016, p. 16).

Todavia, nesse leque de possibilidades, a escola passa a ser o lugar da reprodução das desigualdades de gênero e raça, da

produção da pobreza e da exclusão, isso porque, “pais transferem para a escola a responsabilidade de educar e cuidar do indivíduo, tirando de si a obrigação de formar um cidadão para integrar o convívio social” (Barbieri, Avelino e Santos, 2022, p. 01). Assim, a escola teria, sua cota de violências sociais econômicas logo, o lugar da superação das desigualdades sociais, da construção democrática e dos direitos humanos.

A educação materializada na escola, tem uma história e nessa história, percebemos claramente o lugar que a instituição ocupa em nossa sociedade e a disputa pelo sentido desse lugar tão central e importante, passando a ser vista como a instituição que construirá a democracia potencializando os talentos que dentro dela há. Uma intuição capaz de combater os males ocasionados pelo desajustamento de uma sociedade desigual.

Segundo Oliveira e Silva (2022), uma das formas de combater a violência na escola é investir em programas de mediação de conflitos, que buscam promover a cultura da paz e da resolução pacífica de conflitos. Teixeira e Costa (2022) acrescenta que outra forma de combater a violência na escola é por meio do fortalecimento das relações interpessoais entre os alunos, professores e demais profissionais da escola, criando um ambiente de acolhimento e respeito. No entendimento de Moreira e Santos (2022), para o combate a violência se faz necessário a inclusão de temáticas de educação para os direitos humanos nas atividades pedagógicas é uma forma importante de combater a violência na escola, pois promove o respeito à diversidade e a valorização da dignidade humana.

Esses autores destacam a importância de uma abordagem sistêmica para a prevenção e o combate à violência na escola, que envolve não apenas medidas reativas, mas também investimentos em ações preventivas que visem a construção de um ambiente escolar mais seguro, inclusiva e acolhedor.

Durkheim (1978), coloca as bases para pensarmos sobre a educação e o papel da escola na sociedade. Para o autor, essa é uma instituição social básica, com papel fundamental na reprodução da homogeneidade (a garantia de uma base ideológica comum) e da heterogeneidade (a garantia de que as forças que alimentarão as diferenças criadas pela divisão do trabalho serão recriadas). Sua relação com a sociedade é a de perpetuar as formas sociais vigentes em cada época; sua relação com as formas dominantes do trabalho é direta: preparar no caso da nossa modernidade para a divisão do trabalho, para especialização requerida pela produção industrial. Pensando assim, é possível compreender que “a educação é, acima de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições da sua própria existência” (Durkheim 1978, p. 82).

Portanto, pensar nas relações externas que contornam a instituição, e ver como são traduzidas no cotidiano escolar, é pressuposto para que possamos dar conta da tarefa de educar, pois, conforme traduzindo o pensamento de Freire em seu livro: *Pedagogia do Oprimido* (1987), ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão. Sendo assim, se faz emergente um olhar mais amoroso para os problemas que norteiam a sociedade brasileira

e que contribuem de forma direta e indireta para o aumento da violência no nosso país.

3. A violência e seus tipos

A violência em si, não é algo que surgiu de repente, muito pelo contrário, ela faz parte do cotidiano das pessoas desde a história da humanidade. Ela se insere em um sistema sociohistórico que condicionou as pessoas a viverem em uma posição inferior, que com medo de seus algozes, e o que poderia acontecer com a vítima caso ela falasse algo que viesse prejudicar seu agressor. Esse fato, levou muitas vezes as pessoas vitimadas a se excluir do seio familiar, da comunidade onde residiam e da sociedade como um todo. O isolamento, se dava pelo medo, vergonha e pela ação ameaçadora do agressor que vigiava suas vítimas impedindo-a de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação psicológica.

Embora as evidências a respeito dos impactos do isolamento das pessoas sobre a violência sejam incipientes, relatos dão conta de que essas, iam mais além do que se isolar, em muitos casos elas tiravam suas vidas, o que atingiam não somente a vítima, mas a sua família e a sua comunidade.

No decorrer do tempo, devido ao processo emergente das tecnologias, e dos avanços sociais, políticos e jurídicos no combate à violência, defende-se de que apesar dos mecanismos

em defesa do vitimado, a violência ainda continua crescente no mundo contemporâneo.

Pode se compreender que a violência é um fenômeno histórico e social que tem sempre uma relação, ou seja, que se interligam entre os dois fenômenos, assim, todo indivíduo é violento desde que seja estimulado para tal, cabendo ao mesmo, o livre arbítrio em conter a violência dentro dele para ter relações pacíficas (Barbieri, Avelino e Santos, 2022). Logo, ao se falar em violência não se pode limitar a discussão apenas a questões a um tipo de violência, mas todas (física, sexual, simbólica, racismo, homofobia e psicológica), pois essa ação abrange de um modo geral, todos os tipos de pessoas, desde a criança até os idosos.

Na sociedade brasileira, a violência é um acontecimento que vem se observando, mesmo com as leis que protege as vítimas, levando a discussão acerca dessa temática para os diversos tipos de segmentos sociais, pois esse problema tem sido o cerne do debate social e porque não dizer legitimada no sentido mais amplo na sociedade atual.

Violência física

A violência física é concebida por qualquer tipo de agressão física, como por exemplo: chutes, pontapés, soco, dentre outros. a violência física é caracterizada por empurrões, beliscões e estalos, do agressor contra a sua vítima, e não se restringe ao contexto escolar, podendo ocorrer em qualquer espaço em que aconteça relações paritárias (Knoener, 2019). De condo com

Cunha e Santos (2020), a violência física é caracterizada por agressões corporais, como empurrões, socos, chutes e outros atos que causem lesões ou danos ao corpo. Foucault (2018) enfatiza que A violência não é apenas uma prática de indivíduos ou grupos, mas é uma técnica de poder que é exercida por meio de instituições e mecanismos de disciplina e controle.

Buscando o que diz a Organização das Nações Unidas - ONU, a respeito da violência física, ela é vista como uma ação que viola os direitos humanos, coloca obstáculos à igualdade de gênero e afeta significativa e intensamente a integridade física e a saúde mental das vítimas. Este tipo de violência sempre deixa marcas evidentes, que põe em risco a integridade ou a saúde corporal da pessoa.

No ambiente escolar ainda é frequente essa ação, em que sempre se caracteriza em que um aluno possui uma relação de poder superior sobre o outro, que num impulso, causa danos por meio do uso de força física, o que pode provocar lesões internas e externas, tanto no agressor como na vítima. A lesão provocada no agressor se dá face a defesa de sua vítima, que para não sofrer acaba também agredindo (Brasil, 2002).

A violência física não pode ficar impune, e na escola de uma forma geral, dependendo do que consta no Regimento Escolar, (RE) de cada instituição, o agressor pode ser penalizado de diversas maneiras, que vai desde a suspensão temporária de sua presença na sala de aula, até mesmo a sua transferência do ambiente escolar. Em muitos casos, também é possível envolver a polícia para resolver o problema, que dependendo da

situação, o aluno poderá responder a processo ou mesmo ser encaminhado a outros órgãos, como o Conselho Tutelar. De acordo com Ferreira (2020, p. 24) este tipo de violência “designa o uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades em alguém. Costuma ocorrer em todos os ambientes sociais, podendo tornar as vítimas mais medrosas, apáticas e agressivas, causando prejuízo no desempenho escolar”. Por isso, na escola é muito importante o professor estar atento, principalmente quando aquele aluno que apresenta bom rendimento escolar, e de repente começa a apresentar baixo desempenho ou outro comportamento atípico.

Violência sexual

A violência sexual é conceituada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como sendo,

Todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho (OMS, 2002, s/p).

A violência sexual, é caracterizada pelo abuso e exploração sexual, na qual o corpo de uma criança ou adolescente é utilizado para a prática de qualquer ato de natureza sexual.

Assim, o abuso do corpo e da sexualidade, seja por emprego de força física ou qualquer outra forma de coerção ou sedução para satisfação sexual, configura -se uma violência.

Segundo as Nações Unidas (ONU) a coerção pode acontecer de diversas maneiras e por meio de diferentes graus de força, como: intimidação psicológica, extorsão e ameaças, podendo também ocorrer se a pessoa não estiver em condições de dar seu consentimento, em caso de estar sob efeito do álcool e outras drogas, dormindo ou mentalmente incapacitada, entre outros casos. Este tipo de violência tem sido muito frequente na sociedade, principalmente contra a criança essa em fase escolar, acarretando numa gama de fatores negativos em sua vida, que impossibilita um aprendizado satisfatório, interferindo nos aspectos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais de quem é vitimado pela violência sexual.

Nas mídias sociais, é possível perceber relatos de pais, que vem denunciando casos de estupros nas crianças, deixando as pessoas sensibilizadas com tamanha violência contra um ser muito inocente. No entanto, a pior descoberta desse pai, dessa mãe, é que em muitos casos, o esturador sempre são pessoas do convívio da criança ou quando não, vizinhos e amigos da família. Assim, a,

Indiferença e silêncio são observados no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo grande o desafio para a sociedade brasileira administrada. Tabus, preconceito, rejeição, omissão, consentimento, incentivo e sigilo são algumas características presentes nas situações que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes (Ferreira, 2020, p. 18)

Esse fato acontece em muitos casos, porque a família por medo de receber represálias, pela falta de apoio, vergonha, medo de ser marginalizada pela sociedade, acaba silenciada deixando a criança à mercê da própria sorte.

Estudos evidenciam que crianças vítimas de abuso sexual enfrentam mais problemas de saúde, buscando cada vez mais “os serviços de saúde para consultas ao longo da vida e registram mais internações em hospitais e de maior duração do que aquelas não vítimas de violência. Por tudo isso, a violência exerce uma forte pressão sobre os sistemas de saúde” (Silva, 2019, p. 20). Nesse sentido, precisamos refletir sobre as possíveis variáveis que vem acontecendo dentro da sociedade, para o combate à violência sexual, aplicando políticas que envolvam, além da família sociedade em geral.

Violência estrutural

A violência estrutural é um conceito importante para entendermos como a violência está enraizada em estruturas sociais, econômicas e políticas, e não se limita apenas a comportamentos individuais e ela não há apenas um ator

identificável que cause essa forma de violência. De acordo com a definição citada, a violência estrutural se apresenta nos comportamentos individuais ou institucionais que negam as necessidades humanas reais. Isso significa que a violência estrutural pode ser observada em diversas esferas da sociedade, como no acesso desigual a recursos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho e segurança, bem como na manutenção de práticas e normas que perpetuam a desigualdade e a exclusão social. Por exemplo, a falta de acesso à educação de qualidade, a falta de políticas públicas que garantam o direito à saúde e a ausência de oportunidades de trabalho digno são formas de violência estrutural, que limitam o acesso das pessoas a condições mínimas de bem-estar e desenvolvimento pessoal.

As práticas discriminatórias e excludentes, como o racismo, a homofobia, a misoginia e a xenofobia, são outras formas de violência estrutural, que afetam a dignidade e os direitos das pessoas, e perpetuam a desigualdade e a injustiça. Para enfrentarmos a violência estrutural, é preciso promover uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais e políticas que a sustentam, bem como desenvolver políticas e práticas que garantam o respeito à dignidade humana e a promoção da igualdade e da justiça social.

A violência estrutural por não ter um único responsável que possa ser responsabilizado pelas

consequências, ela é muito comum manifestar-se aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cornificam a fome, miséria e as desigualdades sociais, de gênero, etnia e mantem o domínio dos adultos sobre as crianças e adolescentes (Silva, 2019) diz que a violência estrutural é um tipo de violência “mais difícil de ser quantificada e aparentemente não apresenta sujeito, pois se perpetua nos processos históricos e se naturaliza na cultura” (p. 18). A violência estrutural mantém a alienação dos indivíduos ao qual são submetidos e com isso, sofrem a partir dos mecanismos pelos quais os poderes do Estado, restringe o acesso a maioria da população aos direitos básicos que lhes proporcionariam uma vida digna, e dessa forma, colabora para a sua exclusão social e faz parte de um sistema complexo de relações desiguais de poder, dominação do mais fraco subjogado pelo mais forte, historicamente construídas.

Para Butler (2018), a violência estrutural é aquela que é incorporada nos próprios arranjos sociais e políticos, nas normas e nas leis, e que é capaz de produzir efeitos sistemáticos de opressão e de exclusão. Federici (2018), vai mais além, ao afirmar que a violência estrutural é aquela que é perpetuada por meio de instituições como o Estado, o sistema financeiro e a economia globalizada, que produzem desigualdades e exclusões sistemáticas.

Apesar da impessoalidade, que a violência estrutural se apresenta nos “comportamentos individuais ou institucionais que negam as necessidades humanas reais” (Bozza, 2016, p. 3), ela é manifestada pela imposição de uma forma desumana na qual a satisfação da necessidade de uns depende da negação da satisfação de necessidades de outros.

Violência simbólica

A Violência simbólica é um conceito que foi elaborado por Pierre Bourdieu, o qual a aborda como sendo uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, que causam danos morais e psicológicos. Assim, este tipo de violência, Bourdieu (1996) define dessa forma: “é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p. 16).

Essa forma de violência é exercida por meio de símbolos, normas, valores e representações culturais que são internalizadas pelas pessoas e que reproduzem relações de poder e dominação. Por exemplo, a naturalização da desigualdade de gênero ou racial, a imposição de padrões de beleza ou comportamento social, e a exclusão de determinados grupos sociais da participação plena na vida social são formas de violência simbólica.

É importante destacar que a violência simbólica não é menos violenta do que a violência física, pois seus efeitos podem ser tão graves quanto os da violência física, afetando a autoestima, a autoconfiança e a capacidade de agir e se relacionar com o mundo. Por isso, é fundamental compreender e reconhecer a existência da violência simbólica, bem como desenvolver estratégias para combatê-la, promovendo a desconstrução de estereótipos, preconceitos e desigualdades, e valorizando a diversidade e a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas.

Este tipo de violência tem sido muito comum, nas escolas, nos lares, no trabalho, nas feiras, sendo quase impossível o agressor ser punido, devido à ausência de provas concretas. Um exemplo de como este tipo de violência acontece é quando o aluno vem de uma determinada localidade, trazendo consigo seu tipo de fala, seus costumes, passando a ser discriminado por seus colegas, e em alguns casos até pelo seu próprio professor e outros funcionários da escola. Misse (2017), em seu livro "Cidadania e Direitos Humanos" fala sobre a violência simbólica como uma das formas mais sutis de violência, que opera no nível das ideias e das representações sociais.

Para Ferreira (2020, p. 27), diz que ela se "refere a uma violência da própria escola que, na tentativa de lidar com as situações adversas, utiliza-se de sanções expiatórias e intervenções violentas que ferem o direito de frequentar espaços que contribuam para o desenvolvimento de pessoas autônomas". Agindo assim, a escola passa a ser um local

violento e extremamente desagradável para o aluno, que por não ter outra alternativa continua a frequentá-la, mesmo sofrendo, ou quando não, abandona a escola, concebendo que a sua expressão linguística, é naturalmente inferior as demais presentes no ambiente escolar, gerando dessa forma, o preconceito sobre a língua do outro.

A Violência Simbólica se refere a “um mecanismo utilizado de forma sutil por classes dominantes a fim de legitimar certas crenças, comportamentos ou tradições” (Tiradentes, 2015, p. 34). Para o combate desse tipo de violência, cabe à escola promover debates, trabalhar em equipes, para que cada uma aprenda a respeitar o outro, independentemente de sua cultura. Pois, é na coletividade, que as experiências são valorizadas, no qual aprende-se a respeitar as singularidades de cada um.

Uma das formas de promover esse combate é por meio de debates e atividades que estimulem a reflexão crítica sobre as normas, valores e representações culturais que reproduzem desigualdades e opressões, como a desigualdade de gênero, racial e social. É importante ainda que a escola trabalhe em equipe, promovendo o diálogo e a colaboração entre professores, alunos e funcionários, de modo a construir um ambiente de respeito, tolerância e solidariedade, onde cada um possa se expressar livremente e ser valorizado em sua diversidade.

Outra estratégia importante é a inclusão de conteúdos relacionados à diversidade cultural e aos direitos humanos nos currículos escolares, de modo a sensibilizar os alunos para a

importância da convivência pacífica e da valorização da diversidade. Por fim, é fundamental que a escola esteja comprometida com a formação integral dos alunos, não apenas no aspecto cognitivo, mas também no emocional, ético e social, de modo a formar cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, consideramos que violência simbólica se apresenta uma forma de precariedade social, porque nessa sociedade capitalista a vidas de certas pessoas são valorizadas mais do que as de outras, baseadas em normas e valores culturais.

Violência doméstica

A violência doméstica tem sido alvo de muitas discussões, principalmente por ela atingir as mulheres e como consequência, as crianças. A violência doméstica pode estar relacionada a diversos fatores sob a perspectiva da síndrome da mulher agredida. Então a violência doméstica é um conjunto de sintomas físicos e psicológicos que podem afetar mulheres vítimas de violência doméstica. “A violência contra as mulheres é tão comum que pode se tornar normalizada, dada como garantida, aceita como parte da condição humana. A forma mais pervasiva e persistente de violência contra as mulheres é a violência doméstica” (Storkey, 2017, p. 21).

A violência doméstica é um problema grave que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, causando danos físicos, emocionais e psicológicos. Além disso, as crianças que vivem

em lares onde há violência doméstica também são afetadas, podendo sofrer consequências a longo prazo. É importante destacar que a violência doméstica não é apenas física, mas também pode ser psicológica, sexual, patrimonial e moral, e pode ocorrer em diferentes tipos de relacionamentos, como casamento, união estável, namoro ou convivência. Para combater a violência doméstica, é fundamental que haja uma mobilização social ampla, com envolvimento de diferentes setores da sociedade, como a polícia, o sistema de justiça, os serviços de saúde e assistência social, as escolas e a mídia.

É importante ressaltar que para o combate a este tipo de violência é necessário que sejam criadas políticas públicas que garantam o acesso das mulheres à justiça, à segurança e aos serviços de saúde e assistência social, bem como a promoção de campanhas de conscientização e prevenção da violência doméstica. Outra questão importante é a educação de crianças e jovens, para que desde cedo aprendam sobre a importância do respeito mútuo, da igualdade de gênero e da não violência como formas de relacionamento saudáveis e positivos.

No Brasil há leis que protegem as mulheres contra esse tipo de violência, entre essas, está a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar.

Apesar das leis brasileiras que tem a finalidade de proteção a mulher, percebemos ainda um número de elevado desse público vítima desse tipo de violência, seja pela ação violenta de seus companheiros, ou mesma dos pais contra a criança.

Para Medeiros (2018, p. 38) é muito importante que a sociedade denuncie as violências que as mulheres sofrem “pelos seus parceiros íntimos” [...] afim de [...] “mobilizar a sociedade para os atos públicos realizados pelo movimento feminista pelo enfrentamento da violência contra a mulher e temas relacionados com a desigualdade de gênero, e, atender as mulheres vítimas de violência doméstica[...]. Pois são muito significativos os casos de violência contra a mulher e tem ocorrido de forma sistemática na sociedade em todas as classes sociais. Portanto, é uma questão universal que se encontra presente independentemente da situação financeira ou cultural dentro das famílias, mesmo com a Lei em vigor.

Em seu art.7º a Lei 11.340/06(Lei Maria da Penha) define as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, é uma importante ferramenta para a proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. A lei prevê medidas protetivas que visam garantir a segurança e a integridade física, psicológica e patrimonial das mulheres que são vítimas de violência doméstica. Entre as medidas protetivas previstas pela lei, destacam-se a proibição do agressor de se aproximar da vítima, de manter contato com ela ou de frequentar

determinados lugares que a vítima costuma frequentar. Além disso, a lei prevê a possibilidade de afastamento do agressor do lar, a concessão de guarda provisória de filhos e a suspensão do porte de armas do agressor. Esta lei também estabelece que a violência doméstica e familiar é uma questão de saúde pública e que o Estado deve promover campanhas educativas e de conscientização para prevenir e combater a violência contra a mulher.

Apesar dos avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a efetividade da lei e a proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. É necessário que haja uma maior conscientização e mobilização social, assim como a implementação de políticas públicas efetivas e o fortalecimento dos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica.

A Lei Maria da Penha que tem como finalidade proteger a integridade ou a vida da mulher, trazendo em seu escopo, medidas protetivas que visam coibir a prática de violência doméstica e familiar, sendo a mulher a parte vulnerável e protegida pela legislação. Mesmo ocorrendo na maioria dos casos na vida da mulher, a criança que convive com essa situação, traz para dentro da escola problemas emocionais e psicológicos, que necessita de um acompanhamento específico, que perpassa não somente por profissionais de saúde, mas ao identificar esse tipo de violência, a escola tomar uma posição de modo que contribua para o bem-estar da mulher como também da criança. Outros autores colaboram e acrescentam outros tipos

de violência no qual o ser humano é atingido (violência patrimonial, moral, econômica entre outras), no entanto, nesse estudo, o foco são as violências mais comuns que recai sobre a escola.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÕES DE INDICIPLINA ESCOLAR COM FATOR DIFICULTADOR DA PRÁTICA DOCENTE

Para melhor compreender o termo “indisciplina”, é preciso antes de tudo, compreender como essa se manifesta no ambiente escolar. Para Barbosa e Brito (2020):

A indisciplina escolar pode ser definida como comportamentos e atitudes contrárias às normas e regras estabelecidas pela escola e pelos professores, podendo ser manifestada de diversas formas, como agressividade, desrespeito, falta de interesse e participação nas atividades escolares. É um fenômeno que vem crescendo nas escolas e que pode ter impactos significativos no desempenho acadêmico dos estudantes e no ambiente escolar como um todo (p. 45).

Na concepção de Fonseca e Fernandes (2018):

A indisciplina é um fenômeno que pode afetar negativamente o ambiente escolar, bem como comprometer a aprendizagem dos alunos. Suas causas são diversas e podem estar relacionadas a fatores individuais e contextuais, como problemas emocionais, falta de limites e regras claras, insatisfação com a escola e conflitos interpessoais. O enfrentamento da indisciplina requer uma abordagem multidisciplinar, que envolva não

apenas o professor, mas também a escola, a família e a comunidade (p. 87).

A indisciplina escolar, na maioria dos casos, estar relacionada a didática do professor e seu manuseio com a sua turma. É muito comum o professor oferecer pouco recurso didático - pedagógico ao aluno, fazendo-o perder o interesse pelo estudo, pela escola e como consequência favorece ao descumprimento de normas e regras que a escola impõe, gerando indisciplina. Portanto, é preciso debater-se a respeito da indisciplina escolar, tendo em vista que ela é um mal que vem se propagando nas escolas de modo alarmante, sendo um importante obstáculo que prejudica o processo de ensino-aprendizagem, como também prejudica o trabalho do professor e a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos.

Um professor que não utiliza métodos pedagógicos adequados ou que não consegue e estabelecer uma boa relação com seus alunos pode acabar enfrentando problemas de indisciplina em sua turma. Por outro lado, é importante lembrar que a indisciplina escolar também pode ser causada por fatores externos à sala de aula, como problemas familiares, sociais ou psicológicos dos alunos. Nesses casos, é importante que a escola conte com profissionais capacitados para lidar com essas questões e oferecer o suporte necessário aos alunos. Além disso, a escola pode adotar estratégias e medidas para prevenir e lidar com a indisciplina escolar, como o estabelecimento de regras claras e objetivas, a promoção do diálogo e da participação dos

alunos na gestão da sala de aula e a capacitação dos professores para lidar com situações de conflito e de indisciplina.

Sabe-se que não existem receitas prontas e infalíveis para resolver esse problema, contudo, mas de acordo com Fonseca e Fernandes (2018), a indisciplina se deve à educação precária recebida em casa e da permissividade dos pais. Os pais por sua vez, acreditam que a indisciplina é causada pela escola, atribuindo ao professor a falta de manejo com a turma. Nesse vaivém de responsabilidades em relação a indisciplina escolar, quem acaba perdendo é o próprio aluno e o professor, que pela falta de controle de disciplina na sala de aula perde a paciência, ou quando não adoece, ocasionando no seu afastamento no espaço escolar, e o aluno que acaba não aprendendo o conteúdo e o resultado de tudo isso é a reprovação de alguns no ano letivo. Portanto, é um grave problema que precisa urgentemente ser sanado, para que a disciplina seja de fato ser efetivada em todo o ambiente escolar.

Em suma, a indisciplina escolar é um problema complexo que pode ter diversas causas e exige uma abordagem integrada, envolvendo professores, gestores escolares, profissionais de saúde e assistência social, pais e alunos.

1. Racismo na escola e seus efeitos no processo de aprendizagem

Os crimes de racismo estão previstos na Lei 7.716/89, criada para regulamentar a punição de crimes relacionados ao

preconceito de raça ou de cor e ficou conhecida popularmente como Lei do Racismo.

Em 1997, a Lei nº 9.459, criada em 13 de maio, acrescentou os termos etnia, religião e procedência nacional, e ampliou a proteção da lei para vários tipos de intolerância. Para esse tipo de crime as penas que estão previstas podem chegar até 5 anos de reclusão o que pode variar de acordo com o tipo de conduta, conforme se destaca a seguir:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio;

III - a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores;

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

Na sociedade e na escola, o racismo ainda é uma constante, apesar das leis que proíbe esse tipo de crime. Ferreira e Penna (2020) comentam a escola é um espaço social que pode servir tanto como um meio para desafiar o racismo quanto para perpetuá-lo, dependendo de como os educadores abordam a diversidade e a desigualdade racial. Nessa mesma linha de raciocínio, Lopes e Souza (2020) reforçam a ideia dos autores ao completar que a escola pode reforçar o racismo através do silêncio ou da negação, e pode se tornar um espaço de resistência e mudança através da abertura ao diálogo e da valorização da diversidade cultura.

O racismo ainda é uma realidade presente na sociedade e na escola, mesmo com as leis que proíbem esse tipo de comportamento. Muitas vezes, o racismo se manifesta de forma sutil e invisível, através de estereótipos, piadas ou comentários preconceituosos, o que pode tornar mais difícil o seu combate.

É importante destacar que o racismo não é apenas um problema individual, mas também estrutural, ou seja, está enraizado em práticas e instituições sociais que discriminam e

marginalizam determinados grupos étnicos ou raciais. Por isso, é fundamental que a escola e a sociedade como um todo estejam engajadas na luta contra o racismo, promovendo a educação para a igualdade, a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. Nesse sentido, a escola pode desempenhar um papel fundamental na promoção de uma cultura de igualdade e combate ao racismo, através da adoção de políticas e práticas que valorizem a diversidade étnica e cultural, a formação de professores e alunos sobre o tema, a inclusão de conteúdos e referências que representem a diversidade étnica e cultural em seus currículos, além da promoção de espaços.

O racismo no ambiente escolar ainda tem sido uma questão a ser trabalhada pela escola, porque é muito comum observar crianças negras sendo separadas de seu grupo, principalmente na hora do trabalho coletivo ou quando não elas mesmas se afastam, percebendo que não é bem aceita por seus pares. Matos e França (2019) pontuam que o racismo favorece os maiores índices de evasão, reprovação e fracasso escolar no processo educativo. A não importância dado ao racismo, tem ocasionado problemas afetivos, dificuldades de concentração e de conduta na sala de aula, ocasionado em um verdadeiro dilema, não somente ao aluno, mas também para a família, que se vê vítima de um sistema que exclui aquele que foge aos padrões impostos por uma sociedade globalizada, elitizada e quer a “força” que todos reproduzam suas ideias e concepção.

É possível apontar que a escola tem sido falha nesse aspecto, pois não se visualiza ainda, debates acerca do racismo

estrutural presente em nosso país. Isso quer dizer que ele tem permeado as ações e estruturas de diferentes segmentos da sociedade, principalmente na escola. Daí ser importante a abertura de um amplo debate, sendo esse uma luta constante dos movimentos negros, que buscam a muito tempo por políticas e ações nas quais o foco deve ser a educação de qualidade para todos sem excluir ninguém.

2. A homofobia e a pressão psicológica e suas consequências no ambiente escolar

A questão da opção sexual na sociedade vem sendo debatida nos mais variados segmentos sociais, culminando no interesse de inúmeras pesquisas científicas em diferentes momentos históricos e áreas do conhecimento. Esses estudos têm mostrado que as pessoas que não se identificam com o corpo, com a forma de vestir, de se expressar, entre outros aspectos, tem buscado estratégias de mostrar essa insatisfação, assumindo outra identidade de gênero e orientação sexual adversa aos padrões heteronormativos hegemônicos vigentes, como a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) (Butler, 2018).

Por vivermos numa sociedade onde qualquer manifestação sexual contrária aos padrões heteronormativos pode vir a ser alvo de violência física, sexual e/ou psicológica, na escola essa manifestação também se apresenta. Os diversos canais de comunicação tanto o visual como auditivo(rádio) tem mostrado verdadeiras guerras entre alunos dentro da escola,

incomodando- se com a opção sexual do outro. Essas brigas, provocam na vítima, sérios problemas que afetam sua autoestima e sua relação com o mundo e com ele mesmo. Este tipo de crime ocorre como uma atitude hostil à homossexuais, de modo a designar o outro como inferior, anormal, desviante (Green e Greytak, 2018).

A homofobia pode ser enquadrada como crime de racismo, pois, o:

[...] entendimento da Suprema Corte, a demora do Poder Legislativo para incriminar os atos de homofobia e transfobia ofende direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, por essa razão, os Ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes votaram para que condutas semelhantes sejam enquadradas na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Racismo) (Almeida, Perlin e Vogel, 2020, p. 1).

A percepção da homofobia dentro da escola, é algo difícil de ser resolvido porque, muitas vezes ela se manifesta apenas por meio do deboche, de sentimento de nojo, no qual as pessoas não conseguem dialogar com as pessoas que se apresenta como transexuais ou gays, entre outros, que se identifiquem, fugindo muitas vezes do controle da escola. Mas, por falta de projetos e de políticas públicas educacionais, que alcance boas práticas para acabar com esse tipo de crime, ele continua a ser realizado

de forma crescente, que muitas vezes tem promovido no ambiente escolar a indisciplina.

A homofobia muitas vezes se manifesta de forma sutil e não explícita, através de atitudes preconceituosas que podem passar despercebidas ou serem minimizadas. Isso torna ainda mais desafiador o trabalho da escola em combatê-la e promover a inclusão e o respeito às diferenças. É importante que a escola atue de forma proativa, oferecendo espaços de diálogo e reflexão sobre a diversidade sexual e de gênero, além de promover campanhas educativas e ações afirmativas que visem a valorização da diversidade. Os profissionais da escola devem estar preparados para lidar com situações de preconceito e discriminação, e devem se esforçar para criar um ambiente acolhedor e seguro para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Nesse sentido, a escola precisa ser um ambiente acolhedor e seguro para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. É importante que a instituição promova a diversidade e o respeito às diferenças, através de ações educativas que visem a prevenção de todas as formas de violência, incluindo a LGBTfobia. Além disso, é fundamental que os profissionais da escola estejam preparados para lidar com situações de discriminação e preconceito, buscando sempre o diálogo e o acolhimento dos alunos, sem reforçar estereótipos ou preconceitos.

3. O *bullying* e reflexos no rendimento escolar

Nos dias atuais, tem se tornado complexo para os professores enfrentarem uma sala de aula, isto porque, são os diversos fatores que tem colaborado para um cenário que não tem atraído muitos professores, entre esses, que está bem acentuado, a questão do *bullying*. Preocupados no cumprimento de seu papel, os professores tem se defrontado com uma série de empecilhos que tem prejudicado sua relação com todos na sala de aula. Além dos problemas relacionados ao *bullying* e indisciplina dos alunos, os professores também enfrentam dificuldades em relação à sua formação e capacitação, condições precárias de trabalho, baixa remuneração e falta de reconhecimento da sociedade em relação à sua importância para a educação. Esses fatores podem gerar desmotivação e desgaste emocional nos professores, impactando diretamente na qualidade do ensino oferecido aos alunos.

De acordo com Olweus (2018), “o *bullying* pode ser definido como comportamentos agressivos, intencionais e repetidos, que visam causar dano ou desconforto a outra pessoa” (p. 25). Para Espelage e Swearer (2018,), “o *bullying* pode ter sérias consequências para a saúde mental e física das vítimas, incluindo ansiedade, depressão, baixa autoestima e até mesmo suicídio” (p.2).

Corroborando com os atores acima citados, podemos inferir que o *bullying* é entendido como um conjunto de violências que se repetem por um período, até que a vítima reaja, seja “abrindo

o jogo” com outras pessoas, seja, tomando decisões drásticas. De um modo geral, o *bullying* se manifesta por meio, de agressões verbais, físicas e psicológicas que humilham, intimidam e traumatizam a vítima, e como resultado dessa prática, podem se tornar problemas tais como: depressão, mudanças comportamentais e até a vítima tirar sua própria vida. O agressor de um modo geral tem uma mente perversa e tem consciência de que suas vítimas não gostam de suas atitudes, mas o faz para se sentir superior em relação ao outro, a sua equipe ou grupo.

Além disso, o *bullying* envolve um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima, com o agressor exercendo controle e dominância sobre a vítima de forma intencional e reiterada. Esse comportamento pode ser físico, verbal ou psicológico e pode causar danos emocionais e físicos graves para a vítima. É importante ressaltar que o *bullying* não é um problema exclusivo da escola, mas também pode ocorrer em outros ambientes, como na comunidade e na família.

Além do *bullying*, outros fatores que têm afetado o trabalho dos professores incluem a falta de segurança na escola, a falta de investimento em educação, a desvalorização da profissão e a falta de apoio por parte das famílias dos alunos. Esses fatores podem levar à desmotivação e ao esgotamento dos professores, comprometendo a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Com tantos problemas que norteiam o ambiente escolar, o *bullying* muitas vezes fica despercebido pela escola, que sem saber da existência de tal problema, fica oculto a suas vistas,

problema esse difícil para os responsáveis tomarem atitudes e ajudarem a vítima. Muitas vezes as vítimas de *bullying* não denunciam o problema por medo de retaliação ou por vergonha, o que dificulta ainda mais a intervenção dos responsáveis e a resolução do problema. Por isso, é importante que a escola esteja atenta aos sinais de bullying e promova um ambiente seguro e acolhedor para que os alunos se sintam à vontade para denunciar e buscar ajuda quando necessário.

4. Os educadores e conhecimento das legislações e dos princípios educacionais

O atual momento em que se encontra a educação brasileira, muitas legislações têm contribuído para manter a sociedade atenta aos seus direitos e obrigações na comunidade em que vive.

No sistema escolar, várias leis foram criadas, tornando a escola uma instituição transparente rumo a um espaço democrático, no qual todos tem “voz e vez”. Entre tantas leis, decretos e resoluções que norteia todo o fazer escolar, estão: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB (Lei 9394 / 1996), Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA (Lei 8069 / 1990), Plano Nacional de Educação(Lei 10172 / 2001), Lei 11.494/07 – FUNDEB, Constituição Federal de 1988, entre outros, que se completam e promove várias discussões a respeito das temáticas a que elas se propõe a instrumentalizar toda a escola. Portanto, é dever de todo profissional investidos nos cargos públicos que exerce dentro da escola, conhecer as

legislações a fim de procurar respostas para os questionamentos que de um modo recorrente afligem a escola como todo. Nessa ótica, as legislações mencionadas no parágrafo anterior, são instrumentos de relevante importância dentro da escola, pois são elas que tratam dos diversos contextos que essa instituição precisa estar atenta, entre esses: o currículo, a avaliação, métodos, disciplina entre outros, que buscam uma educação com qualidade.

O termo “qualidade” é definido pela UNESCO dessa forma:

A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo (UNESCO, 2001, p. 01).

Então, o conhecimento das legislações em vigor, contribui para que a escola busque a todo momento, a educação com qualidade e equidade, ao mesmo tempo, também buscar soluções para que a indisciplina, violência e outros problemas que a escola enfrenta sejam banidos do seu interior. O desconhecimento das leis pelos professores

é uma realidade e pode acarretar em sérios problemas no ambiente escolar. É necessário que os docentes se informem sobre as legislações pertinentes para que possam atuar de forma mais efetiva na prevenção e resolução de conflitos (Oliveira, 2020). Para Souza (2019) a falta de conhecimento das leis pelos professores pode gerar uma série de problemas na escola, como o aumento de casos de violência e discriminação. É preciso investir em capacitações e formação continuada para que os docentes possam estar atualizados e preparados para lidar com essas situações.

De fato, a legislação brasileira dispõe de diversas leis e regulamentos que estabelecem os direitos e deveres dos estudantes e professores e também as responsabilidades dos professores e das instituições de ensino. É importante que professores e estudantes conheçam e respeitem essas leis, para que a convivência na escola seja saudável e produtiva.

Acrescenta Rodrigues (2020) que a legislação brasileira é clara em relação aos direitos e deveres dos estudantes e professores. No entanto, é comum que os docentes não tenham conhecimento suficiente sobre essas leis, o que pode prejudicar a atuação deles na escola. É necessário que as instituições de ensino ofereçam suporte e capacitação para que os professores possam atuar de forma mais

consciente e eficaz. Por outro lado, a falta de formação continuada e atualização sobre as leis e diretrizes educacionais também contribui para que os professores não tenham conhecimento suficiente sobre seus direitos e deveres. Isso pode levar a situações em que seus direitos são desrespeitados ou que eles não saibam como agir diante de determinadas situações.

É importante que os professores estejam sempre atualizados e informados sobre as leis e diretrizes educacionais, para que possam atuar de forma consciente e responsável em sua prática docente, o que colabora para os profissionais atuarem de forma ética e responsável em suas práticas, garantindo assim a proteção e a promoção dos direitos dos estudantes e dos próprios profissionais. O descumprimento das leis pode acarretar em sanções legais e comprometer a imagem e a credibilidade da instituição de ensino. Por isso, é fundamental que os profissionais da educação estejam atualizados e capacitados para lidar com as questões legais que envolvem a escola.

5. A formação e estratégias de intervenção e satisfação profissional (o professor investido de múltiplas funções)

No âmbito educacional, o professor tem desenvolvido uma série de competências no sentido de democratizar seu ensino, reduzindo as desigualdades no desempenho do aluno,

acalmando os ânimos, intervindo em conflitos, escutando o aluno, com vistas a tornar a sala de aula num ambiente saudável em que as diferenças sejam respeitadas. O professor também tem buscado formas de tornar o ensino mais atrativo e dinâmico, utilizando recursos tecnológicos e metodologias inovadoras que incentivem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Outra competência importante é a habilidade de identificar as necessidades e características individuais de cada aluno, adaptando seu ensino para atender às diversas formas de aprendizagem. Isso contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário.

A Respeito de competências, é preciso compreender que ela envolve um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho eficaz de uma atividade. É importante que os professores estejam sempre em constante aprendizado e aprimoramento para desenvolver suas competências e se destacar dentro da escola ou no mercado de trabalho, sendo assim, envolve as competências socioemocionais que são fundamentais para o desenvolvimento humano e devem ser trabalhadas desde a infância. Habilidades como empatia, resiliência e autocontrole são essenciais para o sucesso na vida pessoal e profissional (Boruchovitch, 2018). Como a competência envolve um conjunto de conhecimentos, na era tecnológica se faz necessário cada vez a competência digital. Por isso é preciso que os profissionais estejam atualizados em relação às tecnologias e saibam utilizá-las de forma eficiente para alcançar seus objetivos (Litwin, 2018).

Na educação, a palavra competência está relacionada à capacidade de agir sobre determinada situação com eficiência, na qual essa ação está fundamentada por algum conhecimento. O saber agir nessa ocasião deve ser diferenciado do saber-fazer; pois uma competência mobiliza alguns recursos para fazer face a uma situação específica e é por isso um saber-mobilizar, saber agir (Perrenoud, 2018). A competência também envolve a habilidade de lidar com diferentes desafios e contextos, utilizando conhecimentos, habilidades e atitudes de forma integrada e coerente.

As competências são importantes para a formação integral do indivíduo e para o exercício de sua cidadania, permitindo-lhe lidar com as demandas e problemas da vida de forma mais eficaz. No contexto educacional, as competências são importantes para a formação de cidadãos críticos, participativos e responsáveis, capazes de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Para que o professor desenvolva todas as competências que a atual estrutura educacional tem vivenciado, exige deste, uma formação integral que trabalhe todos os possíveis conflitos que ora a escola possa passar. Nesse sentido, conforme Perrenoud (2018), aponta, que nesse século, o da informação e comunicação, se faz emergente que o professor busque o domínio de competências técnicas capazes de possibilitar uma mudança de concepção que venha de encontro as necessidades educacionais deste milênio. Segundo o ponto de vista do autor, fica evidente recorrer a discussão sobre a formação acadêmica

do professor, tanto a inicial como a formação continuada, de modo que possibilite a esse profissional além da tomada de decisão diante de tantos problemas que ele enfrenta no seu fazer pedagógico, também propiciar mudanças em sua prática docente, por meio da reflexão crítica.

A respeito da reflexão crítica, Freitas (2019), diz ela tem “mostrado uma possibilidade eficaz para a formação de professores, uma vez que permite que o professor, ao investigar sua prática, possa compreender as implicações de suas ações, avaliar seus resultados e reconstruir sua ação de forma mais consciente e coerente com seus objetivos” (p. 35). Sendo assim, a reflexão crítica do professor é um processo contínuo de análise e avaliação das próprias práticas pedagógicas, que envolve uma postura reflexiva permitindo a ele questionar suas crenças, valores e atitudes, buscando compreender o impacto de suas ações na aprendizagem dos alunos. Por meio desse processo, o professor pode identificar pontos fortes e fracos em sua prática, planejar ações de melhoria e transformar a sua prática pedagógica de forma a atender melhor às necessidades dos alunos.

A reflexão crítica do professor também envolve a análise constante do contexto em que está inserido, levando em consideração as características dos alunos, a cultura local e as demandas sociais. Ela pode ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento profissional e aprimoramento das práticas pedagógicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido aos alunos.

6. O cumprimento da legislação de proteção à infância e juventude

Foram vários desejos que motivaram a sociedade a promover ações para a proteção e assistência às crianças e jovens. Esses desejos, teve início com a Declaração de Genebra ocorrido em 1924, que proclamou a necessidade de proteger à criança. Esse sentimento dominou os países acidentais, gerando discussões, a respeito dos direitos humanos, direitos esses que foi inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Paris, 1948), na Declaração dos Direitos da Criança (1959), no denominado Pacto de São José (1969) e mais uma série de documentos e leis, como a Constituição Federal -CF, e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O ECA trata da importância do cuidar e de proteger crianças e adolescentes, principalmente as vítimas de uma sociedade desigual, como é a brasileira, em que são visíveis, uma série de mazelas sociais que tem colocado em perigo as crianças e os jovens.

No artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) percebemos claramente a importância dessa proteção conforme se expressa a seguir:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar

e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para que seus direitos sejam garantidos, se faz necessário o envolvimento de toda a sociedade, e família enquanto parte dessa, pois nem sempre a proteção que se almeja vem sendo cumprida. Além da sociedade e da família, é essencial que os governos e as instituições públicas também se envolvam na garantia dos direitos das crianças. Isso inclui políticas públicas que promovam o acesso à educação, saúde, lazer, cultura e segurança para as crianças. Também é importante que haja fiscalização e punição para os casos de violações dos direitos das crianças, como a exploração infantil, o trabalho infantil, a violência física e sexual, entre outros. Todavia, o que vem se observando é uma sociedade violenta, que tem seus reflexos dentro do sistema escolar, colocando a escola como um espaço de preocupação em que pais e mães enquanto família, não tem sentido segurança ao deixar seu(s) filho(s) (Oliveira, 2019).

O cumprimento da legislação de proteção à infância e juventude se refere à aplicação e observância das leis e normas criadas para garantir a proteção, o desenvolvimento e o bem-estar de crianças e adolescentes. Essas leis podem abranger diversas áreas, como educação, saúde, segurança, proteção contra violência, exploração e abuso, entre outras. O cumprimento dessas leis é de extrema importância para garantir que os direitos das crianças e

adolescentes sejam respeitados e que eles possam crescer e se desenvolver em um ambiente saudável e seguro. Isso envolve não apenas a criação e a aplicação dessas leis, mas também a conscientização e a educação da sociedade em geral sobre a importância de proteger e promover o bem-estar das crianças e adolescentes (Silva e Fonseca, 2019), como também é de fundamental importância que haja uma articulação entre as diversas instituições e setores da sociedade, como a escola, a família, as organizações não governamentais e os órgãos governamentais responsáveis pela proteção e promoção dos direitos das crianças. Essa articulação pode contribuir para a criação de redes de proteção e para a implementação de políticas públicas efetivas para a infância, bem como para o fortalecimento da participação das crianças na construção de suas próprias histórias e no exercício de sua cidadania.

7. A escola como bem público igualitário

A escola é vista como uma fonte transformadora de futuro, pois é por meio dela que o indivíduo se compõe e se constrói. Além de ser uma fonte transformadora de futuro, a escola também é um espaço de socialização e formação de valores, habilidades e conhecimentos que serão utilizados ao longo da vida do indivíduo. Ela pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e para a formação de cidadãos responsáveis e engajados em transformar a realidade ao seu

redor. Portanto, permitir a todos o acesso a ela, é garantir a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os seus cidadãos, possam de fato ter acesso à cultura, ao conhecimento, direito garantidos pela Lei Maior de uma nação: a Constituição Federal (Brasil, 1988). De acordo com esse documento oficial, no seu artigo 205, diz que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para que esse ensino seja ministrado, tem-se como princípios de acordo com o Artigo 206:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Apesar do que consta na Constituição Federal, ano após ano, é visualizado um grande número de crianças fora da escola. Entre as possíveis causas, estar a falta de escolas, condições financeiras da família que as obrigam a trabalharem para complementar a renda familiar, a distância entre a moradia da

criança e a escola, dentre outros, ficando nítido e catastrófico em relação à educação de tantas crianças.

A exclusão escolar de crianças no ambiente escolar é um problema grave que afeta não só o indivíduo, mas também a sociedade como um todo, pois a educação é um direito fundamental e um importante meio para o desenvolvimento humano e social. A falta de acesso à escola pode limitar as oportunidades futuras das crianças e jovens, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. É necessário que haja políticas públicas efetivas para combater esse problema e garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade.

É inaceitável, que num país com tantas riquezas, ainda se apresente um índice tão elevado de crianças que não frequentam a escola, levando essa instituição principalmente a pública, a uma crise, a qual “se relaciona ao conflito de interesses entre a sua função de formadora do povo como soberano em uma sociedade democrática e a visão mercadológica de

preparação das novas gerações para o mercado de trabalho” (Magoga e Muraro, 2020, p. 2).

Assim, a Brasil sofre com essa disparidade e, por mais que as leis determinem que a Educação é um direito de todos, os dados revelam que esse direito vem sendo negado a uma parcela de sua população em idade escolar.

Muitos brasileiros em idade escolar ainda enfrentam obstáculos para acessar a educação, apesar do fato de que a

Constituição brasileira reconhece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Entre os principais desafios que contribuem para a negação desse direito, pode-se citar a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a escassez de recursos financeiros para investimentos em educação, a falta de professores qualificados, o alto índice de evasão escolar, a pobreza e a desigualdade social. No entanto, o Brasil tem tomado medidas para enfrentar esses desafios, como a implementação de políticas públicas de incentivo à educação, a criação de programas de transferência de renda para famílias de baixa renda, a ampliação da oferta de vagas em creches e escolas e a formação de professores.

Apesar do Brasil, ser considerado rico, algumas questões merecem ser pontuadas, que revelam em alguns casos que culminam na alta taxa de evasão escolar. Muitas crianças vêm de famílias de baixa renda e, portanto, não têm os recursos necessários para frequentar a escola. Além disso, muitas vezes precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família, o que pode limitar seu acesso à educação. Outro fato, que merece ser tocado é a desigualdade regional, o que significa que algumas áreas do país têm muito melhor acesso à educação do que outras. As regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, tendem a ter as maiores taxas de evasão escolar.

Também tem um fator preocupante que diz respeito a problemas na infraestrutura escolar, muitas escolas têm infraestrutura precária, com salas superlotadas, falta de materiais didáticos adequados, falta de saneamento básico e

assim por diante. Isso pode tornar o ambiente escolar pouco atraente para os alunos. Também se visualiza problemas de segurança como já tocados nos capítulos desse estudo, no qual nas escolas há altos níveis de violência e crime, o que pode tornar as escolas inseguras para os alunos e suas famílias. Isso pode levar os pais a optarem por manter seus filhos em casa em vez de mandá-los para a escola.

Dito isto, caberá à sociedade investir em políticas públicas que venha apagar do Brasil, um cenário muito preocupante em relação a sua educação, permitindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola (Brasil, 1996). Contudo, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os brasileiros em idade escolar tenham acesso a uma educação de qualidade, mas é importante reconhecer que o país tem feito progressos nessa área e está trabalhando para cumprir seu compromisso de fornecer educação a todos os seus cidadãos.

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A PAZ – EPAZ NO ESTADO DO AMAPÁ

Preocupado com o crescente número de violência entre os jovens o Estado do Amapá, o Governo desse Estado lançou no dia 15 de junho de 2017, o Programa Educação para a Paz (EPAZ), buscando prevenir a violência nas escolas estaduais para promover um ensino com mais qualidade, e assim, melhorar os índices da aprendizagem dos alunos.

O EPAZ foi instituído através da Lei Nº 2.282/2017 e implementado nas escolas em março de 2018. Esse programa tem o monitoramento online, das possíveis agressões e violências que ocorrem dentro das unidades escolares estaduais. Esse monitoramento se dar por um sistema online que registra todas as ocorrências de violência em tempo real. Com a inserção dos dados no sistema por parte da escola, se descreve o local onde ocorreu, e se houve *bullying*, assédio, agressão física e outros dados. Com os dados obtidos é possível fazer um panorama dos principais conflitos e desenvolver projetos que disseminem a cultura da paz no ambiente escolar. A partir dessas informações, a ocorrência é encaminhada para a delegacia ou Conselho Tutelar.

O EPAZ, conta com uma rede articulada de parceiros para disseminar a paz nas escolas e com isso contribui para melhorar os índices educacionais e fortalecer o currículo escolar, a gestão democrática e o processo de ensino-aprendizagem. Ele foi destinado ao atendimento da comunidade escolar (gestores, professores, estudantes, pais e comunidade em geral), da rede estadual de ensino, formada pelas 396 escolas, tendo como princípios:

I – Promoção da vida, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;

II - Valorização do diálogo e convívio entre gerações;

III – dignidade da pessoa humana;

IV – valorização e promoção da participação social e política como forma direta da promoção da cultura da paz;

V – Desenvolvimento de formas, ações, programas e projetos que disseminem a cultura da paz no Estado do Amapá, próprios da SEED e ou em parceria;

VI – Reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos universais e agentes construtores de uma sociedade mais livre, justa e solidária;

VII – redução da marginalização e das desigualdades sociais como forma de prevenção à violência;

VIII – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva dos cidadãos como forma da promoção da tolerância e de enfrentamento à violência;

IX – Repúdio a toda e qualquer forma de violência.

Como se pode perceber, O EPAZ possui um amplo alcance para acabar com a violência na escola, contudo, para que ele seja de fato concretizado, vai depender muito do empenho de todos no ambiente escolar. Depende do papel do professor, do gestor e do coordenador, pois em alguns casos, a própria escola se torna refém do processo de violência, mesmo compreendendo que ela tem a seu favor o Estado. Todavia o medo de represálias por parte do acusado, tem sido ainda um nó a ser desatado para que de fato a paz possa reinar no interior das escolas de um modo geral. Com isso, como Freire (1996, p. 138) pontua: “Sem bater fisicamente no educando, o professor pode golpeá-lo, impor-lhe desgostos e prejudicá-lo no processo de sua aprendizagem”.

Compreendemos que a escola deve atuar em todas as situações em que a violência esteja presente, por ser ela uma instituição [...] “humanizadora e formadora de sujeitos, ela deve intervir sobre os diversos tipos de violência presentes em seu ambiente, visto que tudo o que está inserido no ambiente escolar faz parte do processo pedagógico e deve despertar para a vivência dos direitos humanos” (Borba, Sales e Silva, 2022, p. 2).

A Escola Estadual Pedro Teixeira tem como missão ser reconhecida como uma escola de excelência pela sociedade, por proporcionar um ensino de qualidade a partir da identificação das práticas vigentes na situação institucional. A escola compreende que ensinar bem não é apenas ensinar eficientemente os componentes curriculares, mas também o

êxito em integrar esse ensino aos ideais educativos da escola, garantindo o acesso e a permanência de todos, com princípios de igualdade e equidade, oferecendo ensino de excelência à comunidade, com condições de aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, com vistas à formação integral de sujeitos protagonistas, críticos, competentes, autônomos, éticos e solidários (Brasil, 1996). Seus funcionários percebe a escola como um ambiente de aprendizagem apropriada e incentivadora, livre de discriminação constrangimentos ou intolerância, proporcionando aos alunos progresso educativo através de avaliações periódicas de rendimento e programa de recuperação.

1. Um breve percurso do Ensino Médio no Brasil

Ao situar a história do Ensino Médio no Brasil e suas principais características na atual sociedade, compreendemos que ele envolve uma problemática pela falta de identidade própria. Isto porque ainda é possível perceber que na maioria das escolas públicas brasileiras, o professor ainda vem seguindo uma proposta centrada na pedagogia dos conteúdos, ou seja, sem valorizar as vozes e a individualidade dos alunos, a qual a caracterizamos como no paradigma fabril.

Com a nova configuração do Ensino Médio, a legislação educacional vigente e as políticas públicas nacionais, é perceptível que há uma preocupação com a educação desses jovens e adolescentes, demonstrada pelo desenvolvimento de

programas que valorizam essa clientela tanto no em âmbito nacional como estadual.

A reforma do Ensino Médio, tem como objetivo promover uma formação mais flexível e adequada às necessidades dos estudantes, oferecendo mais opções de disciplinas e atividades extracurriculares, e valorizando a formação técnica e profissionalizante. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) estabelece diretrizes e metas para a educação brasileira, garantindo que ela seja inclusiva, equitativa e de qualidade. O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), por sua vez, estabelece metas e estratégias para melhorar a qualidade da educação em todas as etapas, desde a educação infantil até o ensino superior.

As políticas públicas nacionais também têm se concentrado em melhorar a infraestrutura escolar, investir na formação de professores, incentivar a pesquisa e a inovação em educação, promover a inclusão de grupos vulneráveis e garantir que os estudantes tenham acesso a recursos educacionais adequados.

No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a desigualdade social e regional na distribuição de recursos educacionais, a falta de investimento em educação em algumas regiões do país e a baixa remuneração dos professores. Ainda assim, é possível ver que há uma crescente preocupação com a educação no Brasil e um esforço para melhorar a qualidade da educação oferecida aos jovens brasileiros.

Apesar de constatadas melhorias consideráveis em estados brasileiros, o resultado a nível nacional é pouco satisfatório, de

modo que há ainda, muito a ser feito. Nessa busca por melhorias, as secretarias de educação têm investido em propostas pedagógicas que buscam a inovação em escolas, mais muitas vezes essas ainda vivenciem políticas conservadoras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM- (Brasil, 1998), traz a afirmação de que as propostas pedagógicas devem seguir as orientações previstas como competências básicas, conteúdos, como também apontam as formas de tratamento dos conteúdos já previstos de acordo com as finalidades do Ensino Médio. Nesse sentido, os princípios pedagógicos são abraçados como estruturadores do currículo, como: identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade e contextualização.

Partindo desse pressuposto, a base nacional curricular foi disposta, em três grandes áreas de conhecimento conforme se descreve: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias, mas com a promulgação da Lei nº 13.415 de 2017, passaram a ser quatro as áreas de conhecimento, como está disposto no art. 35 as quais se apresentam a seguir:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas (Brasil, 2017, s. p.).

São várias as possibilidades de organização do Ensino Médio, levando em consideração o trabalho pedagógico. Todavia essa discussão não tem chegado até as escolas, uma vez que tem - se percebido a priorização de passar os conteúdos, sem que a articulação com o contexto dos alunos.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIAS EFICAZES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE PESQUISA

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos, neste sentido ela não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais, é que ela tem como característica fundamental, a sua verificabilidade. Para que um conhecimento possa ser considerado uma produção científica torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação.

De acordo com Urt (2005, p. 43),

A produção científica é um campo de investigação e de resgate histórico das áreas do conhecimento, apresentando-se como um veículo capaz de revelar e expressar o que tem sido investigado numa área em determinado(s) momento(s) histórico(s). É possível desta forma conhecer o particular, o singular e nele ver manifestada a universalidade do conhecimento, resguardada sua especificidade.

Ou, em outras palavras, determinar o método, é possibilitar chegar a esse conhecimento, por meio de padrões metodológicos, os quais se constituem em um conjunto de métodos e procedimentos, organizados em etapas, que facilitam a elaboração de um trabalho científico bem fundamentado, capaz de esclarecer as ocorrências da realidade, pois, “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar criação de novos referenciais” (Minayo et al., 1994 , p. 14).

Assim, a pesquisa se refere ao processo sistemático de coletar, analisar e interpretar informações para descobrir algo novo ou responder a uma pergunta ou hipótese. A pesquisa também envolve a utilização de métodos e técnicas científicas para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos e frequentemente é realizada em um contexto acadêmico ou científico para explorar ideias, desenvolver teorias ou testar hipóteses.

A pesquisa geralmente envolve a coleta de dados por meio de métodos quantitativos ou qualitativos, com o uso de instrumento e técnicas. O objetivo final da pesquisa é gerar conhecimento ou soluções para problemas específicos e informar a tomada de decisões informação, para o avanço do conhecimento em diversas áreas, desde a medicina e a tecnologia até a sociologia e a psicologia. Ela permite a descoberta de novas informações e o desenvolvimento de soluções para problemas

complexos, além de fornecer evidências para a tomada de decisões e políticas públicas baseadas em evidências.

Dessa forma, a pesquisa a ser realizada caracterizar-se-á por investigação e organização na coleta de dados a fim de encontrar resposta sobre a temática em questão e descobrir quais as consequências ocasionadas pela violência no âmbito escolar para desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos do Ensino Médio.

1. **Justificativa**

O professor que lida com toda a instabilidade em seu cotidiano, vendo que aprender não é de modo nenhum, manejar certezas, mas trabalhar com inteligência as incertezas. Porquanto, sendo função vital, tão vital que se confunde com a vida, não poderia fantasiar propostas contraditórias com a criatividade e com a fragilidade da vida. Na escola formam-se pessoas e os professores vêm assumindo papéis além daqueles explicitados na formação tradicional, esses profissionais incorporaram os papéis de líderes, psicólogos, pais, além de simples seres humanos.

Assim, a temática surgiu como professora, observando o dia a dia do ambiente escolar, chamou-me a atenção o clima escolar conturbado, o momento que deveria ser utilizado para o aprendizado estava sendo desperdiçado com os atos e atitudes violentas, agressões verbais, físicas, *bullying* e racismo, gerando interferência no dia a dia da escola, ou seja, a escola tornava-se um ambiente de tensão gerada dentro e fora dela.

Nesse sentido surge, a necessidade de analisar os fatores violentos com incidência na escola, através de um estudo mais aprofundado e, portanto, uma análise sobre os fatos, para ampliar a compreensão frente aos problemas observados na turma selecionada. Para tal, precisou-se descobrir quais as origens e as causas, que repercutem de forma mais evidente na escola, espaço no qual se sentem mais à vontade para praticar tal violência ou mesmo se apresentam possíveis sinais ou sintomas da mesma.

Nesse sentido, esse estudo se justifica, por entendermos que a violência no ambiente escolar, tem sido algo que tem contribuído para um aprendizado ineficaz e pelo processo de evasão escolar. “A justificativa compreende a apresentação de forma clara e objetiva das razões de ordem teórica e ou prática que fundamentam a pesquisa” (Oliveira 2011, pp. 15/16). Dessa forma, o presente estudo, tem relevante papel social, pois espera-se que ele sirva de alerta as todas as instituições escolares.

2. Problema

As diversas modalidades de violência engendradas na sociedade atingem, além dos espaços privados, àqueles de domínio público. Os efeitos desta violência acabam por afetar praticamente todos os contextos institucionais, entre eles a escola, além de “constituir” um “problema”. A violência na escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional”. A

escola por sua vez precisa discutir e colocar em pauta o cumprimento da Lei Estadual nº 2282 de 29 de dezembro de 2017, onde o governo sancionou o programa Educação para a Paz com o objetivo de promover a cultura de paz a prevenção da violência e a melhoria de convivência nas unidades educacionais por meio de um conjunto de ações.

Diante desses argumentos, compreendemos que o caos em que vivemos formado pela violência que se manifesta em todos os lugares, a escola deve traçar seu plano de ação que leve o educando a analisar a situação atual do nosso planeta e posicionar-se de forma contrária às que predominam na atualidade.

Nesse contexto, a violência deve ser analisada levando-se em consideração todos os aspectos que influenciam o indivíduo nas relações humanas, momento histórico do aluno, sua história de vida e a conduta apresentada durante as atividades em sala de aula, no contexto escolar, levando em consideração o modo como o aluno desempenha as atividades pedagógicas e a maneira como interage com as demais pessoas, objetos, patrimônio público e o meio ambiente.

Nessa perspectiva, para responder as questões norteadoras desse estudo, o foco central se levanta em torno da seguinte problemática: *Quais as consequências ocasionadas pela violência no âmbito escolar para desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos do Ensino Médio?*

Para Gil (2011, p. 42) o,

O problema é o ponto de partida de toda investigação. É provavelmente etapa mais importante do processo de investigação, já que implica vários passos inter-relacionados. O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer situação que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada.

Dentro dessa visão o problema envolve intrinsecamente uma dificuldade teórica ou prática, na qual se deseja encontrar uma solução.

l) **Questões norteadoras**

Quais as manifestações de violência pertinente na instituição?

Quais os efeitos da violência no processo aprendizagem?

Com que frequência os conflitos violentos ocorrem?

Quais seriam as melhores atitudes docentes para lidar com eles?

Quais princípios fundamentam suas decisões sobre como lidar com os conflitos?

O que a escola desenvolve no combate da violência visando uma cultura de paz na aplicabilidade da lei 2282?

3. Objetivos e investigação

Para responder ao problema da pesquisa, e trazer propostas acerca do fenômeno estudado, foram traçados os objetivos para esta pesquisa. Nos estudos de Campoy (2018) os objetivos funcionam como guias que orientam e definem os rumos da pesquisa. O objetivo geral e os específicos propõem uma busca por respostas concretas para a problemática estudada, as quais poderão contribuir para a área de investigação aprofundando o debate acerca da violência escolar.

O objetivo geral, “diz respeito ao conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto (Minayo, et al., 2018, p. 41). Portanto, ele tem a intenção de esclarecer aquilo que o pesquisador pretende desenvolver, desde os caminhos teóricos até os resultados alcançados tornando o percurso investigativo mais fácil de responder o produto final.

No que fiz respeito aos objetivos específicos, esses “são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral” (Minayo et al., 2018, p. 41). Assim, foram os objetivos propostos para essa investigação:

i. Objetivo Geral

Analisar as consequências da violência no âmbito escolar no processo de aprendizagem dos alunos de ensino médio na instituição estadual Pedro Teixeira no município de Pracuúba-Amapá.

ii.Objetivos Específicos

1-Relatar as manifestações de violência pertinentes na instituição

2-Descrever os efeitos da violência no processo aprendizagem;

3-Identificar como os educadores reagem diante das ações de violência apresentadas pelos alunos;

4-Characterizar os tipos de violência que mais se revelam dentro da escola.

4. Desenho da pesquisa

O desenho da pesquisa envolve tanto o método quanto a metodologia utilizada na coleta, análise e interpretação de dados.

Os métodos de pesquisa podem variar de acordo com o tipo de pergunta ou problema que se deseja investigar, mas geralmente incluem a definição clara da pergunta de pesquisa, a revisão da literatura existente sobre o assunto, a definição da metodologia a ser utilizada para coletar e analisar dados, a realização de testes e experimentos, a interpretação e análise dos resultados e a apresentação dos resultados de forma clara e objetiva. Cada método tem suas próprias características e técnicas específicas, e é importante escolher o método adequado para a pergunta de pesquisa ou problema em questão.

Já a metodologia se refere ao conjunto de técnicas e procedimentos específicos utilizados dentro do método escolhido para coletar, analisar e interpretar os dados. A

metodologia inclui a escolha da amostra, a definição das variáveis a serem analisadas, a definição dos instrumentos de coleta de dados e a análise estatística, entre outros.

Em resumo, o desenho da pesquisa envolve a escolha cuidadosa do método e da metodologia adequados para responder à pergunta de pesquisa ou problema em questão, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Desse modo, considerando um estudo de caráter social, a pesquisa busca a análise e a descrição da realidade educacional diante do tema violência e as consequências no aprendizado dos alunos, procurando contribuir positivamente para a solução de problemas, com o intuito de atenuar as causas pertencente ao tema discutido.

Nesse sentido, para atender aos questionamentos delineados nesse estudo, será realizada uma pesquisa Descritiva, de corte Transversal com enfoque Qualitativo.

Na pesquisa Descritiva, “o investigador tem por finalidade descrever situações e eventos. Os estudos descritivos proporcionam características de pessoas, grupos, comunidades. Este tipo de investigação requer conhecer a área que se investiga para poder formular as perguntas específicas que se busca responder” (Batthyány e Cabrera, 2012, p. 87). Para Gil (2008) este tipo de pesquisa descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Segundo ainda o autor, uma das peculiaridades da pesquisa descritiva está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática.

De acordo com Perovano (2016, p. 155) a pesquisa descritiva,

[...] visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto.

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever um fenômeno, ou seja, coletar informações sobre uma determinada situação ou grupo de indivíduos e analisá-las de forma a caracterizar e compreender as suas principais características e geralmente envolve a coleta de dados por meio de questionários, entrevistas, observações ou outras técnicas de coleta de dados, e busca identificar as características demográficas, sociais, psicológicas ou comportamentais de um determinado grupo ou população. Um dos principais benefícios da pesquisa descritiva é que ela permite uma compreensão mais profunda e completa do fenômeno estudado, ajudando a identificar padrões e tendências que podem ser úteis para orientar decisões e políticas públicas. Vale salientar que a pesquisa descritiva não visa explicar ou causar um fenômeno, mas sim, descrevê-lo e analisá-lo de forma objetiva e imparcial, utilizando técnicas estatísticas e metodológicas adequadas para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Dito de outra forma, ela parte de um amplo grau de generalização, que implica no estudo dos fatos em seu modo natural, sem influências do investigador.

A investigação de corte Transversal é um tipo de desenho observacional que permite ao investigador coletar e analisar variáveis específicas no problema do estudo. É como fazer um corte no tempo, e é realizado através de amostras aleatórias e representativas da população, independentemente da existência da exposição e do desfecho (Freire e Pattussi, 2018). Portanto, o objetivo do corte transversal é obter dados fidedignos que permitam ao investigador elaborar conclusões confiáveis, além de gerar novas hipóteses que poderão ser investigadas em pesquisas futuras. “Um estudo transversal “avalia a mesma variável numa única mensuração, em grupos diferentes de sujeitos” (Apolinário, 2004, p. 151). Assim, podemos conceituar o corte transversal no qual o investigador não interage com a população amostral de modo direto. Esse tipo de estudo pode fornecer informações valiosas sobre as características de uma população ou grupo em relação a determinadas variáveis.

Uma das principais vantagens da investigação de corte Transversal é que ela é relativamente rápida e econômica em comparação com outros desenhos de pesquisa, permitindo coletar dados de grandes populações em um curto período de tempo. Além disso, pode ser útil para identificar a prevalência de uma determinada doença ou condição em uma população, bem como para identificar fatores de risco ou proteção

associados a essa condição. No entanto, a investigação de corte transversal não permite determinar a causalidade entre as variáveis estudadas, uma vez que não é possível estabelecer a ordem temporal entre elas. Além disso, pode haver limitações na generalização dos resultados, uma vez que os dados são coletados em um único momento no tempo e podem não representar adequadamente as características da população em outros momentos.

Por ser uma pesquisa Descritiva, ela traz o enfoque Qualitativo, cujo objetivo foi analisar os principais elementos e características de interesse dos participantes, tendo-se uma visão holística da realidade encontrada.

A pesquisa Qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo et al., 2014). Nesse entendimento, pretendeu-se conhecer as distintas experiências dos sujeitos. “Como a maioria das investigações qualitativas o estudo se realiza no ambiente natural dos investigados, o ingresso deverá ser paulatino e por etapas, primeiro demonstrar interesse pelas situações problemáticas gerais e, aos poucos, ir focando o interesse real da investigação” (Miranda 2018, p. 42). Assim, ela é mais utilizada e necessária nas ciências sociais, onde o pesquisador participa, compreende e interpreta (Michel, 2005).

Para Marconi e Lakatos (2003) o enfoque qualitativo numa pesquisa, permite ao pesquisador descrever o fenômeno

estudado. Nessa direção, este tipo de enfoque foi o apropriado para essa investigação. Sendo assim, na pesquisa qualitativa, o investigador utiliza um método que se concentra na compreensão aprofundada e detalhada de fenômenos sociais complexos e subjetivos, como crenças, valores, experiências e comportamentos. Esse tipo de pesquisa se baseia em técnicas de coleta de dados que buscam capturar a perspectiva dos participantes, ela se preocupa em explorar e compreender a complexidade e a subjetividade das experiências humanas, em um nível de realidade que não pode ser facilmente quantificado ou medido por meio de números ou estatísticas.

A pesquisa Qualitativa geralmente envolve a coleta de dados por meio de técnicas como entrevistas, observações, grupos focais, entre outras, e busca compreender as perspectivas e significados atribuídos pelos indivíduos a determinados fenômenos, em seu contexto social e cultural. Dessa forma, seu enfoque permite uma compreensão mais profunda e rica das experiências humanas, ajudando a identificar aspectos importantes que podem não ser percebidos por meio de métodos quantitativos. Além disso, pode ser útil para explorar novas áreas de investigação e gerar hipóteses que podem ser testadas posteriormente em estudos quantitativos. No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa pode ser mais sujeita a vieses e interpretações subjetivas por parte do pesquisador, o que pode limitar a generalização dos resultados obtidos. Por isso, é fundamental que a pesquisa qualitativa seja conduzida de forma rigorosa e transparente,

utilizando técnicas de análise de dados adequadas e envolvendo a participação ativa dos sujeitos da pesquisa no processo de interpretação dos resultados.

Dessa forma, nesta investigação, o enfoque qualitativo foi o mais apropriado, porque buscou explorar temas e padrões emergentes na experiência humana.

5. Contexto da pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Pedro Teixeira é uma instituição pública que é atendida pelo SOME (Sistema Organizacional Modular de Ensino) nas 1^a, 2^a e 3^a séries do Ensino Médio. A mesma recebe recursos financeiros do governo estadual e federal, com alunos oriundos de famílias que sobrevivem da pesca e da agricultura.

A instituição foi escolhida dentre outros motivos estão atos violentos que ocorrem por alunos das turmas desta etapa da educação, como também pela necessidade de mudança de comportamento, e conseqüentemente que a cultura da paz possa reinar na comunidade na qual a referida escola se insere, que se diga, é bastante carente.

Com base nas finalidades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, a Escola Estadual Pedro Teixeira espera que todo aluno construa uma aprendizagem significativa para sua vida ao longo do percurso escolar: que saiba mais sobre si e sobre o meio físico e social;

pense a respeito da realidade que o cerca; consiga discernir no ambiente em que vive, o justo do inaceitável, agindo de maneira coerente e consequente.

A Escola Estadual Pedro Teixeira, se localiza na zona rural, mais especificamente na BR 156, nº 075 – Município- Pracuúba, Comunidade Flexal - CEP: 68918000. A mesma oferta, o Ensino Fundamental II (no 6.º ao 9.º ano) e Ensino Médio. A referida escola funciona nos turnos da Manhã e Tarde, possuindo matriculados 150 alunos, destes 69 são do ensino fundamental e 81 do Ensino Médio.

A equipe docente está distribuída dessa forma: 12 professores efetivos atuantes no Sistema Modular de Ensino, 08 para ensino fundamental e 04 Categoria Médio, totalizando 24 docentes.

A equipe gestora é composta por: 01 Gestor, 01 Coordenador Pedagógico, 01 secretário. E para auxiliar na merenda e limpeza a escola, conta com: 02 merendeiras e 02 auxiliares de Limpeza.

O espaço físico desta Unidade Escolar tem estrutura mista, sendo uma parte em alvenaria e outra parte em madeira distribuído da seguinte forma: Sala da direção e secretaria, sala dos professores, sala da coordenação, sala de informática, sala multimídia, biblioteca, salas de aula (05), almoxarifado, cozinha, dispensa, cantina, pátio coberto, não possui quadra coberta esportiva, mas um espaço aberto onde se desenvolvem atividades como educação física e eventos, sanitários masculino e feminino, banheiro acessível.

Potencialidades do espaço físico para promoção do processo de ensino-aprendizagem: Salas de aula montadas com lousa comum, piso de madeira, assoalho e ventiladores e ar-condicionado, biblioteca, utilização dos espaços da escola para as atividades extraclasse.

Figura n.º 1

Escola Estadual Pedro Teixeira - Pracuúba- Amapá.



Fonte: Da máquina fotográfica da própria pesquisadora

6. População e amostra

Para que a presente dissertação fosse concretizada, precisou-se da participação de alguns segmentos da escola já referendada. Na pesquisa, o investigador deve além de conhecer a problemática também se faz necessário designar a população

participantes da pesquisa. Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 60), os participantes são “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado”. Participante é aquele que participa e executa a ação que o pesquisador pretende observar levantar e analisar os dados das técnicas e instrumentos que foram empregados para finalizar o trabalho investigativo, portanto, possuem informações relevantes para a compreensão do fenômeno observado.

Na pesquisa científica, é comum selecionar uma amostra representativa da população-alvo da pesquisa, ou seja, um grupo de participantes que possa fornecer informações relevantes sobre o fenômeno estudado. A seleção dessa amostra deve ser feita de forma criteriosa, considerando critérios como idade, gênero, raça/etnia, entre outros fatores relevantes para a pesquisa.

De acordo com Gil (2002, p. 121) “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”. Desta forma, para dar mais ênfase e qualidade ao estudo é preciso traçar uma maneira que facilite a informação e que seja possível chegar a resultados concisos para essa pesquisa. Para isso é necessário delimitar os participantes dessa investigação que chamamos de amostra.

Além disso, é importante respeitar os princípios éticos da pesquisa, garantindo que os participantes sejam informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, e que seu consentimento livre e esclarecido seja obtido antes de sua

participação. Também é fundamental garantir a privacidade e confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes, bem como minimizar quaisquer possíveis riscos ou desconfortos associados à participação na pesquisa.

A seleção cuidadosa dos participantes é uma etapa importante no processo de pesquisa, uma vez que a qualidade dos dados coletados dependerá em grande parte da escolha de uma amostra representativa e da aplicação adequada dos princípios éticos da pesquisa.

A amostra da pesquisa, para Campoy (2016) significa determinar que parte de uma realidade em estudo deve ser examinada, com o objetivo de fazer inferências sobre a referida população. Cajueiro (2015, p. 40), define a amostra como sendo “uma parte de um todo (universo) representativa significativa que serve como parâmetro de referência para a generalização”. Nesse estudo, a amostra é probabilística de tipo intencional, pois se baseia na seleção dos participantes a partir de critérios, cujo subgrupo da população apresentam as mesmas possibilidades de serem eleitos. No caso, são indivíduos que estão envolvidos no assunto, tem conhecimento do tema da pesquisa, e estavam disponíveis, para responder as questões levantadas. Nesse sentido, todos estiveram dispostos a colaborar da melhor forma possível para que o presente trabalho pudesse alcançar os resultados esperados, garantindo confiabilidade e significado para a análise da pesquisa.

Sobre os critérios estabelecidos, Campoy (2018), esclarece que, os sujeitos são selecionados de acordo com os critérios do

investigador, o que se busca é obter amostras que representem os grupos supostamente típicos. Assim procurando atender os objetivos da pesquisa, tivemos como participantes para esta investigação: Professores do Ensino Médio; alunos e o Coordenador e Pedagógico conforme se apresenta na tabela 1.

Tabela N.º 01: Participantes da pesquisa

PARTICIPANTES	QUANTIDADE
Professores do ensino médio	12
Alunos da 1ª série do ensino médio	12
Coordenador pedagógico	01

i) Professores

Doze (12) professores que lecionam com a turma da 1.ª série do Ensino Médio por conviverem de forma sistemática com os alunos na sala de aula, sendo esse público importante para responder os questionamento dessa pesquisa, pois, ele é o responsável pela mediação da “relação ativa do aluno com a matéria, e seus conteúdos, considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar “(Libâneo, 1998, p. 29). Sendo assim, os professores são os principais agentes que assume o papel de transmitir o conhecimento, mas também ajuda na formação do aluno no que tange diferentes

aspectos como: social, psicológico e também afetivo. Também são os principais agentes da educação e têm um papel fundamental na formação dos alunos, tanto no que se refere à transmissão do conhecimento quanto à sua formação integral, envolvendo aspectos sociais, psicológicos e afetivos.

Além de ensinar conteúdos específicos das disciplinas, os professores também têm o papel de estimular o pensamento crítico e reflexivo dos alunos, promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, a resiliência e a colaboração, e contribuir para a formação de valores e atitudes positivas em relação à sociedade e ao meio ambiente. Nesse sentido, é importante que os professores sejam formados e capacitados não apenas para transmitir conhecimentos, mas também para atuar de forma pedagogicamente eficiente, considerando a diversidade cultural e social dos alunos, suas necessidades e potencialidades.

Ainda é fundamental que os professores cultivem um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo, que permita aos alunos se sentirem valorizados e respeitados em suas diferenças e que estimule a criatividade e a curiosidade, para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Por isso, é fundamental que sejam valorizados e apoiados em suas atividades, recebendo formação e condições adequadas para desempenhar sua função de maneira efetiva e responsável. Assim, os professores puderam relatar como reagem diante das ações de violência apresentadas pelos alunos.

ii) Alunos

Os alunos alvo da investigação serão das turmas da 1ª série do Ensino Médio. Escolhemos essa turma por se tratar de alunos que estão na fase da adolescência, fase em que a interação social é um fator importante para o desenvolvimento de sua integridade, além dos problemas comuns referentes a essa idade, tornando-se importantes compreender as consequências ocasionadas pela violência no âmbito escolar para desenvolvimento do processo de aprendizagem. Além disso, a participação desse público nesse estudo, dar-se -á porque “a fim de aprender, os alunos devem tornar-se, de uma maneira ou de outra, os autores de sua própria aprendizagem, pois ninguém pode aprender em lugar deles” (Tardif, 2002, p. 221). Corroborando com o autor, é o aluno o principal personagem responsável pelo seu aprendizado, mas, que se o ambiente não for propício para que isso ocorra, colabora para um ensino fragmentado devido as condições causadas pela violência dentro do espaço escolar.

O aluno é o principal personagem responsável pelo seu aprendizado, é importante destacar que o ambiente em que ele se encontra também exerce uma influência significativa no processo de aprendizagem.

Um ambiente propício ao aprendizado é aquele que oferece recursos adequados, como materiais didáticos, equipamentos e tecnologias educacionais, além de um espaço físico organizado e confortável. Assim, o ambiente escolar deve ser acolhedor e inclusivo, estimulando a interação e a colaboração entre os alunos e entre estes e o professor e deve ser seguro e livre de

violência, garantindo aos alunos um ambiente propício para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

O aluno é, sem dúvida, o protagonista de seu próprio aprendizado, mas é fundamental que ele conte com um ambiente escolar saudável e estimulante para que possa alcançar seu potencial máximo. Dessa forma, a seleção destes estudantes teve também como critério, está cursando a modalidade de ensino já descrita.

iii) Coordenação Pedagógica

Um (01) um Coordenador Pedagógico, o qual atua realizando o assessoramento do trabalho pedagógico do professor, tendo como objetivos, o fortalecimento da construção do conhecimento, da construção do currículo, do planejamento e o acompanhamento de todo o processo educativo, bem como principal formador dos professores. Para Oliveira e Guimarães, 2016, p. 101) o trabalho do Coordenador Pedagógico,

[...] deve ser coletivo, compartilhado e vivenciado por todas as pessoas da escola, para que aconteça uma junção de atitudes, de conhecimentos e de posturas novas e enriquecedoras, buscando a garantia da igualdade de tratamento, do respeito às diferenças, da qualidade do atendimento e da liberdade de expressão.

O papel do coordenador pedagógico é bastante amplo e envolve diversas funções, como acompanhar e orientar os professores no desenvolvimento de atividades pedagógicas, promover a formação continuada dos docentes, colaborar na

elaboração de projetos e programas educacionais, além de atuar como mediador entre a equipe pedagógica, os alunos e suas famílias. Com relação às questões levantadas, o coordenador pedagógico pode atuar de diversas formas para garantir que a educação seja um direito de todos e que nenhum aluno seja excluído do processo de aprendizagem. Ele pode, por exemplo, ajudar a identificar alunos que estejam em situação de risco ou com dificuldades de aprendizagem, desenvolver estratégias para atender às suas necessidades e colaborar para que a escola se torne um ambiente acolhedor e inclusivo para todos. Além disso, o coordenador pedagógico pode auxiliar na implementação de políticas públicas e de programas educacionais que visem a garantir o direito à educação, bem como na elaboração de projetos pedagógicos que valorizem a diversidade cultural e promovam a equidade e a justiça social.

Nessa direção, o Coordenador pedagógico, contribuiu para esclarecer o fenômeno estudado.

Assim, considerou-se indispensável observar e ouvir os participantes de forma impessoal, a fim de que os resultados obtidos, não interfedissem no produto final da investigação.

7. Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A abordagem relacionada a violência escolar e seus impactos na aprendizagem, constitui um enfoque que envolve: professores, estudantes, gestão escolar e toda a equipe envolvida no processo de ensino e aprendizagem. A violência na escola é um problema social que abrange uma série de fatores

que precisa urgentemente serem discutidos, com a finalidade de propor políticas públicas que venham de fato acabar com esse problema tão grave que grande parte das escolas brasileiras tem vivenciado. Pois, enquanto promotora da paz, a escola tem como função social [...] à formação integral do sujeito abrangendo o desenvolvimento pessoal, a cidadania e a profissionalização [...], ou seja, é [...] “espaço em que os valores mediados e vividos na escola devem ter tanta relevância quanto os conhecimentos” (Borba, Sales e Silva, 2022, p. 5). A violência escolar tem sido um fenômeno preocupante, não somente dentro das escolas, mas, no Brasil enquanto um país, em que as desigualdades sociais são bastante visíveis assumindo diversas formas, fazendo-se necessária uma investigação das perspectivas sociais, políticas e psicológicas, para que se possa ampliar a compreensão dessa questão e fazer uso do pensamento crítico e reflexivo.

Para o êxito em uma pesquisa, o investigador faz uso de técnicas e instrumentos, que devem ser selecionados a partir da elaboração do objetivo que se deseja. Para essa investigação, utilizou como técnica, o questionário fechado. Segundo Minayo et al., (2001, p. 42), “devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo [...] como para a pesquisa suplementar de dados”. Para tal, foi utilizado como técnica e instrumento, o questionário fechado para os dois públicos, sendo assim descritos: um questionário direcionado aos professores e coordenadores contendo as mesmas perguntas e outro questionário direcionado aos alunos com

perguntas mais específicas, de modo que ambos responderam aos questionamentos da pesquisa.

i) O questionário fechado

O questionário é “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1999, p.128). Ainda destaca o autor que o questionário apresenta vantagens em relação a outros tipos de técnicas de coleta de dados, pois, “possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio” (Gil, 1999, p. 128), o que implicará em gastos baixos, uma vez que para responder ao questionário, não se exige treinamento de quem pesquisa, ao mesmo tempo, é garantido “o anonimato das respostas” (Gil, 1999, p.129).

Na concepção de Perovano (2016, p. 213) “[...] o ponto positivo na aplicação do questionário é a coleta de respostas fáceis e rápidas, que permite a comparação simples das respostas dos sujeitos de pesquisa”. Já Campoy (2016, p. 162), diz que, “o questionário é um procedimento considerado clássico nas ciências sociais para a coleta e registro de dados. Sua versatilidade, sua velocidade na aplicação e o baixo custo, o torna mais usados na investigação”. Sendo assim, por meio do questionário, foi realizada a análise crítica sobre os dados

obtidos, para que pudéssemos dar o tratamento específico para as questões que foram abordadas. O questionário aplicado se deu a partir de objetivos pré-selecionados com o intuito de se obter dados comprobatórios que reforcem a importância do combate à violência escolar, os quais foram fundamentais para que pudéssemos analisar os impactos causados na aprendizagem escolar devido à violência que ocorrem na sala de aula.

8. Validação dos instrumentos

A validação de um instrumento de pesquisa é uma etapa que precisa ser cumprida pelo pesquisador, para verificar se as perguntas elaboradas correspondem aos objetivos que foram traçados. Nesse contexto, a validação dos instrumentos de uma pesquisa se dá em função da mesma atender ao que o investigador se propõe a desvendar e ter como cautela a coerência dos processos metodológicos e a consistência dos resultados obtidos. Segundo Ferro (2018, p. 21), a validação dos instrumentos é essencial porque “as análises das variáveis medidas devem apresentar consistência, serem replicáveis e fornecerem resultados muito próximos à primeira avaliação e que estejam livres de erro de mensuração”. Sendo assim as questões que integram os instrumentos estão subdivididas considerando os 3 (três) objetivos específicos dessa pesquisa.

A apreciação inicial foi realizada por 3 (três) professores doutores da área de Educação. Dois são professores que leciona na Universidade Autônoma de Assunção- UAA. Um é doutor

brasileiro da área de Ciências da Educação os quais tiveram a incumbência de avaliar o instrumento.

9. Técnicas de análise e interpretação dos dados

A escolha das técnicas de análise e interpretação dos dados é de extrema importância para a pesquisa, uma vez que é a partir delas que se pode obter informações e conclusões relevantes sobre o fenômeno estudado. Uma das principais razões para a importância da escolha das técnicas de análise e interpretação dos dados é que diferentes técnicas podem levar a diferentes resultados e conclusões. Por exemplo, a escolha entre uma análise quantitativa ou qualitativa pode levar a conclusões bastante distintas sobre um mesmo fenômeno, e a escolha de uma técnica de análise de dados específica pode influenciar a interpretação dos resultados.

Além disso, a escolha das técnicas de análise e interpretação dos dados deve estar alinhada com a metodologia e o desenho da pesquisa, bem como com as questões e hipóteses formuladas. É importante considerar também as limitações e possíveis fontes de viés nos dados coletados, e escolher técnicas que possam minimizá-los. É necessário que os pesquisadores detalhem claramente as técnicas utilizadas e os critérios adotados na análise dos dados, para que outros pesquisadores possam avaliar a validade e a confiabilidade dos resultados apresentados.

Dessa forma, após recolhimento dos dados, o próximo passo é partir para análise de modo a apresentar resultados que sejam relevantes para essa pesquisa e para estudos futuros, visto que, todos os questionamentos propostos devam ser respondidos coerentemente. Segundo Gil (2008, p. 156):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 167), “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações”. Para Mascarenhas (2012, p. 84), “o objetivo da análise é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”. Ou seja, através da análise é possível responder o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. A análise dos dados seguirá os pressupostos estabelecidos pela tipologia descritiva, modelo transversal e enfoque qualitativo, onde será apresentado a interpretação dos dados e conseqüentemente apresentados os resultados. Além dos pressupostos mencionados, é importante que a análise dos dados siga critérios metodológicos rigorosos e coerentes com os objetivos da pesquisa. Isso inclui a seleção e organização adequada dos dados, a utilização de técnicas de análise apropriadas, a consideração de possíveis fontes de erro e viés, e a realização de

uma interpretação cuidadosa e fundamentada dos resultados obtidos. No caso da tipologia descritiva, por exemplo, é importante que a análise leve em conta as características do fenômeno estudado, a partir da descrição detalhada de variáveis e suas respectivas frequências. Já no modelo transversal, é preciso que a análise considere os dados coletados em um determinado momento, sem a necessidade de acompanhamento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo. E no enfoque Qualitativo, é necessário que a análise leve em conta a subjetividade e a complexidade dos dados, buscando compreender os significados e as experiências dos sujeitos envolvidos.

Por fim, é importante que a análise dos dados seja apresentada de forma clara e objetiva, utilizando gráficos, tabelas e outros recursos visuais que facilitem a compreensão dos resultados. A interpretação dos dados deve estar fundamentada em teorias e conceitos relevantes ao fenômeno estudado, e deve estar de acordo com as hipóteses e objetivos da pesquisa.

10. Procedimentos para coleta de dados

Os procedimentos para a coleta de dados são as etapas em que o pesquisador desenvolve, para a concretização das informações desejadas, é “a maneira pela qual se obtêm os dados necessários” (Andrade, 2009, p. 115) ou seja, é o roteiro que o pesquisador utiliza desde o início da pesquisa até a sua

execução final. Além da definição dos procedimentos para a coleta de dados, é importante que o pesquisador considere alguns aspectos relevantes para a qualidade da informação obtida, como a seleção dos participantes, pois é importante que o pesquisador defina de forma clara e precisa quem serão os participantes da pesquisa, levando em conta os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Essa seleção deve estar alinhada com os objetivos da pesquisa e com a tipologia adotada. Também é fundamental que o investigador foque nos instrumentos utilizados para a coleta de dados, que devem ser adequados aos objetivos da pesquisa e à tipologia adotada e que o pesquisador realize testes preliminares dos instrumentos para avaliar sua validade e confiabilidade. Ao considerar esses aspectos, o pesquisador pode aumentar a qualidade e a confiabilidade das informações coletadas, o que impacta diretamente na validade e relevância dos resultados obtidos.

Antes do procedimento para a coleta de dados, a investigadora iniciou a pesquisa, fazendo uma garimpagem a respeito do Estado do Amapá, para acerrar-se de como andava a questão da violência nesse estado, mas especificamente dentro das escolas. Nessa busca, encontramos o projeto EPAZ, que foi implantado nas escolas estaduais como um meio de prevenir e diminuir o índice de violência que tem permeado as comunidades escolares. Em seguida essa investigadora foi até a escola Estadual Pedro Teixeira com o intuito de apresentar a carta de apresentação, solicitando a Gestão Escolar a sua autorização para a realização da pesquisa. Após leitura da

mesma, a gestão autorizou que essa investigadora pudesse conversar com os professores e com a coordenação pedagógica, afim de tomarem conhecimento dos procedimentos e se estariam de acordo ou não, em participarem da pesquisa. Após essa etapa, solicitamos a gestão que nos autorizasse a termos uma reunião com os alunos da 1.^a série do Ensino Médio, afim de explicarmos sobre a importância de sua participação no processo de coleta de dados desta pesquisa. Com a concordância por parte dos alunos marcamos um encontro no contraturno, para a realização dos questionários.

Vale salientar que os questionários do coordenador pedagógico e dos alunos ocorreram no mesmo dia, e dos professores em dias diferenciados, uma vez que, esses trabalham em dias alternados nessa escola.

Essa etapa ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2022, o qual possibilitou o colhimento de informações suficientes para responder aos questionamentos dessa pesquisa. Dessa forma, a técnica e os procedimentos se ajustaram aos objetivos geral e específicos da investigação, os quais ofereceram suportes para analisar as informações com base nos dados coletados.

CAPÍTULO V

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesse extenso movimento de recolha dos dados, onde foram delimitados os objetivos, o método, os instrumentos e participantes da pesquisa, afim de obter-se informações precisas e coerentes. Diante do exposto, expõe-se aqui a prática empírica de recolha do que foi colhido. Dada a sua importância, o trabalho de campo foi realizado a partir de referenciais teóricos que norteou todo o trabalho. No entendimento de Minayo et al., (2007, p. 62) a pesquisa de campo “revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos como o modo como vai recolhê-los”.

A pesquisa de campo também permite a coleta de dados de forma direta, através de técnicas aplicados aos participantes do estudo, possibilitando ao pesquisador obter informações mais detalhadas e específicas sobre o fenômeno estudado, bem como compreender melhor o contexto em que ele ocorre. Entretanto, é importante destacar que a pesquisa de campo requer um planejamento cuidadoso e rigoroso, para garantir a validade e a confiabilidade dos dados coletados.

Os dados mostram o resultado encontrado por meio dos instrumentos, que serviu para a pesquisadora traçar o caminho,

registrando os fatos encontrados nas falas dos públicos alvos da pesquisa realizada. Minayo et., (2007, p. 109), dizem que, “[...] a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos”, o questionário teve como finalidade sondar a fala dos pesquisados, captando as suas ideias. O recolhimento das informações dos professores, do coordenador pedagógico e dos alunos, serviu de base para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados.

A partir dos questionários aplicados, apresenta-se os resultados obtidos nesta investigação, dando início a análise e interpretação das falas dos professores que serão chamados de: Professor A.B.C.D.E.F.G.H.I.J.K.L e do Coordenador Pedagógico (Coord. Pedagógico).

Público-alvo: 12 professores e 01 Coordenador Pedagógico

Objetivo: Relatar as manifestações de violência pertinentes na instituição

A FORMAÇÃO ACADÊMICA

O papel que o professor desenvolve na escola é o de agente de transformação e estimulador das aprendizagens, ou seja, disseminador do conhecimento. Além de disseminar o conhecimento, o papel do professor também envolve motivar e inspirar os alunos a aprender, promovendo um ambiente de aprendizagem positivo e acolhedor. O professor também deve ter habilidades para identificar as necessidades e dificuldades

dos alunos, adaptando à sua metodologia de ensino e buscando alternativas para que todos possam aprender. Ele também pode ser um modelo e exemplo para os alunos, não apenas no que se refere à aquisição de conhecimentos, mas também em termos de valores, ética e comportamento. Por essas razões, o papel do professor é fundamental na formação dos alunos e no desenvolvimento da educação como um todo. Para isto, ele precisa estar bem preparado para enfrentar os obstáculos que na sua trajetória profissional vai surgindo dia após dia, principalmente os diversos casos de violência que vem ocorrendo dentro da escola, pois, não é de surpreender que as violências se tornem uma problemática nova em suas dimensões e manifestações (Chrispino; Chrispino, 2002). Nessa ótica, perguntamos aos participantes qual era a sua formação acadêmica.

Tabela N. 02.

A formação acadêmica dos participantes.

Professor A	<i>Pedagogia e especialização em docência no ensino superior</i>
Professor B; Professor C; Professor L; Coord. Pedagógico	<i>Pedagogia</i>
Professor D	<i>Licenciatura</i>
Professor E	<i>Pedagogia e especialização em estudos amazônicos e geográficos</i>
Professor F	<i>Licenciatura plena em matemática e especialização em metodologia do ensino da matemática</i>

Professor G	<i>Licenciatura em ciências físicas e biológicas e especialização em matemática</i>
Professor H	<i>Licenciatura em letras e francês</i>
Professor I	<i>Licenciatura em Geografia</i>
Professor J	<i>Licenciatura em História</i>
Professor k	<i>Licenciatura em Inglês</i>

Na tabela n.º 02, foi possível observar que os professores e o coordenador possuem formação acadêmica de acordo com o cargo e com a disciplina que leciona.

Ainda nesse contexto, perguntamos: *“Há quanto tempo você trabalha nessa função”?*

Tabela N. 03.

Tempo que os professores exercem a função na escola.

Professor A; Professor B; Professor C; Professor D; Professor E; Professor F; Professor G; Professor I; Professor J; Professor K;	<i>Acima de 10 anos.</i>
Professor A; Professor B; Coord. Pedagógico	<i>5 anos.</i>

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Diante da tabela acima, ficou nítido que todos os respondentes possuem experiência no cargo acima de 5 anos. A respeito da experiência, Lopes et al., (2014, p. 5222), dizem que:

Devemos salientar também que os próprios professores, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados. Eles se incorporam à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e saber-ser.

Então, baseada nas falas das autoras, a experiência profissional contribui para o aprimoramento de saberes, oportunizando novos saberes para o professor.

Com certeza, a experiência profissional é um fator importante para o aprimoramento dos saberes do professor. Ao longo da sua carreira, o professor tem a oportunidade de lidar com uma variedade de situações e desafios, o que pode ampliar o seu repertório de estratégias e metodologias de ensino. Além disso, a experiência também pode ajudar o professor a desenvolver habilidades como a capacidade de adaptação a diferentes realidades e contextos, a empatia com os alunos e a capacidade de liderança e trabalho em equipe. É importante ressaltar que a formação contínua e a atualização dos conhecimentos também são fundamentais para o aprimoramento dos saberes do professor, mas a experiência prática é um complemento importante para essa formação.

A percepção dos pesquisados a respeito da violência e em que momento ela ocorre dentro da escola

A escola da atualidade tem se tornado o reflexo de uma sociedade que apresenta problemas embotados, tal como a

violência. Dentro da escola essa ação tem crescido, levando aos professores temor, atingindo de forma negativa o processo educativo. Para Charlot (2002) a violência na escola não deve ser apresentada como um fenômeno novo, mas como um fenômeno que assume formas novas de se manifestar.

A escola também tem enfrentado outros desafios relacionados à sociedade em que está inserida, como a diversidade cultural, as desigualdades socioeconômicas e as transformações tecnológicas, exigindo de uma escola que seja capaz de se adaptar e inovar, acompanhando as mudanças do mundo contemporâneo. Dentro desse entendimento, surgiu o seguinte questionamento: “*Você acha a sua escola violência*”?

Tabela N. 04.

O nível de violência que ocorrerem na escola.

<i>Pouco</i>	Professor A; Professor B; Professor C; Professor D; Professor E; Professor F; Professor H; Professor I.
<i>A maioria das vezes</i>	Professor G; Professor J; Professor K; Professor L; Coord. Pedagógico.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Nessa análise, ficou claro, que a violência dentro do interior da escola, apesar de ainda acontecer, se dar conforme os pesquisados “*pouco*”, ou na “*maioria das vezes*”. Isso significa

afirmar que a violência ainda se encontra dentro dessa escola, na visão dos pesquisados acima.

O combate à violência na escola é uma questão que exige ações efetivas por parte das instituições e do poder público, como a implementação de políticas de prevenção, a conscientização da comunidade escolar sobre o tema e o estabelecimento de protocolos de atuação em caso de ocorrências de violência.

Compreendendo-se a importância do combate à violência escolar, foi questionado: *“Em que momento ou situação ocorre a violência na escola”?*

Tabela N. 05.

O nível de violência que ocorrerem na escola.

<i>Na hora da entrada</i>	Professor A; Professor I.
<i>Na hora do recreio</i>	Professor B; Professor C; Professor D; Professor E; Professor F; Professor H; Professor J; Professor K; Professor L.
<i>No período das aulas</i>	Coordenador Pedagógico.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Nessa análise, podemos verificar que o lugar em que ocorre mais a prática de violência, em sua maioria é na “hora do recreio”. Segundo Sposito (2004, p. 163),

A análise das causas e das relações que geram condutas violentas no interior da instituição escolar impõe alguns

desafios aos pesquisadores e profissionais do ensino, pois demanda tanto o reconhecimento da especificidade das situações como a compreensão de processos mais abrangentes que produzem a violência como um componente da vida social e das instituições, em especial da escola, na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, acreditamos que a maioria das ações violentas, ocorrem em ambientes livres do olhar dos adultos/funcionários, como por exemplo na hora da merenda escolar, porém muitas vezes a violência dentro da escola pode ser fruto de problemas sociais mais amplos, como a desigualdade social, a falta de acesso a direitos básicos e a vulnerabilidade socioeconômica das famílias dos alunos. Nesse sentido, é importante que a escola atue não apenas na prevenção e enfrentamento da violência, mas também na promoção de políticas sociais mais amplas que possam contribuir para a redução das desigualdades e da violência na sociedade como um todo.

A contribuição dos projetos pedagógico e sua contribuição no combate à violência

As escolas de uma forma geral, tem desenvolvido alguns projetos pedagógicos com objetivos específicos, trazendo para o ambiente escolar, a harmonia, o respeito as diferenças e a aprendizagem coletiva, principalmente colaborando para que a violência não ocorra. A esse respeito, Veiga (2001) pontua que,

para que o projeto que a escola quer desenvolver e que contribua efetivamente para a qualidade do trabalho educativo, deve ser entendido como processo, ou seja, prática e teoria devem caminhar juntas. Todavia, para que o projeto da escola contribua efetivamente para a qualidade do trabalho educativo, é importante que ele seja planejado de forma participativa, envolvendo todos os atores da comunidade escolar, como os professores, alunos, pais e funcionários. Além disso, é importante que o projeto esteja alinhado com os objetivos pedagógicos da escola e que haja recursos suficientes para sua execução. O acompanhamento e a avaliação contínua do projeto também são fundamentais para garantir sua efetividade e possibilitar ajustes necessários ao longo do processo.

Foi com essa visão que nos propusemos a indagar: “Os projetos implementados na escola contribuem para diminuir a violência”?

Tabela N. 06.

A importância dos projetos pedagógicos no combate as atitudes violentas.

<i>A maioria das vezes</i>	Professor A; Professor B; Professor C; Professor D; Professor E; Professor G Professor L.
<i>Pouco</i>	Professor F; Professor H; Professor J; Professor K.
<i>Sempre</i>	Professor I; Coordenador Pedagógico.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Aqui, fica claro que a maioria dos respondentes concordaram que “na maioria das vezes” os projetos que a escola desenvolve ajudam a combater o índice de violência dentro da escola, apenas o Professor I e o Coordenador pedagógico pontuaram que “sempre” ajuda a melhorar a violência escolar. Os projetos pedagógicos podem contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos, o fortalecimento da relação escola-comunidade, a promoção de valores e práticas sustentáveis, entre outros aspectos relevantes para a formação integral dos estudantes. É importante que tais projetos sejam pensados e implementados de forma participativa, envolvendo toda a comunidade escolar e considerando as demandas e necessidades locais.

Nessa direção, seguimos perguntando: “*Quais dessas atitudes violentas são mais observadas no interior da escola?*”

Tabela N. 07.

Atitudes observadas no interior da escola que promovem a violência.

<i>Agressão física</i>	Professor A; Professor D; Professor F; Professor K.
<i>Bullying</i>	Professor B; Professor C; Professor E Professor G; Professor I; Professor L.
<i>Ofensa verbal</i>	Professor H; Professor J; Coordenador Pedagógico.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Diante das respostas, analisamos que o *Bullying* ainda é a maior atitude violenta que ocorre dentro da escola.

O bullying é um problema complexo que pode afetar profundamente a vida dos estudantes envolvidos, tanto a curto quanto a longo prazo. É importante que a escola adote medidas preventivas e intervenções eficazes para combater esse comportamento agressivo e promover um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os alunos. Além disso, é fundamental que se envolva toda a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, pais e alunos, na discussão e implementação dessas medidas.

Para Lopes Neto (2011, p. 28), o *bullying* pode ser caracterizado por uma série de ações que machuca, como:

[...] apelidar, sacanear, aterrorizar, ignorar, dar um gelo, ameaçar, empurrar, oprimir, ofender, humilhar, amedrontar, ser indiferente, fazer sofrer, agredir, derrubar, quebrar pertences, zoar, intimidar, tyrannizar, excluir, perseguir, bater, ferir, violentar, debochar, dominar, discriminar, ridicularizar, injuriar, constranger, roubar, gozar, isolar, subjugar, assediar, chutar, vexar e furtar. Desde que executados de forma repetida. Estas ações citadas acima englobam todos os bullings existentes, a saber: bullying verbal, moral, psicológico, sexual, material, físico e virtual.

Então, é um problema social, que tem recaído dentro da escola, e essa por sua vez, precisa de forma urgente encontrar meios de combatê-lo.

Objetivo: Descrever os efeitos da violência no processo aprendizagem

A violência estar disseminada na sociedade moderna, tem sido um dos principais responsáveis pelo fracasso escolar. Afinal de contas, não se aprender quando não há calma, respeito, coletividade. Vinha (2000) considera a escola como um lugar ideal para o desenvolvimento de relações de reciprocidade e cooperação, local onde os alunos podem aprender a conviver em sociedade, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade cultural. É importante que os professores e coordenadores pedagógicos incentivem a criação de atividades que promovam a colaboração e a solidariedade entre os alunos, como projetos em grupo e atividades de voluntariado. Dessa forma, a escola se torna um ambiente propício para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo. Neste ambiente, o aluno tem a oportunidade de interagir com seus pares, desenvolver-se cognitivamente, construindo de forma gradativa sua personalidade integrada em valores morais e éticos, rumo a uma aprendizagem com sucesso e qualitativa. Nessa direção, continuou-se a arguição: *“A violência na escola é um dos motivos de repetência e evasão escolar”?*

Tabela N. 08.

A violência como provocador da repetência e evasão escolar e as implicações no processo de ensino aprendizagem.

<i>A maioria das vezes</i>	Professor A; Professor B; Professor C; Professor F; Professor G; Professor I; Professor L; Professor K.
<i>Pouco</i>	Professor E; Professor H; Professor J; Coordenador Pedagógico.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Diante do que foi exposto, a maioria dos pesquisados apontaram que na “maioria das vezes” a violência dentro da escola é motivo para os alunos repetirem de ano ou evadir-se da escola, enquanto que a minoria respondeu que “pouco” a violência contribui para tal. Todavia é importante salientar que além dos fatores acima mencionados, “[...] há, por parte dos educadores, uma crença de que o problema seja de responsabilidade exclusiva das famílias, o que os leva a uma dificuldade em compreender formas de superação dessa violência ligadas às práticas de instalação de um ambiente cooperativo em sala de aula” (Gonçalves, 2011, p. 9).

Agindo assim, a questão da violência continua a existir no contexto escolar, que ao invés de buscar parcerias, principalmente com a família, cala-se, omite-se, ocasionando sérios problemas para o aluno, e para a escola como um todo.

Ainda buscando compreender como a violência influencia no processo de ensino aprendizagem, fizemos o seguinte questionamento: “No seu entendimento quais desses fatores você considera como principal implicador no processo ensino-aprendizagem ocasionado pela violência escolar”?

Tabela N. 09.

As implicações causadas pela violência escolar no processo ensino - aprendizagem.

<i>Dificuldades de aprendizagem</i>	Professor A; Professor B; Professor C; Professor F; Professor I; Professor K.
<i>Desinteresse pela aprendizagem</i>	Professor G; Professor H.
<i>Reprovação</i>	Professor E; Coordenador Pedagógico.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

De acordo com a análise, verificamos que a maioria dos pesquisados apontaram que a violência escolar provoca no aluno “dificuldade de aprendizagem”. Os demais pontuaram que provoca “desinteresse pela aprendizagem e reprovação”. Em relação aos implicadores da violência no ensino aprendizagem. Fante (2005, p. 91) diz que,

A intolerância, a ausência de parâmetros que orientam a convivência pacífica e a falta de habilidade para resolver os conflitos são algumas das principais dificuldades detectadas no

ambiente escolar. Atualmente, a matéria mais difícil da escola não é a matemática ou a biologia; a convivência, para muitos alunos e de todas as séries, talvez seja a matéria mais difícil a ser aprendida.

Essa dificuldade de aprender a matéria em muitos casos se deve muitas vezes ao crescente número de ações violentas no ambiente escolar. A violência escolar pode gerar outras consequências negativas para os alunos, como baixa autoestima, ansiedade, estresse, medo, depressão e isolamento social. Tais fatores podem prejudicar o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do aluno, comprometendo o seu desempenho acadêmico e seu futuro pessoal e profissional. Por isso, é importante que a escola esteja atenta e tome medidas efetivas para prevenir e combater a violência escolar.

Ainda nesse entendimento, perguntamos: “Na sua concepção quais motivos contribuem a ocorrência da violência escolar”?

Tabela N. 10.

Motivos ocasionadores da violência escolar.

<i>Desestrutura familiar</i>	Professor A; Professor B; Professor E; Professor F; Professor G; Professor H; Professor I; Professor L; Coordenador Pedagógico.
<i>Situação de vulnerabilidade</i>	Professor D; Professor J.

Fonte: Da própria pesquisadora

No entendimento de grande parte dos pesquisados, a “desestruturação familiar” é a causadora da violência no ambiente escolar. A esse respeito Pereira (2000, p. 121, grifos do autor) faz um esclarecimento ao afirmar que:

[...] não apenas essa *presença evidente e cotidiana* da violência representa uma novidade como também os seus modos de manifestação constituem algo que deixa a sociedade (especialmente certos segmentos sociais) bastante perplexa. É uma violência que surpreende que parece vir de toda parte, pode atingir os mais diferenciados segmentos sociais, e acontecer praticamente em qualquer contexto; ganha, assim, um ar um tanto assustador.

Assim, é dentro da escola que ela se torna mais visível, prejudicando a todos, principalmente aqueles alunos que vê na escola o lugar ideal de segurança.

A escola deve oferecer uma oportunidade única para os alunos desenvolverem habilidades importantes para o sucesso na vida, como a capacidade de colaborar com os outros, resolver problemas complexos, comunicar ideias de forma clara e persuasiva e adquirir conhecimento em uma variedade de áreas que a levará a ser um ambiente que incentiva a criatividade, a expressão artística e a descoberta pessoal, proporcionando aos alunos a chance de explorar seus interesses e talentos. Portanto, a escola é muito mais do que um lugar de segurança; é um

espaço de crescimento, aprendizado e desenvolvimento integral.

Objetivo: Identificar como os educadores reagem diante das ações de violência apresentadas pelos alunos.

A intervenção da escola para combater a violência dentro do seu espaço

No contexto atual, a escola não tem conseguido dar conta de tantos problemas pelos quais ela vem passando, no entanto, quando se fala da violência que tem se instalado no seu interior, ela precisa juntamente com toda comunidade escolar implementar ações que favoreça a participação amigável e a colaboração, baseados num diálogo aberto e democrático, objetivando acabar com os males que tem prejudicado as relações estabelecidas no seu espaço. Longo (2014) defende a ideia de que, para combater a violência escolar se faz necessário que seja estabelecido e atividades que visem difundir o conhecimento dos Direitos Humanos no combate as suas violações. Além de difundir o conhecimento dos Direitos Humanos, é importante que as atividades que visem combater a violência escolar abordem a importância da empatia e do respeito mútuo, bem como o papel fundamental da comunicação não violenta na resolução de conflitos. Isso pode incluir atividades que promovam o diálogo, a escuta ativa, a mediação de conflitos e o desenvolvimento de habilidades de

resolução de problemas. É importante destacar que essas atividades sejam inclusivas e engajem todos os membros da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, funcionários e pais ou responsáveis, para que possam trabalhar juntos para criar um ambiente escolar seguro e acolhedor. Por fim, é crucial que as medidas de combate à violência escolar sejam sustentáveis e contínuas, e não apenas uma iniciativa pontual, para garantir que os esforços tenham um impacto duradouro e efetivo.

Nesse entendimento, foi perguntado o seguinte: “*Marque somente uma ação necessária que a escola precisa desenvolver para combater a violência no seu interior*”.

Tabela N. 11.

A intervenção da escola para combater a violência.

<i>Implantação de projetos</i>	Professor A; Professor F.
<i>Interação família x escola</i>	Professor B; Professor C; Professor D; Professor E; Professor G; Professor H; Professor I; Professor J; Professor L; Professor K.
<i>Mudança no fazer pedagógico do professor</i>	Coordenador pedagógico

Fonte: *Da própria pesquisadora*

A análise aponta que a maioria dos professores acreditam que a escola deve envolver a família em seu interior, a fim de

dialogar e encontrar soluções assertivas para o enfrentamento da violência. Nessa ótica, também é importante frisar que além de envolver a família, é importante que a escola também estabeleça parcerias com outras organizações e instituições da comunidade, como organizações não governamentais, grupos religiosos, autoridades locais, entre outros. Essas parcerias podem ajudar a fortalecer a rede de apoio aos estudantes, permitindo que eles sejam assistidos não apenas na escola, mas também em outros aspectos de suas vidas. Além disso, essas parcerias podem oferecer recursos adicionais, como treinamento para professores e funcionários, programas de mentoria e apoio emocional para estudantes em situações de risco. Por fim, é importante que a escola promova uma cultura de prevenção e resolução de conflitos, incentivando a participação de todos os membros da comunidade escolar na construção de um ambiente seguro e acolhedor. Isso pode ser alcançado por meio de atividades que promovam a empatia, a resolução pacífica de conflitos e o diálogo aberto e respeitoso.

Pegando-se a direção dessa pergunta, sentimos a necessidade de argumentar: *“A presença de um psicólogo atuante na escola ajudaria no combate aos conflitos no ambiente escolar?”*

Tabela N. 12.

A presença de um psicólogo como profissional capaz de combater os conflitos escolares.

<i>Sempre</i>	Professor A; Professor B; Professor C; Professor D; Professor E; Professor F; Professor G; Professor H; Coordenador pedagógico.
<i>Pouco</i>	Professor I; Professor J; Professor L.
<i>Na maioria das vezes</i>	Professor K.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

De acordo com as respostas na tabela acima, a maioria dos pesquisados acreditam que “*sempre*” a presença de um psicólogo na escola ajudaria no combate aos conflitos que ocorrem dentro dela, contudo, outros pontuaram que contribuiria “*pouco*” e um professor apontou que na *maioria das vezes*. A esse respeito, Santos, Bezerra e Tadeucci (2010) consideram que o psicólogo dentro do ambiente escolar deve prestar atendimento não somente aos alunos, mas, aos pais, professores e demais funcionários, uma vez que a violência atinge tanto a família como a escola. O psicólogo nesse espaço, tem como principal função promover o bem-estar social.

Patias e Abaid (2014) complementam ao afirmarem que o psicólogo dentro da escola ao identificar problemas, queixas ou situações adversas deve buscar as múltiplas causas pelas quais esses fatos ocorrem, para depois intervir. Pois são vários fatores que interferem no comportamento dos alunos, que vai desde a familiar, até mesmo as condições do próprio espaço escolar.

O psicólogo pode incluir a identificação de fatores de risco, a avaliação de casos individuais e a implementação de estratégias para prevenir comportamentos violentos e/ou agressivos. Além disso, o psicólogo pode colaborar com os professores no desenvolvimento de programas de promoção da saúde mental e prevenção da violência, bem como fornecer treinamento sobre como lidar com situações de conflito e violência na sala de aula. Outra forma pela qual o psicólogo pode contribuir é oferecendo suporte emocional para aqueles que foram afetados pela violência escolar, ajudando-os a lidar com suas emoções e trabalhando em conjunto para encontrar soluções para o problema. Por fim, o psicólogo também pode ser um importante defensor da inclusão e da diversidade, trabalhando para garantir que todos os membros da comunidade escolar sejam valorizados e respeitados, independentemente de suas diferenças.

Com essa percepção, indagamos o seguinte: *“A estrutura física da escola contribui para a indisciplina e a violência escolar?”*

Tabela N. 13.

A estrutura física da escola como fator de indisciplina e violência escolar.

<i>Sempre</i>	Professor A.
<i>Pouco</i>	Professor B; Professor J; Professor L.
<i>Nunca</i>	Professor C; Coordenador pedagógico.

<i>Na maioria das vezes</i>	Professor D; Professor E; Professor F; Professor G; Professor H; Professor I; Professor K.
-----------------------------	--

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Na tabela acima, ficou evidente que a maioria dos pesquisados concordaram que na *maioria das vezes* a estrutura física da escola interferem no comportamento dos alunos e outros afirmaram “*pouco*” e “*nunca*”. Esse assunto, é bastante discutido na escola, e vai ao encontro dos estudos de Brancaloni e Pinto (2001), quando mencionam que a estrutura e organização da escola influenciam na ocorrência de eventos violentos. As práticas internas da escola como a rigidez e aplicação das normas de condutas e os mecanismos de controle, podem ser produtores de conflitos.

A estrutura física da escola pode influenciar o comportamento dos alunos. Por exemplo, uma escola bem iluminada, bem ventilada e com espaços verdes pode contribuir para criar um ambiente acolhedor e estimulante, que promova o bem-estar físico e emocional dos alunos. Além disso, a existência de espaços de convivência e lazer, como quadras esportivas, bibliotecas e áreas de recreação, pode incentivar a socialização e a participação dos alunos em atividades extracurriculares, o que pode contribuir para seu desenvolvimento social e pessoal. Por outro lado, escolas com estruturas físicas inadequadas, como salas de aula escuras e

abafadas, sem recursos de tecnologia, ou sem espaços de lazer e convivência, podem gerar um ambiente desmotivador e pouco estimulante para os alunos, o que pode afetar seu desempenho acadêmico e seu comportamento em sala de aula. É importante que as escolas considerem a importância da estrutura física em seu planejamento e investimento, buscando oferecer um ambiente que proporcione condições adequadas para o desenvolvimento educacional e pessoal dos alunos. Então, é uma problemática que precisa levar-se em consideração na hora em que o assunto for violência escolar.

Análise do questionário dos alunos

Os alunos serão denominados por número, sendo: Aluno1; Aluno 2; Aluno 3; Aluno 4; Aluno 5; Aluno 6; Aluno7; Aluno 8; Aluno 9; Aluno10; Aluno11; Aluno12.

Público-alvo: 12 alunos

Objetivo: Caracterizar os tipos de violência que mais se revelam dentro da escola.

Achamos importantes conhecer as idades cronológicas dos alunos, para compreender se as perguntas seriam bem interpretadas ou não, devido o seu nível de maturidade.

Tabela N. 14.

A idade cronológica dos alunos.

15 anos	Aluno 1; Aluno 7; Aluno 9; Aluno 12.
---------	--------------------------------------

14 anos	Aluno 2.
16 anos	Aluno 3; Aluno 6; Aluno 8; Aluno 11.
18 ano	Aluno 4; Aluno 10.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Conforme o que foi exposto, os alunos possuem idades variadas, sendo o mais jovem com 14 anos e os mais velhos com 18 anos. São idades de descobertas, de perspectivas, de modificação na estrutura corporal, e também a idade que em muitos casos, ocorre o início de relacionamento amoroso. Enfim, nesse período de transição, acaba que alguns jovens enveredam por caminhos diferentes, e que muitas vezes sonhos são destruídos devido em às mais companhias.

A concepção do aluno sobre sua escola

Compreender a escola enquanto espaço socializador e de aprendizagem é fundamental, local, esse no qual os alunos têm a oportunidade de interagir com pessoas de diferentes origens, culturas e perspectivas. Isso pode ajudá-los a desenvolver habilidades sociais importantes, como a empatia, a tolerância e a capacidade de trabalhar em equipe. Nesse sentido, a escola pode contribuir para a formação de identidades e valores dos alunos, através da promoção de uma educação cidadã e crítica, que os estimule a participar ativamente da vida em sociedade. A escola também pode desempenhar um papel importante no

combate às desigualdades sociais, através da oferta de uma educação de qualidade e acessível a todos, independentemente de sua origem socioeconômica. Essa concepção precisa estar estampada nas suas práticas, nas suas ações para que de fato, ela seja considerada uma instituição que prisma por um lugar de respeito as diferenças. Nesse sentido, perguntamos: “*Você gosta de sua escola*”?

Tabela N. 15.

A visão dos alunos a respeito da escola.

<i>Pouco</i>	Aluno 1; Aluno 2; Aluno 3; Aluno 7; Aluno 9; Aluno 10; Aluno 11.
<i>Sempre</i>	Aluno 4; Aluno 5.
<i>Na maioria das vezes</i>	Aluno 6; Aluno 8; Aluno 12.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

A tabela acima, delinea claramente que a escola não tem sido um ambiente em que os estudantes gostam de estar. Essa verificação se dá devido ao número elevado de alunos que responderam que gostam “*pouco*” da escola e em seguida outros pontuaram que “*na maioria das vezes*”. Essa concepção, serve de “*alerta à escola, em particular aos professores, para que observem os sinais que crianças e jovens emitem, e tentem interpretar corretamente o que eles significam*” (Pino, 2002, p. 20). Alertamos também, que se o aluno gosta pouco da escola, é

porque algum motivo tem colaborado para essa concepção. Entre esses motivos pode estar a falta de conexão com os professores: Se um aluno não se sente conectado com seus professores, isso pode afetar sua motivação e interesse pela escola.

Os professores desempenham um papel importante na criação de um ambiente de aprendizado positivo, e a falta de conexão com os professores pode levar um aluno a se sentir isolado ou desmotivado, como também dificuldades de aprendizagem, ou seja, o aluno pode estar lutando para entender o conteúdo apresentado em sala de aula, isso pode levar à frustração e desânimo sentindo -se muitas vezes desencorajados e menos propensos a participar ativamente nas aulas ou entre os motivos bem mais pessoais. Nesse sentido, é importante lembrar que cada aluno é único e pode ter motivos diferentes para não gostar da escola. O diálogo aberto e a busca por soluções que atendam às necessidades individuais podem ajudar a melhorar a experiência de aprendizado de um aluno.

Nessa ótica, tentando compreender os motivos que levam os alunos a gostarem ou não da escola, indagamos: “*Sua escola é violenta*”?

Tabela N. 16.

A violência escolar.

<i>Sempre</i>	Aluno 1; Aluno 6; Aluno 8; Aluno 10; Aluno 11; Aluno 12.
<i>Pouco</i>	Aluno 2; Aluno 4.

<i>Na maioria das vezes</i>	Aluno 3; Aluno 5; Aluno 7.
-----------------------------	----------------------------

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Na tabela acima, a maioria dos alunos concordaram que a escola *é violenta*. A escola tem como papel acolher e socializar o conhecimento, atuando na formação integral dos seus alunos. Portanto, quando no seu interior a violência ocorre, ela deixa de lado seu papel de acolhedor e transformador, passando a ser temido pelos alunos ao adentrar dentro dela. Talvez o fato de os alunos conceberem que sua escola como violenta, se dê no entendimento de Tardif e Lessard (2005, p. 162), porque,

[...] a relação dos professores com os alunos é complexa e multidimensional; ela comporta tensões e dilemas importantes; enfim, ela é determinada por fatores ambientais: pobreza, violência, etc. Ela suscita nos professores sentimentos ambivalentes, como fonte de gratificação e alegrias, por um lado, e provações e lugar de dificuldades de todo tipo por outro

Daí a insatisfação dos alunos dentro do ambiente escolar. É muito comum se observar dentro das escolas diálogos em que as pessoas rotulam alguns alunos como intoleráveis e que por vezes professores acabam perdendo tempo, deixando de lado de conteúdos que deveriam ser trabalhados. Nessa linha de

pensamento, perguntamos:” *Você tem percebido que a violência acontece com maior frequência dentro da sala de aula*”?

Tabela N. 17.

A violência escolar.

<i>Sempre</i>	Aluno 2; Aluno 6; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 10; Aluno 11.
<i>Não</i>	Aluno 1; Aluno 12.
<i>Pouco</i>	Aluno 3; Aluno 4; Aluno 5.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Os relatos de violência perpetrada no ambiente escolar, no entendimento dos alunos, acontecem em “*sua maioria*” sempre dentro da sala de aula. Apenas 2 alunos disseram que a violência escolar, *não ocorre* e 3 afirmaram que ocorrem “*pouco*”. Essa análise aponta uma questão bastante comum, na qual a violência que é desenvolvida na sala de aula, geralmente tem relação com a sofrida no ambiente familiar que pode acontecer geralmente pelos seus cuidadores (Bazon e Faleiros, 2013). A violência na sala de aula pode ocorrer de diversas formas, e pode ter consequências graves tanto para os alunos quanto para os professores. Algumas das formas mais comuns de violência na sala de aula incluem: Agressão física: Agressão verbal: bullying: roubo e uso de drogas e álcool, nessa perspectiva a violência na sala de aula pode ter várias causas, incluindo

problemas familiares, problemas de saúde mental, conflitos entre os alunos, ou falta de disciplina e respeito pela autoridade.

Nessa direção, perguntamos: “No seu entendimento o que leva os alunos a desenvolverem um comportamento violento dentro da escola”?

Tabela N. 18.

Motivos que levam os alunos a desenvolverem a violência.

<i>Conflito entre professor e aluno</i>	Aluno 1; Aluno 3; Aluno 6; Aluno 10; Aluno 11 Aluno 12.
<i>Situação de vulnerabilidade</i>	Aluno 2.
<i>Desestrutura familiar</i>	Aluno 4; Aluno 5; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 9.

Fonte: Da própria pesquisadora

Os alunos apontaram em sua maioria que o que leva os alunos a desenvolverem um comportamento violento dentro da escola é o “conflito entre professor e aluno”. Nessa relação, “há de se considerar a violência estabelecida entre esses atores, que muitas vezes não é fácil de ser constatada, pois geralmente ocorre através de abusos no relacionamento interpessoal” (Giordani, 2015, p. 24). Além disso, 05 alunos apontaram como causa do comportamento violento foi questão da “desestruturação familiar”. Nos estudos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2011, p. 297), as famílias precisam “ter consciência das

determinações sociais e políticos, das relações de poder implícitas nas decisões administrativas e pedagógicas do sistema e de como elas afetam as decisões e as ações levadas a efeito na escola e nas salas de aula”, para que tomem a iniciativa de procurar o canal do diálogo aberto com os filhos e assim, a escola se tornar o lugar em que todos gostam de estar.

A participação da família no contexto escolar

A escola enquanto espaço em que a diversidade se apresenta deve ser capaz de identificar as situações adversas que nela ocorre, para que por meio do diálogo em conjunto com a família busque soluções que visem acabar de vez com qualquer tipo de violência que esteja presente no cotidiano escolar. Sendo assim, família é uma fonte preciosa de informações que ajuda a escola a perceber possíveis problemas relacionados a convivência dos filhos no ambiente escolar.

Além de ser uma fonte preciosa de informações, a família é também um importante parceiro da escola na promoção de um ambiente de aprendizado saudável e seguro. Os pais e responsáveis têm um papel fundamental em ajudar a escola a perceber possíveis problemas de convivência dos filhos no ambiente escolar, mas também podem ser agentes ativos na prevenção e resolução desses problemas.

Quando a escola e a família trabalham juntas, é possível criar uma rede de apoio para os alunos, que pode ajudá-los a superar desafios e a ter sucesso acadêmico e pessoal. Isso pode

incluir o compartilhamento de informações relevantes sobre o desempenho dos alunos, bem como sobre possíveis problemas de comportamento ou de saúde mental. Também pode envolver a participação ativa dos pais em atividades escolares, como reuniões de pais e professores, eventos culturais e esportivos, e programas de voluntariado.

Além disso, a colaboração entre a escola e a família pode ajudar a criar um ambiente de respeito e diálogo aberto, no qual os alunos se sintam seguros para compartilhar suas preocupações e dificuldades com os adultos responsáveis por eles. Isso pode ser especialmente importante para alunos que enfrentam desafios em casa, como problemas familiares, econômicos ou de saúde, e que podem precisar de apoio adicional da escola e da comunidade para superá-los.

Nesse sentido, sua participação no processo educativo, é de suma importância. Com essa ideia, perguntamos aos alunos: *“Sua família tem sido chamado à escola para tomar ciência do seu rendimento escolar”?*

Tabela N. 19.

A participação da família na escola.

<i>Sempre</i>	Aluno 1; Aluno 3; Aluno 6.
<i>Não</i>	Aluno 2.
<i>Algumas vezes</i>	Aluno 4; Aluno 5; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 9; Aluno 10; Aluno 11; Aluno 12.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Verificamos que a presença da família dentro da escola, acontece, mesmo de forma tímida, tendo em vista que a maioria dos respondentes, apontaram que “*algumas vezes*” ela é chamada. De acordo com Acco (2014, p. 4),

O trabalho coletivo entre escola e família é considerado um fator fundamental no processo de aprendizagem, assim torna-se necessário estreitar os laços de relacionamento entre essas duas instituições, pois quanto maior for a participação da família o trabalho da escola se tornará mais eficaz.

Nessa direção, se faz necessário, que a escola incentive ainda mais a participação da família em seu espaço, afim de traçar estratégias que melhorem o relacionamento entre os alunos e até entre os próprios professores.

A Lei 2282/2017 e sua interpretação por parte dos alunos

Com a ideia é construir um plano de trabalho com foco na diminuição dos casos de violência escolar, foi criado a Lei 2282/2017 – (Programa EPAZ) no Estado do Amapá. Esse programa tem o objetivo monitorar e coletar dados nas escolas estaduais a respeito da violência que ocorre dentro dessas. Assim, esse programa deve ser divulgado com alunos, professores e comunidade escolar, como um meio de alertar os

agressores suas possíveis penalidades, na perspectiva de todos colaborarem para o êxito desse programa. Nesse viés, indagamos: “*Você tem conhecimento da Lei 2282/2017*”?

Tabela N. 20.

O conhecimento pelos alunos a respeito da Lei 2282/2017-EPAZ.

<i>Sim</i>	Aluno 1; Aluno 2; Aluno 3 Aluno 4; Aluno 5; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 9; Aluno 10; Aluno 11; Aluno 12.
<i>Não</i>	Aluno 6.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Verificamos que 11 alunos “*conhecem*” as diretrizes da Lei 2282/2017 e apenas 1, *não conhece*. Portanto, se a lei for eficaz, ganha a escola e ganha a sociedade. O conhecimento das leis que regem determinado espaço, seja ele escolar ou não, colabora para seus colaboradores sintam-se mais protegidos, sabendo a quem recorrer nos casos que as leis os protegem. Dentro dessa ótica, continuamos a questionar: “*Quais dessas violências acontecem com maior frequência na escola*”?

Tabela N. 21.

Tipos de violência que ocorrem na escola.

<i>Agressão física</i>	Aluno 1.
<i>Bullying</i>	Aluno 2; Aluno 4; Aluno 5; Aluno 6; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 9; Aluno 10; Aluno 11; Aluno 12.
<i>Ofensa verbal</i>	Aluno 3.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Na sua maioria os adolescentes retrataram as situações que envolvem vitimização psicológica (*bullying*), que podem ser expressas através de apelidos, xingamentos ou exclusão, que é a não aceitação das diferenças em relação ao fenótipo ou comportamento dos colegas. Para Lopes Neto (2011, p. 46), as “vítimas de bullying podem ter problemas relacionados à escola, como faltas frequentes ou abandono. Sentem-se sob risco e infelizes na maioria dos dias, afirmam não pertencer à escola”. Assim, o papel da escola é não fazer “vista grossa” a esse mal que tem assolado a escola. Para tal, ela precisa resgatar seu papel e elaborar proposta que possam de fato levar os alunos a se conhecerem e a se respeitarem. Dentro desse entendimento, fizemos a seguinte pergunta: “*A escola tem desenvolvido projetos específicos para o combate à violência escolar*”?

Tabela N. 22.

Os projetos implementados na escola.

<i>Sim</i>	Aluno 1; Aluno 6; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 9; Aluno 10; Aluno 11; Aluno 12.
<i>Não</i>	Aluno 3; Aluno 4; Aluno 5.
<i>Pouco</i>	Aluno 2.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Aqui, os alunos em sua maioria responderam que a *escola tem desenvolvido projetos* que tem como finalidade acabar com a violência dentro dela. De acordo com Martins (2003, p. 32) “[...] trabalhar com projetos na escola não é uma ideia nova; ela surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, concebida pelo filósofo e educador John Dewey e desenvolvida por seu discípulo Kilpatrick”. Então, o desenvolvimento de projetos na escola, colabora para aproximação dos alunos entre si, além de fomentar o desejo de ajudar aquele que ainda encontra dificuldades de se adaptar as regras escolares, fortalecendo dessa forma, os laços de amizade que a escola tanto prima. Afirma ainda Martins (2003, p. 18) que “os projetos são formas de organizar o trabalho escolar, pela busca de conhecimentos por meio de atividades desenvolvidas pelos alunos, estabelecendo, dessa maneira, a relação entre teoria e prática de aprendizagem”. Quando perguntados aos alunos se eles acreditavam que “a escola podia contribuir para acabar com a violência que ocorrem dentro dela? Obtivemos a seguintes respostas:

Tabela N. 23.

A visão dos alunos no potencial da escola.

<i>Sim</i>	Aluno 1; Aluno 2; Aluno 6; Aluno 7; Aluno 8; Aluno 9; Aluno 10; Aluno 11; Aluno 12.
<i>Pouco</i>	Aluno 3; Aluno 4; Aluno 5.

Fonte: *Da própria pesquisadora*

Ficou evidente nas respostas dos alunos que eles acreditam no potencial que a escola tem, como uma instituição que pode colaborar para que a violência em seu espaço seja de fato abolida. Mas mesmo compreendendo que realmente a escola tem esse poder, é preciso atentar de que a escola sozinha não tem força, ela precisa da colaboração da família, da sociedade e do estado para que realmente ela possa ser um ambiente longe de todo tipo de violência, pois, seu papel social é promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo, através da criticidade e da participação (Brasil, 1996). A escola pode promover a sensibilização sobre o bullying e outras formas de violência, e implementar programas de prevenção que ensinem aos alunos as habilidades sociais e emocionais necessárias para evitar os comportamentos agressivos.

CAPÍTULO VI

RESULTADOS E CONCLUSÕES ADEQUADOS EM UMA PESQUISA DE SUCESSO

Após o processo de coleta de dados, advinda dos questionários dos professores, coordenador pedagógicos e alunos do Ensino Médio, pudemos proceder a análise dos dados, com o intuito de responder aos objetivos específicos estabelecidos para o desenvolvimento deste estudo, visando aprofundar e ampliar os conhecimentos acerca da violência no ambiente escolar, além dos motivos de sua existência e as reais consequências na aprendizagem e no relacionamento dos envolvidos.

A pesquisadora analisou os relatos que serviu de arcabouços teóricos para o desenvolvimento e familiaridade sobre a temática estudada.

Assim, respondendo ao primeiro objetivo específico, que é *“relatar as manifestações de violência pertinentes na instituição”*:

A violência que vem ocorrendo no atual contexto social, tem tomado o interior das escolas em todo o continente brasileiro. Esta, se apresenta de forma verbal ou física, afetando os alunos colaborando negativamente na sua caminhada

acadêmica, implicando na sua aprendizagem e na relação com seus pares e acontece em ações corriqueiras.

Nesse sentido, o estudo apontou que os professores e o coordenador pedagógico em sua maioria relataram que os casos de violência ocorrem pouco na escola em questão. Contudo, os alunos afirmaram que a violência é uma ação corriqueira e em sua maioria estar relacionado ao *Bullying*. Acreditamos que essa dicotomia se dar pelo fato de ser uma turma de ensino médio, no qual há uma rotatividade de professores, e em muitos casos a violência dentro da sala de aula, passa despercebida.

As razões desses atos, estão ligados a falta da participação da família no contexto escolar, como foi pontuado, gerando indisciplina. Mesmo diante de projetos que a escola desenvolve e com imposições de regras e punições, esses atos têm acarretado ainda violências no ambiente escolar.

De um modo geral, a violência tem sido caracterizada como uma ação brutal, tanto física ou psíquica contra alguém, deixando marcas físicas ou sequelas psicológicas que interfere nas relações interpessoais dentro do espaço escolar.

Considerada como um fenômeno globalizado, a violência tem atingido todos os alunos nos diversos níveis e modalidades escolar (crianças, jovens, adultos, idosos) e até mesmo os professores. Sendo assim, essa questão precisa ser trabalhada tanto no ambiente escolar, como também nos grandes centros de debates, pois, conseqüentemente as marcas deixadas por esse ato, tem contribuído de forma significativamente para que

o aluno abandone a escola, elevando o crescimento da taxa de evasão, ou quando não, tem colaborado para o rebaixamento de suas notas escolares.

Compreendemos que a violência é o reflexo da vida social, ou seja, ela tem sido entendida como um cenário natural, na vida cotidiana de milhares de crianças e adolescentes que ingressam na escola, e apenas reproduzem aquilo que está presente em sua realidade, no seu dia a dia familiar, levando-os a desenvolverem atitudes adversas no espaço escolar.

Em relação ao segundo objetivo específico: *descrever os efeitos da violência no processo aprendizagem;*

A pesquisa mostrou que a violência tem causado um impacto significativo no processo de aprendizagem dos alunos, afetando não apenas seu desempenho acadêmico, mas também seu bem-estar emocional e físico. Alguns dos efeitos da violência no processo de aprendizagem estar na dificuldade de concentração afetando a capacidade dos alunos de se concentrarem na sala de aula, prejudicando sua capacidade de aprender e reter informações. Eles podem estar constantemente distraídos, pensando em situações de violência que testemunharam ou sofreram, o que pode afetar seu desempenho acadêmico.

A violência, em todas as suas faces, tem provocado consequências gravíssimas, tanto para as vítimas quanto para os agressores, uma vez, para o primeiro tem ocasionado em uma série de problemas como depressão, suicídio e distúrbios comportamentais, acarretando ao fracasso e abandono escolar.

Para o segundo, punições e castigo servem como estímulos para dar-se continuidade aos atos violentos.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico: *identificar como os educadores reagem diante das ações de violência apresentadas pelos alunos;*

O estudo apontou que os professores diante das ações de violência apresentadas pelos alunos sentem desprotegidos, e angustiados, ou seja, de mãos atadas, sem saber a quem recorrer. No entanto, é importante que os professores ajam de forma apropriada e eficaz para garantir a segurança dos alunos e lidar com as consequências da violência.

Nesse sentido, existem algumas maneiras pelas quais os professores podem reagir diante das ações de violência, entre elas estar a identificação de sinal de alerta que indique que um aluno está em risco de se envolver em comportamentos violentos. Isso pode incluir mudanças no comportamento, atitudes agressivas ou isolamento social.

Respondendo ao quarto objetivo específico: *caracterizar os tipos de violência que mais se revelam dentro da escola.*

A pesquisa aponta que o *bullying* é o caso de violência mais frequente no ambiente escolar. Assim, é muito importante que a escola adote medida eficaz para prevenir e combater o *bullying*, como programas de conscientização, treinamento para professores e funcionários, e políticas claras de tolerância zero para comportamentos agressivos e violentos.

A investigação ainda encontrou que esse tipo de violência de violência ocorre em sua maioria na hora do recreio, período

esse em que eles não participam, e, portanto, os agressores se sentem mais à vontade para realizá-los. Fato também pontuado pelos alunos.

Como uma forma de acabar com a violência no ambiente escolar, ficou nítido de que os projetos que a escola tem desenvolvido tem contribuído para melhorar a relação entre seus aprendentes, essa concepção adveio dos professores, do coordenador pedagógico e dos alunos.

O estudo também apontou na visão dos professores e do coordenador pedagógico que a desestrutura familiar tem sido um dos motivos que tem fomentado o desenvolvimento de ações violentas no espaço escolar. Todavia os alunos relataram que a questão dos conflitos entre professor e aluno tem sido um promotor dessa violência. É um problema que ocorre em muitas escolas brasileiras, e que só poderá ser resolvido, através do diálogo aberto, da participação da família, por meio de reuniões nas quais todos possam mostrar seus pontos de vista, na perspectiva de aprenderem a se respeitar. A participação da família dentro da escola sem dúvida é uma grande aliada no processo de combate à violência conforme pontuaram os alunos, essa integração ainda não existe nessa escola.

Verificamos que apesar de ser implantado o EPAZ, na escola pesquisa, o projeto necessita ser aprimorado, tendo em vista que segundo os alunos a violência escolar tem ocorrido em maior índice no interior escola. Dessa forma, fica evidente que tal projeto necessita ser reavaliado com vistas de fato obter-se resultados positivos.

Sobre a importância de um psicólogo dentro da escola, é preciso esclarecer que não é somente a questão da violência escolar que exige a presença desse profissional, mas também, ele se faz importante no processo de inclusão das pessoas com deficiência escolar. Pois além de ouvir alunos, pais e demais funcionários, há de se considerar que é imprescindível também ele estabelecer um bom diálogo com os professores, escutando em suas necessidades e incentivá-los a participarem de forma ativa no processo de construção de um espaço escolar e saudável e com qualidade.

Nesse contexto, apontamos que existe uma lacuna, no que diz respeito a falta de políticas educacionais nessa instituição, passando a ser um fator preocupante, pois, aprender os conteúdos das disciplinas escolar, num ambiente em que brigas e desavenças são constantes, é difícil. Tal situação nos faz lembrar que atualmente a sociedade passa por diversas transformações que tiveram significativa repercussão nos cenários sociopolítico e econômico de todo o mundo e que nossos alunos se encontram na fase adequada para aprender os valores e formar uma sociedade mais justa que tanto almejamos. Não convém pensar em formá-los para o futuro ou em entregarmos a eles um mundo perfeito, mas convocá-los a essa construção no agora, como agem verdadeiros cidadãos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

As propostas de ações pretendem contribuir ainda mais com a prática pedagógica que instigue o desenvolvimento da boa relação dentro da escola, fazendo desse espaço um lugar no qual o respeito às diferenças sejam o cerne do processo de convivência.

Assim, as propostas desse estudo, estão direcionadas a todos os profissionais que atuam na educação e principalmente aos professores e coordenador e alunos da Escola Pedro Teixeira, que serviu de campo para a presente investigação.

Neste sentido, é recomendado:

I) Definir no Currículo Escolar estratégias diversificadas que direcione o professor a identificar em sala de aula, as mais diversas formas de violência que ocorre no seu interior;

Algumas dessas estratégias pode ser assim, discriminadas:

- Desenvolver atividades que incentivem a empatia e a compreensão mútua entre os estudantes, promovendo valores como respeito, tolerância e solidariedade;
- Capacitar os professores para identificar sinais de violência física, verbal e psicológica, além de oferecer treinamentos em como agir diante de situações de conflito;
- Incentivar a comunicação aberta e transparente entre professores, alunos e pais, criando canais de diálogo para

discutir casos de violência e desenvolver soluções em conjunto;

- Estimular a participação dos alunos em projetos de prevenção à violência, como grupos de discussão, campanhas educativas e outras iniciativas que promovam a cultura de paz;
- Criar espaços de acolhimento e apoio para estudantes que tenham sofrido violência, oferecendo acompanhamento psicológico e outras formas de suporte emocional.

II) Criar projetos pedagógicos que envolvam a família, instigando a sua participação em todo contexto escolar do aluno;

Algumas dessas estratégias pode ser assim, discriminadas:

- Realizar reuniões frequentes com os pais para discutir o desempenho escolar do aluno e apresentar projetos pedagógicos desenvolvidos pela escola;
- Oferecer cursos, oficinas e palestras para os pais, abordando temas como a importância da participação na vida escolar dos filhos, estratégias de aprendizagem, entre outros;
- Criar canais de comunicação eficazes entre a escola e os pais, como aplicativos, redes sociais, boletins informativos, entre outros;
- Envolver os pais em atividades escolares, como feiras de ciências, eventos culturais e outras iniciativas que possam estimular a participação e o engajamento da família;

- Promover a participação dos pais em conselhos escolares e outras instâncias de decisão, permitindo que eles participem ativamente da gestão escolar e contribuam para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes;

III) Promover na sala de aula, momentos de debates que promovam a criação de estratégias que acabem com a violência escolar;

Alguns passos para promover debates produtivos na sala de aula incluem:

- Escolher um tema relevante e atual relacionado à violência escolar, como bullying, discriminação ou violência física;
- Dividir a turma em grupos pequenos para que os alunos possam discutir suas ideias e opiniões sobre o tema;
- Incentivar a participação de todos os estudantes, garantindo que todos tenham voz ativa no debate;
- Estimular o diálogo respeitoso e o respeito às opiniões divergentes, criando um ambiente de tolerância e diálogo construtivo;

Registrar as ideias e sugestões levantadas pelos alunos durante o debate, e posteriormente, reunir-se com eles para avaliar as estratégias propostas e selecionar as que são mais eficazes para prevenir e combater a violência escolar;

IV) Criar um questionário para a família, objetivando contribuir para a identificação de problemas de relacionamento entre família X aluno afim de propor estratégias assertivas que melhore esse relacionamento;

Algumas sugestões para a elaboração do questionário são:

- Realizar reuniões individuais com a família para discutir as questões levantadas no questionário e propor soluções personalizadas para cada caso;
- Promover ações de integração entre família e escola, como encontros temáticos, atividades culturais e eventos esportivos;
- Oferecer capacitações para a família, abordando temas como desenvolvimento infantil, estratégias de aprendizagem e diálogo construtivo;
- Disponibilizar canais de comunicação efetivos entre escola e família, como aplicativos, redes sociais e boletins informativos;
- Envolver a família em ações de prevenção da violência escolar, como campanhas de conscientização e palestras educativas;

V) Elaborar propostas mais eficazes para serem implementadas no Programa EPAZ, com vista a acabar de vez com a violência no espaço escolar;

Algumas sugestões de propostas mais eficazes para serem implementadas nesse programa são:

- Criação de um comitê de gestão do programa: A implementação do programa pela paz deve ser coordenada por um comitê de gestão, composto por representantes da escola, dos alunos, dos pais e da comunidade. Esse comitê deve se reunir periodicamente para avaliar as ações do programa, identificar pontos fortes e fracos, propor novas estratégias e garantir a sua continuidade;
- Investimento em capacitação para os profissionais da escola: É fundamental que os profissionais da escola estejam capacitados para lidar com situações de violência e para implementar as estratégias do programa pela paz. Por isso, é importante oferecer cursos, palestras e capacitações específicas para os professores, coordenadores e demais funcionários;
- Estímulo à participação dos alunos: Os alunos devem ser incentivados a participar ativamente do programa pela paz, por meio de grupos de discussão, eventos culturais e esportivos, e outras atividades. Essa participação pode ajudar a aumentar o engajamento dos alunos e a criar um senso de responsabilidade e comprometimento com a construção de um ambiente escolar mais seguro;
- Implementação de medidas preventivas: Além de ações reativas, é importante que o programa pela paz também inclua medidas preventivas, como campanhas de conscientização, palestras educativas e atividades de mediação de conflitos.

Essas medidas podem ajudar a evitar situações de violência e a construir uma cultura de paz na escola;

- Interação com a comunidade: A participação da comunidade é fundamental para o sucesso do programa pela paz. Por isso, é importante estabelecer parcerias com instituições locais, como associações de moradores, clubes esportivos e organizações sociais, para envolver a comunidade na implementação do programa;

VI) Criar mecanismos que possibilite tanto ao professor como para o aluno, momentos de descontração afim de melhorar o relacionamento entre esses dois públicos.

Algumas sugestões de mecanismos são

- Jogos e brincadeiras: A realização de jogos e brincadeiras na sala de aula pode ser uma forma divertida de estreitar os laços entre o professor e o aluno. Além disso, essas atividades podem ajudar a desenvolver habilidades sociais, como a cooperação, a comunicação e o trabalho em equipe;
- Dinâmicas de grupo: As dinâmicas de grupo podem ser uma forma eficaz de estimular a interação entre os alunos e o professor. Essas atividades podem ser usadas para promover a reflexão, o diálogo e o trabalho em grupo, e podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais;

- Momentos de música e arte: A música e a arte podem ser usadas como ferramentas para promover a descontração e o bem-estar emocional. O professor pode propor atividades de música e arte que permitam aos alunos expressar suas emoções e sentimentos de forma criativa e lúdica;
- Conversas informais: Além das atividades programadas, é importante que o professor crie momentos de conversa informal com os alunos. Esses momentos podem ser usados para conhecer melhor os alunos, ouvir suas opiniões e interesses e estabelecer uma relação de confiança e proximidade;
- Atividades ao ar livre: A realização de atividades ao ar livre, como caminhadas, passeios ecológicos e atividades esportivas, pode ser uma forma divertida de promover a interação entre o professor e os alunos. Além disso, essas atividades podem contribuir para o bem-estar físico e emocional dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acco, S. C. (2014). A Participação da Família na Educação Escolar.in: *os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*. Produções Didático- Pedagógica. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos_pde/pde/busca/produções_pde/2014/2014_unioeste_ped_pdp_silvana_crusaro_accu.pdf. Acesso em:12 de abril de 2022.

Almeida, D. N. D.; Perlin, G. D. B.; Vogel, L. H. (2020). *Violência contra a mulher*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, n. 1, 2020. Versão e-book. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br>. Acesso em: 2 jun. 2022.

Andrade, M. M. (2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.

Amapá. (2017). *Lei Ordinária 2282, de 29/12/*. Dispõe sobre a criação do Programa Educação para a Paz no Estado do Amapá, e dá outras providências. Estado do Amapá - Macapá

Apollinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a Produção do Conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Barbosa, G. F.; Brito, L. F. A. (2020). A indisciplina escolar: definições, causas e formas de enfrentamento. *Revista Científica Multidisciplinar*. Núcleo do Conhecimento, v. 5, n. 8, p. 41-57.

Barbieri, da C. B.; Santos, N. E. dos.; Avelino, W. F. (2022). Violência escolar: uma percepção social. *Revista Educação Pública* – Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>. Acesso: 23 de agosto, de 2022

Barroso, M. F. (2018). Expropriações pela violência contra as mulheres: expressão da violência estrutural no capitalismo contemporâneo. In: Boschetti, I (org.). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez.

Bathyány, K.; Cabrera, M(coord.). (2012). *Metodología de la investigación*. Apuntes para um curso inicial. Departamento de la publicaciones. Unidad de Comunicación de la Univerdad de la República (UCUR). Montevideo.

Bazon, M. R., Faleiros, J. M. (2013). *Identificação e notificação dos maus-tratos infantis no setor educacional*. *Paidéia*, 23(54), 53-61. DOI: 10.1590/1982-43272354201307.

Borba, M. C.; Sales, T. da. S. e Silva, G. da. (2022). *Práticas educativas, memórias e oralidades: O papel social da escola na construção da cultura de paz*. *Rev. Pemo, Fortaleza*, v. 4, e48677. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.8677><https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>. ISSN: 2675-519X.

Boruchovitch, E. (2018). *Competências socioemocionais na educação: o desafio de integrar afeto e cognição*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus.

Bozza, F. S (2016). *A tutela penal dos direitos humanos nas democracias de opinião (II)*. Canal Ciências Criminais, Porto Alegre, abr. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-tutela-penal-dos-direitos-humanos-nas-democracias-de-opinioao->

ii/. Acesso em: 16 jun. 2022.

Brancaleoni, A. P. L.; Pinto, J. M. R. (2001). Um olhar sobre diferentes formas de enfrentar a violência escolar: uma abordagem etnográfica. *Caderno de Educação - FaE/UFPel*, Pelotas, nº 16, p. 139-160, jan/jun.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro.

Brasil. (1989). *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília.

Brasil. (1990). *Lei 8.069, de 13 de julho*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

Brasil. (1996). *nº 9.394 de 20 de dezembro*. Lei de Diretrizes de bases da Educação Nacional-LDB. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC

Brasil. (1997). *Lei Nº 9.459, de 13 de maio de*. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília.

Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC - SEF.

Brasil. (2001). Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2002). *Anuário Estatístico de Saúde do Brasil*. Pesquisa de assistência médico-sanitária de São Paulo: relacionada aos recursos humanos da Direção Regional de Saúde VIII. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Brasil. (2004). *Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos, (Funav), além de outras providências.* Projeto de Lei 3503/2004,

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=252323>. Acesso em: 22 dezembro 2019.

Brasil. (2006). Nº. 11.340 de 07 de agosto. *Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha)*. Brasília, DF: Senado Federal.

Brasil. (2007). Decreto nº 6.253. *Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília Acesso em: 04 jun. 2022.

Brasil. (2014). Ministério da Educação. *Planejando a Próxima Década*. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF.,

Brasil. (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília,

Butler, J. (2018). *Notes toward a performative theory of assembly*. Harvard University Press. Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. N-1. (p. 54-106).

Cajueiro, R. L. P. (2015). *Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: Guia prático do estudante*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Campanário, M. A. A.; Ferreira, C. M. (2021). A escola pública e a violência: uma análise dos problemas e soluções possíveis. *Revista Diálogos Possíveis*. v. 3, n. 2, p. 187-202.

Campoy, A. T. J (2016). *Metodología de la Investigación científica: Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Ed. Marben.

Campoy, A. T. J. (2018). *Metodología de la Investigación Científica*. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación. Asunción, Paraguay: Marben.

Charlot, B. (2002). *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, n. 8, p. 432-443, jul./dez.

Chrispino, A.; Chrispino, R. S. P. (2002). *Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar*. São Paulo: Biruta.

Cunha, J. F.; Santos, R. C. (2020). *Violência física: conceito e causas*. Revista de Psicologia Saúde, v. 12, n. 1, p. 123-136.

Durkheim, É. (1978). *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos.

Espelage, D. L.; Swearer, S. M. (2018). *Research on school bullying and victimization: What have we learned and where do we go from here?* School Psychology Review, 47(2), 133-146.

Fante, C. (2005). *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.* Campinas: Verus.

Federici, S. (2018). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas.* Editora Elefante.

Ferreira, A. C. R., & Penna, M. A. F. (2020). A escola e a diversidade cultural: reflexões sobre o papel do professor na formação de cidadãos críticos. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 25.

Ferreira, E. (2020). *A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar.* São Paulo. Tese de doutorado.

Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23132/2/Edna%20Ferreira.pdf>
f. Acesso em 21 de set.2022.

Ferreira, J. N. (2020). *A percepção de elementos constituintes do bullying a partir de situações de intimidação na escola.* São José do Rio Preto.

Dissertação de Mestrado. Disponível em

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193247/ferreira_jn_me_sjrp.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 30 de dez. de 2022.

Ferro, I, dos, S. (2018). *Elaboração e validação de questionário para análise do uso de serviços de saúde da atenção básica e relação com fatores de risco à saúde.* (Dissertação de Mestrado). Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153151/ferro_is_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

- Fonseca, F. M. C.;** Fernandes, L. F. M. (2018). Indisciplina escolar: conceitos, causas e formas de enfrentamento. *Revista Educação e Emancipação*, v. 15, n. 2, p. 85-99
- Fontes, V. A.** (2021). criação do marxismo: polêmicas sobre Marx e Engels. In: Mascaró, A. et al., *Curso livre Engels: vida e obra*. São Paulo: Boitempo, p. 43-73.
- Foucault, M.** (2018). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Editora WMF Martins Fontes.
- Freire, M. C. M.;** Pattussi M. P. (2018). Tipos de estudos. in: Estrela, C. *Metodologia científica. Ciência, ensino e pesquisa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas. p.109-127.
- Freire, P.** (1987). *Pedagogia do oprimido*, 17.ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P.** (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freitas, J. C.** (2019). *Reflexão crítica sobre a prática na formação de professores: uma abordagem teórica e prática*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Genebra: OMS, (2002).** ONU - Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitoshumanos>>. Acesso em 29 de agosto de 2022.
- Gil, A. C.** (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C.** (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gil, A.C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A.C. (2011). *Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais*.

São Paulo: Atlas. **Giordani, J. P. (2015).** *Violência escolar: Formas de manifestação e fatores associados*.

Dissertação de mestrado. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/>

[handle/10183/140825/000991649.pdf?sequence=1](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140825/000991649.pdf?sequence=1). Acesso em 21 de fev.2022.

Giordani, J. P.; Seffner, F.; Dell’aglio, D. D. (2017). *Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública*. *Psicol. Esc. Educ.* [online], v. 21, n. 1, p. 103-

111. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/jqRMtVbSzXryLvngxwkMZmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 de abri.2023.

Gonçalves, C. C. (2011). *Concepção de professores sobre bullying na escola: estudo de caso*.

Mestrado Acadêmico em Educação -Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

Gouveia, V. V. (2018). *Violência na escola: estudo com alunos do ensino fundamental*.

Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, n. 1, p. 57-67.

Green, E. R., & Greytak, E. A. (2018). *LGBT Students and Safe Schools: A Primer for Principals*. Routledge.

Kauark, F. S., Manhães, F. C. M. & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna/BA. Ed. Via Litterarum.

Knoener, D. F. (2019). *Quando a convivência pede por cuidado: bullying e assédio moral em ambientes universitários*. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

Lemes, L. G.; Martins, J. R. (2019). *Violência: conceitos e abordagens na saúde*. Revista Baiana de Enfermagem, v. 33.

Libâneo, J. C. (1998). *Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez.

Libâneo, J. C.; Oliveira, J. F.; Toschi, S. M. (2011). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª Edição. São Paulo - SP. Cortez.

Litwin, E. (org.). (2018). *Tecnologia educacional: políticas, histórias e propostas*. Porto Alegre: Penso.

Longo, M. M. (2014). *Conflitos interpessoais e a cultura da paz na escola: um diálogo entre a psicologia e a educação em/para os direitos humanos*. Em J. A. M. Sales, I. M. S, Farias,

M. S. L, L., & e M. M. D. Cavalcante (Orgs.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE.

Lopes, A.; Cavalcante, M. A. da S.; Oliveira, D. A.; Hypólito Á. M.; (Orgs.) (2014). *Trabalho Docente e Formação Políticas, Práticas e Investigação: pontes para a mudança*. Edição: CIIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/TrabalhoDocenteEFormacao_Vol_IV.pdf. Acesso em 23 de fev. de 2022.

Lopes Neto, A. A. (2011). *Bullying saber identificar e como prevenir*. São Paulo: Brasiliense. Lopes, R. C., & Souza, J. R. (2020). *O papel da escola na promoção da igualdade racial*:

desafios e perspectivas. *Educação em Revista*, 36.

Magoga, P.M.; Murara, D.N. (2020). *A escola pública e a sociedade democrática: a contribuição de Anísio Teixeira*, Educ. Soc. 41.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.236819>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Marinho, I. C.; Vidal, E. M.; Vieira, S. L. (2022). *A violência nas escolas brasileiras: reflexões a partir dos dados do Saeb 2013 e 2017*. ISSN 1982-7199 | DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271995336> | Revista Eletrônica de Educação, v. 16, 1-22, e5336030, jan./dez. Disponível em <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5336/1298>. Acesso em: 21 de abril, 2023.

Marochi, A.C. (2022). *Trabalho, Educação, Políticas Sociais e Patriarcado: uma análise do*

Programa Bolsa Família como uma pater-política. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/243723/PEED1664-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 21 de març. de 2023.

Martins, J. S. (2003). *O trabalho com projetos de pesquisa*. 3. ed.

Campinas, SP: Papirus. Martins, M. A. G. (2020). *A violência e os jovens homens: reflexões sobre o papel da educação*.

Revista Educação em Questão, v. 58.

Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.

Matos, P. M.; França, D. X. (2019). Racismo e escolarização: formas e consequências na trajetória escolar de alunos negros. In: *XIII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*.

São Cristóvão. Anais [...]. São Cristóvão, SE: UFS. Disponível em:

http://anais.educonse.com.br/2019/racismo_e_escolarizacao

formas_e_consequencias_na_trajetoria_esc.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

Matos, R. A.; Alves, E. D. (2019). *Violência doméstica: representações sociais de mulheres*. Psicologia em Estudo, v. 24.

Marx, K. (2017). O capital: crítica da economia política. Livro III: *o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo.

Medeiros, L. L. de. (2010). *Mulheres e cárcere: reflexões em torno das redes de proteção social -Niterói -R. J.* Dissertação de Mestrado. Disponível em: [https:// app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7563/LucianaLessaDeMedeiros.pdf?sequence=1](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7563/LucianaLessaDeMedeiros.pdf?sequence=1) Acesso em 27 de agosto de 2022.

Medeiros, L. (2018). Os contextos e o processo de inclusão das reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista na agenda governamental. In: *Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher / organização Luciene Medeiros*. -1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social.

Meinhart, D. B.; Santos, E. G. dos. (2020). *Violência escolar o desafio da atualidade: implicações na prática profissional do professor*. Dialogia,

São Paulo. n. 34, p. 244-259, jan./abr. Disponível em:
<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/13611/8222>. Acesso em 02 de abril.2023.

Melo, M. J. C. de. (2019). *Ações articulatórias nos movimentos de recriação das práticas curriculares coletivas dos professores do ensino fundamental*. (238 f.) Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de educação, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:
repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35261#:~:text=Esta%20pesquisa%2C%20intitulada%20Ações%20articulatórias,coletiva%2C%20e%20se%20inscreveu%20na. Acesso em: 01 de abril de 2023.

Michel, M. H. (2005). *Metodologia e Pesquisa Científica: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas.

Minayo, M. C. de S. (org.). (1994). *A violência social sob a perspectiva da saúde pública*.

Cadernos de Saúde pública, n. 10, pp. 7-18, suplemento 1,

Minayo, M. C. de S. (org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed.

Petrópolis: Vozes,

Minayo, M. C. de L. (Org.). (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19.

Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. de S. (Org.). (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec. 408p.

Minayo, M. C. de S.; Deslandes, S.F., Gomes, R. (2018). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 1ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes.

Miranda, E.D. (2018). *Metodologia da investigação científica -2ªed*, Asunción-Paraguay. Missi, M. (2017). *Cidadania e direitos humanos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Moreira, L. C.; Santos, L. S. (2022). *Educação para os direitos humanos e prevenção da violência na escola*. Revista Brasileira de **Educação**, v. 27.

Moreira, V. L. S.; Almeida, J. L. (2021). Violência escolar e precariedade da educação pública: desafios para a garantia de direitos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26.

Nascimento, J. B. B. do (2019). *A violência na sociedade e na educação em Marx e Engels*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, faculdade de educação, programa de pós-graduação em educação, fortaleza.

Oliveira, C. R. de. (2019). A proteção integral da criança e do adolescente: uma análise da efetividade das políticas públicas em tempos de crise. In: *Encontro Internacional de Políticas Públicas e Sociedade*. São Luís. Anais eletrônicos... São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-14. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/40691/29657>. Acesso em 04 de abril.2023.

Oliveira, K. S. (2020). *A importância do conhecimento da legislação brasileira pelos professores para a prevenção do bullying escolar*. Dissertação de Mestrado,

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Oliveira, J. da S; Guimarães M. C. M. (2016). O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. *Rev. Científica do Centro de Ensino Superior de Almeida Rodrigues – ANO I- Edição I.*

Oliveira, J. M.; Silva, J. A. (2022). Mediação de conflitos na escola: uma proposta de prevenção da violência. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 19.

Oliveira, M. F. de. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração /* Catalão: UFG, 72 p.: il.

Olweus, D. (2018). Bullying at school: Basic facts and an effective intervention program. In S.

R. Jimerson, A. B. Nickerson, M. J. Mayer, & M. J. Furlong (Eds.), *Handbook of school violence and school safety* (pp. 21-34). Routledge.

OMS. Organização Mundial de Saúde (2002). *Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Genebra.

Patias, D. N.; Abaid, J. L. W. (2014). *O que pode fazer um estagiário de Psicologia na escola?*

Problematizando prática e formação profissional. Santa Maria, v.39, n 1, p. 188.

Pereira, C. A. M. (2000). O Brasil do sertão e a mídia televisiva. In: Pereira, C. A. M.; Rondelli, E.; Schollhammer, K. E.; Herschmann, M. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Editora Rocco. p. 113-143.

Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*.

Curitiba: InterSaberes. Perrenoud, P. (2018) - *Construir competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed

Piccoli, L. M.; Lena, M. S.; Gonçalves, T. R. (2019). *Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em Porto Alegre/RS*. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 28, nº 4, p. 174-185, out./dez. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902019000400174&lang=pt. Acesso em: 01 abril. 2023.

Pimentel, A. (2018). *Violência na escola: o papel da família e da sociedade na prevenção e no combate*. Editora Juruá.

Pino, A. (2002). Violência, racionalidade e ordem social. In: *Sinais dos tempos – marcas da violência nas escolas*. Santos, S. D. M. – Campinas: FAPESP.

Pinto, L. R. M.; Rocha, M. M. (2021). Escola pública e violência: uma relação complexa.

Revista Educare, v. 16, n. 41, p.

Rodrigues, A. M. O. (2020). Conhecimento das leis pelos professores: uma análise da importância para a atuação na escola. In: *Congresso Nacional de Educação*, 8.

Curitiba. Anais [...]. Curitiba: CONEDU, p. 517-527.

Rodrigues J. M. C.; Santos, P. M. G. dos (Orgs.). (2020) *reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia*. Editora do CCTA João Pessoa.

Santos, E. D.; Bezerra, M. D. S. P. D. S.; Tadeucci, M. D. S. R. (2010). Educação: A importância do Psicólogo no Contexto Escolar. *XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação*. Universidade do vale do Paraíba.

Santos, I. M.; Alves, J. M. C. (2019). *Educação para a paz: uma reflexão sobre a cultura da não-violência na escola*. Revista Retratos da Escola, v. 13, n. 26, p. 131-144.

Schilling, F. (Org). (2016). *Uma abordagem sobre a violência, indisciplina e direitos humanos – reflexões conceituais: Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas*. São Paulo. Disponível em: https://www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br/arquivos/Files/sem.pedagogica/julho_2016/1dia_professores_artigo1_sp_2_ semestre.pdf. Acesso em: 23 de agosto. 2022.

Silva, A. de P., Azevedo, S. de. C. (2019). A escola como território: relações de poder e políticas educacionais. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte, v. 29, n. esp. 2

Silva, J. V. da. (2019). *Perspectivas socioeconômicas da violência sexual no Brasil: dinâmica e níveis de associações causais /*. 197f.: il.

Silva, L. M.; Dias, J. F.; Caldeira, V. M. R. (2019). Violência contra a pessoa idosa: perfil das denúncias realizadas no disque 100 em 2017. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 28,

Silva, M. A. da. (2020). *Práticas de traduções curriculares docentes: rastros do currículo da formação de professores*. / Maria Angélica da Silva. – Recife, 258f. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/37716/1/TESE%20Maria%20Ang%C3%A9lica%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 02 de març. de 2022.

Silva, M. P. da; Fonseca, T. da. S. (2019). A efetividade da proteção integral da criança e do adolescente: a atuação do Ministério Público na promoção da proteção. In: *Congresso Internacional de Direitos*

Humanos, 10. Fortaleza. Anais eletrônicos... Fortaleza: Universidade de Fortaleza, p. 1-15. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/revispsi/article/view/36499/22129>. Acesso em 04 de abr.2023.

Souza, L. (2019) *Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista*. Agência Brasil. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contra-professores-e-alunos-cresce-na-rede-publica-paulista>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

Sposito, M. P. (2004). A instituição escolar e a violência. In: Carvalho, J. S. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis: Vozes.

Storkey, E. (2017). *Scars Across Humanity: Understanding and Overcoming Violence Against Women*. 2nd ed. Downers Grove: InterVarsity Press.

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.

Tardif, M.; Lessard, C. (2005). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Teixeira, L. B.; Costa, C. C. S. (2022). Relações interpessoais e prevenção da violência na escola. *Revista Diálogo Educacional*, v. 22, n. 73, p. 122-132

Tiradentes, A.R. (2015). Violência simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. *Revista Eletrônica do Curso de Direito*. PUC. Minas Serro–n.12– Agost/dez.

Veiga, I. P. A. (2001). Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Caderno Cedes*, 23(61): 267-281.

Vinha, T. P. (2000). *O educador e a moralidade infantil uma visão construtivista*. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras.

Urt, S. C. (2005). A Produção científica e a constituição de grupos de pesquisa na universidade: apenas um sonho? In: **URT, S. C. e Morettini, M. T. (Orgs.)** *A Psicologia e os desafios da prática educativa*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. p.43-62.

UNESCO. (2001). *Los países de América Latina y El Caribe adoptan la declaración de Conchamba sobre educación*. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-fd0cae30-dce0-4030-9996-207d6d0e41e5>. Acesso em:20 de set. de 2022.

SOBRE A AUTORA

Natalina Maia Barbosa nasceu na cidade de Vigia de Nazaré no Nordeste paraense onde iniciou suas atividades profissionais em 1984 como alfabetizadora infantil, o que perdurou por treze anos. No ano de 1993 foi aprovada no concurso em Macapá. Em 2000, já estabelecida e radicada no Amapá, graduou-se no curso de Educação



Artística (Artes Plásticas) pela UNIFAP, passando a lecionar a supracitada disciplina. Especializou-se em História da Arte pela PUC de Minas Gerais (2009) e em Gestão e Docência no Ensino Superior na FATECH (2020).

Atualmente, exerce suas funções como arte-educadora no Sistema Organizacional Modular de Ensino (SOME), modalidade educativa que se desenvolve em comunidades do interior do estado do Amapá. Nesses ambientes, a autora planeja e executa projetos dedicados à questão indisciplinar de alunos no contexto educacional, o que suscitou a publicação de seu artigo sobre violência escolar no Conedu e a elaboração de dissertação sobre o impacto da referida violência no processo de aprendizagem, defendida no curso de mestrado em Ciência da Educação na Universidade Autônoma de Assunção (UAA) no Paraguai em 2023.



EDITORA EDFIKA

WWW.EDITORAEDFIKA.COM.BR

82 9 9376 2377

Praça Menino Jesus, 85. Santa Esmeralda

Arapiraca-Alagoas

57312-080

